

Informe econômico

Publicação do Curso de Ciências Econômicas/UFPI

Ano 13, n. 28

nov. 2012

2 Revoltas globais e lutas sociais na crise do capitalismo

Samuel Costa Filho

9 O capitalismo tardio brasileiro e o início do processo de substituição de exportações

Antônio Carlos de Andrade

23 Expansão do crédito consignado no Brasil entre os anos 2004 e 2011

Adriano Tôres Figueiredo e José Natanael Fontenele de Carvalho

28 A política externa brasileira em face da atuação internacional dos governos não-centrais

João Ricardo Pessoa Xavier de Siqueira

33 A importância da cooperação produtiva nos arranjos produtivos do mel piauiense: caso Simplício Mendes

Francisco de Assis Veloso Filho, Darcet Costa Souza, Fernanda Rocha Veras e Silva e Francisco Prancacio Araújo de Carvalho

40 Política de cooperação internacional brasileira para o desenvolvimento dos países africanos de língua portuguesa

Ricardo Ossagô de Carvalho

45 Escravidão e construção civil: negros da nação nas obras públicas de Teresina (1850-1871)

Genimar M. R. de Carvalho e Solimar Oliveira Lima

52 Outra política, outro poder...

Aécio Alves de Oliveira

59 Reflexão sobre o conceito de mercadoria em Marx

José João Neves Barbosa Vicente

62 Resenha: Um paroquialismo inacurado: Gramsci e as relações internacionais

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

O que faz um país? O seu território, o seu povo, o seu sentimento de pertença?

Essas pergunta e seus desmembramentos nos conduzem a um dos importantes braços das ciências econômicas: a economia regional. Esta, por sua vez, desemboca em uma questão-problema comum em diferentes áreas de conhecimento: o desenvolvimento.

Entender o processo de desenvolvimento a partir das regiões tem desafiado importantes pesquisadores brasileiros, a exemplo de Celso Furtado - nosso maior expoente, não por ser nordestino, mas por ter sido o mais relevante dos pensadores brasileiros - Francisco de Oliveira, Tânia Bacelar, dentre tantos outros.

Todos se debruçaram sobre algumas grandes questões, quais sejam: é possível entender o desenvolvimento regional a partir de uma unidade geográfica? Esta "região" é homogênea? Qual o contexto histórico da sua formação? Em que contexto sociopolítico ela foi se organizando?

Tomando como exemplo a região Nordeste, muito já foi dito e muito está por se discutir. O "nosso" Nordeste, esse espaço que, segundo o IBGE, ocupa aproximadamente 18,3% do território brasileiro e abriga cerca de 27,8% da sua população, historicamente se desenhava num "arquipélago" de regiões, com base agroexportadora, deficiências hídricas que favoreceram políticas que, ao invés de diminuir, ampliaram as desigualdades regionais. Tudo isso já diagnosticado em 1959, pelo relatório do GTDN, "Uma política de desenvolvimento para o Nordeste".

De lá para cá, as coisas não se modificaram de maneira ampla. Furtado analisa essa situação 40 anos depois, afirmando que o processo de industrialização verificado a partir da década de 1960 foi centrado nas regiões Sul/Sudeste. Somente a partir dos anos de 1980 é que o Nordeste se "solda" à economia nacional, com níveis de crescimento econômico próximos das regiões "desenvolvidas", em um processo de "modernização conservadora". É o processo de integração sem homogeneização.

Isso se justificaria pelo atrelamento à dinâmica nacional, replicando o modelo das regiões "desenvolvidas" sem mudanças substanciais nas estruturas econômicas nacionais.

Nesse novo século, o que mudou? Citando o próprio Furtado, em discurso proferido na cerimônia de recriação da Sudene, em 28 de julho de 2003, "[...] me dei conta de que, apesar do volume imenso de informações e de documentação de que dispomos hoje, são poucas as ideias novas e é pouco o que se pode dizer a respeito do Nordeste, dos problemas que enfrenta o Nordeste. Quero dizer que há muito por fazer. [...]".

Boa Leitura!

Prof. João Soares Filho/Decon

"cerca de 10% das crianças palestinas com menos de cinco anos tiveram seu crescimento atrofiado pela desnutrição. Além disso, a anemia hoje afeta dois terços das crianças mais jovens, 58,6% das crianças em idade escolar e mais de um terço das grávidas". Os EUA e Israel querem ter certeza de que nada além da mera sobrevivência seja possível." Noam Chomsky, Impressões de uma visita a Gaza

REVOLTAS GLOBAIS E LUTAS SOCIAIS NA CRISE DO CAPITALISMO

Por Samuel Costa Filho*

Resumo: o capitalismo leva ao desperdício dos recursos naturais e, neste sistema, pratica-se uma obsolescência planejada e estimula-se um consumismo desenfreado, revelando o que István Mészáros ressaltou como a essência desse sistema, que é expansionista, destrutivo, incontrolável. O capital encontra-se diante de uma crise global cada vez mais profunda e, nessa realidade, as revoltas “Occupy Wal Street”, “Primavera Árabe”, “Indignados” e outros diversos movimentos sociais começaram a entender as condições econômicas negativas que atingem a maior parte do mundo e não aceitam mais o discurso neoliberal. Destarte, o presente artigo trata da questão das diferentes lutas e movimentos sociais contemporâneos em meio à crise do capitalismo global, cujo modelo econômico capitalista atual necessita de uma mudança radical.

Palavras-chave: Revoltas sociais. Crise do capitalismo. Transformações sociais.

1 Introdução

O domínio avassalador do neoliberalismo, a colaboração da social-democracia para com o mercado, os primeiros efeitos favoráveis de consumismo na era chamada de globalização fez estragos e possuía uma força tamanha a ponto de a esquerda renunciar a seus valores históricos, não sendo capaz de defender suas propostas, inclusive até na Europa, quando os partidos socialistas no poder passaram a colaborar com o capital. Resultado: a crise do capital financeiro global, iniciada em 2007, lançou a humanidade à beira de um abismo e, mesmo assim, predominam políticas conservadoras e retrógradas.

A crise do capital em nível global está longe de terminar. Os líderes europeus não apresentam nenhuma vontade política de enfrentar a crise e o poder dos mercados financeiros. Na Grécia e na Itália, o mercado chegou ao ponto de impor governos tecnocráticos, comandados até por ex-funcionários do banco Goldman Sachs, representando um ataque e uma afronta à democracia burguesa e constituindo um governo dos bancos para os bancos.

O que a mídia chama de mercado não passa de um conjunto de bancos de investimento, fundos de pensão, fundos de *hedge* (especulativos), companhias de seguro que vivem a comprar e vender ativos, como moeda, ações, títulos públicos e derivativos, criando e dinamizando uma riqueza chamada de capital fictício. O Consenso de Washington foi de credo neoliberal e as ideias

dogmáticas de mercado livre turbinaram esse processo de globalização do mercado financeiro, criando uma economia virtual que chega a ter um valor superior a 16 vezes o da economia real.

A Europa, que era o último local no mundo onde o capital expansionista, destrutivo e incontrolável era combatido por políticas de proteção sociais, hoje está tendo o seu Estado de Bem-Estar Social demolido pelo golpe do mercado que fabrica consensos políticos como modo de comando sobre governos nacionais. Para evitar o pânico financeiro mundial, os governos dos Estados Unidos da América (EUA), Europa e Japão defendem e praticam a política de austeridade das contas públicas e estão desmontando os serviços públicos, rebaixando os salários e privatizando os bens do Estado.

A pretexto de salvar o Euro, os governos retiraram da sociedade o poder de controlar suas finanças públicas, ou seja, sua soberania orçamentária. Os atuais governos estão dispostos a sacrificar os direitos sociais em favor da oligarquia financeira; os investimentos sociais e a manutenção do Estado de Bem-Estar Social tornaram-se objetivos subordinados e secundários; assegurar os interesses dos credores privados é o único objetivo. O capital financeiro expansionista, destrutivo, incontrolável continua no comando do processo.

Nesse sentido, o objetivo desse artigo é realizar uma reflexão a respeito das diferentes lutas e movimentos sociais contemporâneos em meio à

recente crise do capitalismo global, cujo modelo econômico atual necessita de uma mudança radical. Inicialmente, apresenta a dinâmica do capitalismo atual e as escolas que legitimaram cientificamente este processo; em seguida, aborda como diferentes cientistas sociais estão percebendo a crise mundial; na seção seguinte, trata das diferentes e diversificadas revoltas que ocorrem ao redor do planeta; e finaliza com a defesa da necessidade de constituição e batalha por ideias para a construção de uma alternativa, um projeto, que combata os males que estão sendo causados pelo capital.

2 A globalização sob a dominância do capital fictício

Globalização é um nome genérico que foi dado às transformações ocorridas mundialmente no período recente, envolvendo as áreas comercial, produtiva e financeira, entre outras. O tema globalização tem sido analisado por uma extensa literatura. Nesses trabalhos, os conceitos são muitas vezes empregados de forma imprecisa e com diferença de significados. No total, é possível encontrar cinco linhas básicas de interpretação do fenômeno da globalização (PRADO, 2007): (a) como uma época histórica; (b) como um fenômeno sociológico de compressão do espaço e do tempo; (c) como hegemonia dos valores liberais; (d) como fenômeno socio-econômico; e (e) como um mito.

Consoante Prado (2007), a interpretação do fenômeno da globalização como uma época histórica define esse processo como um ciclo histórico que se inicia com a queda do muro de Berlim e com o desaparecimento da União Soviética.

A abordagem da compressão do espaço e do tempo apresenta um quadro que define as relações sociais no capitalismo, nas quais o capital adquire maior liberdade de se mover, enquanto o trabalho continua aprisionado na localidade, principalmente devido aos custos de mudanças e aos controles de migração. Na concepção de globalização como hegemonia dos valores liberais, esse processo é apresentado como o último estágio do desenvolvimento das sociedades humanas. Essa concepção tem no teórico do "fim da história", Francis Fukuyama, o seu mais famoso representante. O quarto conceito apresenta a globalização como um fenômeno de interação de distintos processos de expansão dos fluxos internacionais de bens, serviços e capital, que acarretaram um maior acirramento da concorrência nos mercados

internacionais e que levaram, também, a uma maior integração entre os sistemas econômicos nacionais. A última definição questiona a existência desse fenômeno, afirmando que o conceito de globalização é um mito. Por essa abordagem, o tema globalização não se trata de um fenômeno inédito e representa uma falsa novidade; o processo de globalização representa a repetição, sob nova abordagem, do fenômeno da expansão da civilização europeia a partir do final do século XV.

Assim, o conceito de globalização é um conceito inacabado e controverso; e a literatura dominante revela-se uma mera representação ideológica, uma armadilha teórico-conceitual montada para impedir a construção de alternativa contra-hegemônica nos países emergentes da periferia do capitalismo. O discurso dominante desse processo de globalização procura difundir o ponto de vista de superação do imperialismo expansionista, do capital monopolista e das políticas de dominação implementadas pelos países centrais do capitalismo internacional.

No atual contexto histórico-institucional financeiro globalizado, predomina a desintermediação bancária, asecuritização, o lançamento de títulos de dívida pública direta, títulos de propriedade e derivativos, a globalização financeira etc. Essa realidade histórica do capitalismo empresarial foi traduzida por John M. Keynes, segundo o qual, a genial descoberta de Karl Marx, D - M - D', significa que a firma é um *locus* de acumulação de capital na sua forma mais maleável, mais flexível, mais geral, ou seja, as empresas, que iniciam o processo com dinheiro, têm por objetivo aumentar o comando sobre a riqueza social (mais dinheiro), que somente pode ser obtido se gerar excedente, o qual deve ser apropriado pela própria firma. Assim, a empresa procura se apropriar e buscar a riqueza em sua forma mais geral, que é a forma monetária (CARVALHO, 1989).

No capitalismo globalizado, o circuito D - M - D' no sistema capitalista passa a ser influenciado em maior peso pela busca da liquidez, pelo aspecto financeiro, com o seu circuito predominantemente restrito à dinâmica D - D', típico do capital financeiro e portador de juros. A lógica de crescimento da estrutura financeira levou a uma subordinação da dinâmica da acumulação real, que passou a ser comandada pelo processo de globalização e integração dos mercados financeiros, operando, ininterruptamente, em tempo real.

Esse circuito de valorização financeira (D - D') a lógica do circuito real da economia (D - M - D') e reduz as oportunidades de valorização produtiva. É o momento de domínio da riqueza financeira, o chamado capital fictício, que se expande independentemente do ritmo da valorização do capital produtivo, e a economia se torna especulativo-fictícia, com intensificação de bolhas especulativas recorrentes, provocando crises diversas em muitos países em todos os continentes (MARQUES; NAKATANI, 2009).

Desse modo, embora o processo de globalização seja múltiplo (financeiro, comercial, produtivo, tecnológico, cultural etc.), as finanças internacionais têm se desenvolvido de acordo com sua própria lógica e não mais em relação direta ao financiamento dos investimentos e do comércio em nível mundial, começando a delinear um novo regime de acumulação global que adquiriu a marca, cada vez mais nítida, de um capitalismo predominantemente rentista e parasitário, subordinado às necessidades do capital dinheiro (CHESNAIS, 1996).

Acrescente-se que a economia mundial, desde o final do século XX, passou a ser grandemente influenciada pelas relações monetárias e financeiras internacionais, o que elevou e exacerbou a instabilidade e provocou crises periódicas. Enquanto o produto interno bruto (PIB) global, em 2006, somava aproximadamente US\$ 50 trilhões, o dinheiro financeiro que girava nos mercados chegava a US\$ 170 trilhões, num processo de ciranda financeira gananciosa e na rota especulativa, sem limites, baseada em uma variedade de inovações financeiras desreguladas e sem fiscalização, onde os financistas ganhavam milhões e milhões, concentrando a renda nos mais ricos.

A economia ortodoxa especializou-se em realizar uma construção ilusória do capitalismo. A defesa científica dessa política foi realizada ao longo do tempo por diferentes correntes em diversas universidades americanas, constituindo-se um verdadeiro contra-ataque neoliberal, que combatia as ações do Estado do Bem-Estar Social, apresentando uma disputa do mercado contra o Estado, com uma teoria liberal extremada para desmantelar o Estado, via discurso da eficiência privada *versus* ineficiência pública.

Inicialmente, nos anos 1960, os monetaristas da Escola de Chicago, capitaneados pelo Prêmio Nobel Milton Friedman, realizaram uma forte crítica à política de ativismo do Estado. Pouco tempo

depois, apareceu a teoria da escolha pública, comandada por James Buchanan, que, em 1962, apresentou o Estado leviatã e defendeu o Estado mínimo, mostrando as falhas do Estado, devido à política de troca, deduzidas a partir de indivíduos buscando *rent seeking*, ou seja, caçadores de renda do setor público. Em seguida, nos anos 1970, surgiu a teoria da regulação, que defendia a tese de que os órgãos reguladores priorizam o interesse das empresas que teriam o dever de regular, sendo as agências reguladoras facilmente capturadas pelas empresas privadas que deveriam fiscalizar. Finalmente, surgiu a teoria novo-clássica, do prêmio Nobel de 1995, Robert Lucas, e do Nobel de 2011, Thomas Sargent. Todas essas escolas usaram a teoria neoclássica para justificar cientificamente suas ideias e formaram o contexto que iria impor as políticas neoliberais de ajuste macroeconômico e reforma do Estado como as únicas medidas corretas.

A composição dessas medidas consistia em (BAUMAN, 2010): a) desregulamentação dos mercados de trabalho e do mercado financeiro (liberalização); b) privatização das empresas estatais de serviços públicos (privatização); c) mudança das abrangências e operação das políticas sociais (focalizadas); d) restringir as escolhas do Governo em desenvolvimento - antiestatal.

Como resultado, ocorreu o agravamento e o aumento da instabilidade e das crises na periferia do sistema capitalista. O chamado neoliberalismo representou um projeto em que um Estado forte atuava como fonte de valorização do capital, priorizando a política da eficiência e da competitividade, transformando o capitalismo e acomodando os interesses do capital financeiro, para que os consumidores passassem a viver via crédito, gastando acima das suas rendas, e passassem a vida a pagar juros (BAUMAN, 2010).

Todavia, essa complexidade material chamada capitalismo global predominou na lógica da maximização do lucro e da procura por mais dinheiro. Usar dinheiro para ganhar mais dinheiro, para e pelos que já possuem bastante dinheiro. Nessa realidade, os custos desse processo são repassados e externalizados pelo Estado e pelo público em geral; e o papel do governo é proteger aos interesses dos grandes capitais, disciplinando a concorrência, controlando a mão de obra, subsidiando os investimentos, fornecendo crédito, socorrendo o capital financeiro em dificuldade, etc.

A crise do capitalismo global iniciada em 2008 pôs em xeque a propalada eficiência do mercado e desmoralizou as justificativas científicas das escolas que sempre louvavam os mercados.

Na crise atual, o Estado foi novamente chamado para salvar o capitalismo e garantir sua sobrevivência. Os programas de resgate do sistema financeiro foram de tal monta que evitaram uma depressão econômica. Todavia, o retorno da crise econômica na Europa tem feito os liberais e conservadores apresentar as consequências e os estragos causados pela crise iniciada em 2008 como culpa do Estado do Bem-Estar Social e do keynesianismo, ou seja, passaram a afirmar que a crise era uma crise fiscal, fruto de má administração de recursos públicos pelo Estado providência.

3 Análise da crise capitalista

As políticas postas em prática procuraram socializar os prejuízos e não penalizaram os que construíram a catástrofe do capital. As revoltas dos “Indignados” que se espalharam por diferentes países revelaram então que a população estava percebendo que o capital financeiro continuava ganhando e transferindo os prejuízos para a sociedade via políticas dos Estados. Nos EUA, inicialmente, a mídia conservadora procurou tratar com ironia, indiferença, cinismo e até estupidez a revolta da população, que percebia que o salvamento do sistema bancário era um processo de acobertamento das operações que provocaram a crise. Tudo esse processo não passava de uma solução paliativa e o problema real está longe de ser resolvido, pois não está sendo enfrentado.

Devido à gravidade da crise e às incertezas que se apresentam, uma questão a ser respondida é o que nos reserva o futuro do capitalismo. Em outras palavras, quais são as opções que existem e como os cientistas sociais estão realizando as análises e quais são as suas opiniões sobre o futuro do capital e da humanidade.

Para Bauman (2011), as notícias sobre a morte do capitalismo são um pouco exageradas. Bauman acredita na capacidade surpreendente de ressurreição e regeneração do capitalismo que é inerente a esse organismo parasitário, como já afirmava Rosa Luxemburgo.

Wallerstein (2011) defende que o capitalismo chegou ao fim da linha e que está condenado; resta saber o quê irá substituí-lo, embora, no fim, a questão que se apresenta é que não passará por uma transição apocalíptica e a alternativa que

surgirá dependerá das escolhas da humanidade. Tanto pode ser para uma linha mais igualitária, democrática e moral, como pode caminhar para um sistema muito pior, ou seja, mais desigual, polarizado e explorador. Já Kozy (2011) afirma que o capitalismo perdeu a ética protestante de seu nascimento. A atual epidemia financeira e consumista destruiu os valores morais e religiosos em favor do consumo e da **depravação**. O capital abusou do marketing, das mentiras para estimular o consumismo. Assim, capitalismo e protestantismo tornaram-se inconsistentes entre si, fazendo-se necessários determinados controles.

Em uma análise que privilegia a linha da defesa ecológica, Diamond (2005) prega a necessidade de mudança e a defesa da natureza; percebe que o capitalismo caminha como algumas civilizações do passado, tomando decisões desastrosas que levaram à sua falência; e constata e prega a necessidade de mudança urgente do capitalismo.

Barry e Eckersley (2005) também percebem a grave crise ecológica global e o problema da questão ambiental na atualidade. Ambos defendem a criação de um Estado ecológico que objetive regular a sociedade e em defesa da questão ambiental, tanto em âmbito nacional como internacional, colocando o meio ambiente como núcleo das suas atividades.

O ex-jornalista do Wall Street Journal, Thomas L. Friedman (2010), constata que a realidade atual revela um mundo quente (aquecimento global), plano (mais justo e mais confortável) e lotado (elevada população de consumidores), com um estilo de desenvolvimento baseado em uma atitude perdulária e hedonista, com elevada demanda de produtos naturais, de matriz energética que ocasiona a degradação da biodiversidade e que tem provocado dramáticas mudanças climáticas, decorrentes do modelo de vida americano típico da “geração gafanhoto”. Urge a reconstrução do EUA com um modelo econômico baseado no trabalho, no desenvolvimento tecnológico, na criatividade, na prosperidade e ecologicamente sustentável, renovável, saudável, seguro e justo.

Para os economistas keynesianos, a crise financeira global é decorrente da falta de moralismo nas práticas do setor financeiro e bancário, ou seja, da falta e na falha de regulamentação por parte do Estado. O professor de Harvard Dani Rodrik (FUCS, 2011) constata que predominou o que ele denomina de hiperglobalização, centrada na abertura comercial e financeira que chegou a ameaçar a

democracia e a soberania das nações. Rodrik defende que os países que se deram melhor nessa competição global foram os que se integraram gradualmente na economia mundial, utilizando as políticas industriais e comerciais para diversificar sua economia.

Na linha marxista, Carcanholo (2011) defende que o quadro atual não representa uma crise final do sistema capitalista; trata-se do início do processo de colapso de uma etapa específica do capitalismo, ou seja, a do capital fictício e rentista. Para Carcanholo, o capitalismo infelizmente não acabou e continuará por muito tempo.

Dierckxsens et al. (2010), por outro lado, afirmam que são múltiplas as crises que a humanidade enfrenta nessa segunda década do século XXI: crises no aspecto econômico-financeiro, na geopolítica, no campo militar, na área energética, a crise alimentar, a grave crise ecológica, crise na questão de uma falta de ética sem precedente e também crise no campo social. Todo este contexto decorre do desenvolvimento do capitalismo, mormente ao longo das quatro últimas décadas, que aprofundou características instáveis da gênese do capital.

Mészáros (2011) identifica uma crise estrutural do capital. Uma crise endêmica, uma crise cumulativa e com perspectiva de destruição global da humanidade. Mészáros identifica ainda uma diferença conceitual entre capitalismo e capital. Para ele, o sistema de sócio-metabolismo do capital é mais poderoso e abrangente, sendo formado pelo tripé trabalho, capital e Estado, que atuam inter-relacionados. O desafio atual é superar este tripé, dado que o capitalismo é um sistema que não apresenta limites e não pode ser controlado no seu processo de expansão destrutiva e nefasta; estando em evolução um processo de destruição e degradação da natureza e de precarização da força de trabalho, que sinaliza uma elevada perspectiva de destruição da humanidade. Dado também que é impossível um socialismo em âmbito de um único país, sua opinião é que é fundamental o retorno das lutas pelo socialismo global e universal via criação de formas de atuação e articulação de lutas sociais que permitam os indivíduos realizarem-se como seres humanos.

4 Revoltas diferentes e diversificadas

Em meio a essa crise global, quando as primeiras revoltas iniciaram, as mesmas foram saudadas como vitória da democracia. As

revoluções ocorriam somente nos países árabes e foram então aclamadas como a “Primavera Árabe”. O problema é que a crise do capital se expandiu mundo afora de tal forma que surgiram diversas revoltas contra o poder das elites, mesmo em nações desenvolvidas da Europa, como na Grécia, Espanha, Portugal etc., sendo então denominadas de “Revolta dos Indignados”. A onda de revolta levou até os conservadores e ultra-liberais dogmáticos do *Tea Party* a ocupar as ruas protestando contra o governo dos EUA. Na América Latina, ocorreram protestos dos estudantes chilenos contra a educação privada e o neoliberalismo, que inviabilizam a ascensão social. Até que, finalmente, a população americana foi à rua com o movimento *Occupy Wall Street* (Ocupar Wall Street), também chamado de “outono americano”. Então, a imprensa percebeu que havia um sentimento crescente de revolta contra a classe política que não conseguiu resistir à plutocracia. Entretanto, cada uma dessas revoltas e desses movimentos sociais apresentam características próprias de uma realidade e de um contexto histórico específico. A primavera árabe, que foi apresentada como a faísca fundamental, representava a luta por regimes democráticos, que desencadearam situações revolucionárias incríveis e inesperadas; representando a caminhada para a superação de anos de ditadura, de domínio religioso, de libertação da mulher, da conquista de direitos, num campo minado pela religião muçumana. Nessas regiões os povos deram-se conta de que as elites dominavam porque o povo permitia.

No processo de criação do euro, os governos social-democratas e socialistas europeus foram levados a aceitar as mesmas tarefas que foram encomendadas aos governos conservadores neoliberais. Assim, promoveram um afastamento da política de uma parte cada vez maior dos seus cidadãos, abdicando de promover políticas públicas de coesão social mínima (BORDIEU, 2001). Os governos, ao conceder tudo aos bancos, impulsionaram um processo de degradação da democracia; realizaram políticas de salvamento dos bancos por intermédio de empréstimos junto a esses mesmos bancos, e, como num passe de mágica, os bancos se transformaram em credores desses mesmos Estados (FATTORELLI, 2011).

A revolta e os movimentos em Atenas (Grécia) decorreram da crise do capitalismo da União Europeia e são liderados pelas pessoas mais velhas (aposentados, funcionários públicos e

desempregados) que estão perdendo pensões e direitos sociais duramente conquistados, e pelas pessoas que estão perdendo emprego e sofrendo redução de salários. A política econômica imposta à Grécia representa uma forma de neocolonialismo, com o pacote da União Europeia afetando a independência do povo grego de forma brutal, a ponto de a Grécia cortar 25% dos gastos em educação pública, 95% na área de saúde pública, e deixar a habitação sem recursos (ALEGRÍA, 2011). Como nenhum desses setores foi causa da crise, a população percebeu que os planos de resgate eram antidemocráticos e transformavam as dívidas privadas em dívidas públicas, sem qualquer consulta à população. O problema não era viável e os bancos impuseram um tecnocrata ligado à própria banca internacional para comandar a Grécia.

Confirmava-se o que havia afirmado Clóvis Rossi (2011), que, com a saída de Silvio Berlusconi, não havia sobrado um só governante nos cinco países sitiados pela crise do euro; todos os governos dos países que entraram na alça de mira dos mercados naufragaram: Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha. E, o que é pior, foi esse pessoal que fabricou as falcaturas no mercado financeiro e que ajudou nos trambiques da política de *deficit* público, como fez o banco Goldman Sachs, na Grécia, são os mesmos burocratas das finanças que agora derrubam os governos na Europa.

A Europa assiste, nesse momento, com anuência dos partidos e da mídia, ao poder autoatribuído dos mercados financeiros para nomear e demitir governos, impor metas e políticas que reduzem os direitos dos cidadãos, tornando a economia e a sociedade em meros dentes de uma engrenagem reprodutora do capital a juro. A sociedade americana encontra-se dominada e congelada pelo bloco ultraconservador, dos ultraneoliberais, chamado de *Tea Party* - um pequeno grupo de ricos e reacionários, pertencente a uma ala do partido republicano que vem comandando o Congresso, trabalhando em favor dos ricos, dos grandes bancos e das grandes corporações, continua mantendo a hegemonia econômica dos bancos e mantendo a tecnocracia do Estado submissa (TAVARES, 2011)

No seio da maior potência capitalista da história, entretanto, os anarquistas, gente da contracultura e que acredita na democracia direta, iniciaram um movimento por acreditar que a crise não era passageira e sim uma crise estrutural, por

compreenderem que se trata de uma crise do capitalismo financeiro dominante. E, comandados por trabalhadores e jovens estudantes, iniciaram um protesto pela falta de perspectiva de futuro. As revoltas do "Occupy Wall Street" passaram a combater o capitalismo financeiro, o desemprego e as enormes desigualdades sociais nas Américas.

Entretanto, a revolta dos americanos não reivindica o fim do capitalismo. É hegemônica a ideologia americana da ascensão social, de que é possível crescer, que cedo ou tarde o capitalismo escapará da estagnação, possibilitará o caminho da ascensão social, ou seja, é a volta do sonho americano. Dessa maneira, acreditam nos benefícios do capitalismo. Entretanto, o domínio do capitalismo financeiro é que é destrutivo. Os que protestavam foram agredidos pela polícia e o movimento cresceu. Logo foram apoiados pelos desempregados, professores, profissionais liberais, sindicalistas, artistas, estudantes, classe média, em cidades como Boston, Chicago, Seattle, Cleveland, Los Angeles, Washington, passando a existir uma forte rejeição à plutocracia na política econômica americana e a reivindicar aumento de impostos para os ricos e a volta das atividades geradoras de emprego.

Stiglitz (2011, n.p.) logo percebeu que os manifestantes americanos pediam pouco, eles apenas queriam uma chance para usar seus talentos e habilidades; reivindicavam apenas o direito ao trabalho com salário decente; lutavam apenas por uma economia e sociedade mais justas; o desejo não era de revolução, eles estavam apenas lutando por algo grande: "uma democracia em que as pessoas, e não os dólares, falem mais alto; e uma economia de mercado que entregue o que promete".

Na América Latina também ocorrem jornadas e mobilizações convocadas pelo movimento estudantil e pelos trabalhadores. No Chile a revolta tem o objetivo de combater o ensino privado e exige uma educação gratuita e de qualidade, além de mostrar que o domínio do neoliberalismo impede uma mobilidade de ascensão social. Os protestos contra os abusos no mercado de saúde, na previdência social e por parte dos bancos são também parte dos protestos contra o modelo político-econômico vigente naquele país.

Para Coutrot (FEBBRO, 2011), o movimento dos indignados globalizou o protesto social e a rejeição a um modelo de depredação social, que domina o mundo há 30 anos, de abuso e de estímulo ao

consumismo desenfreado, sob o controle de uma elite reacionária, violenta e que sempre se mantém impune. As revoltas representam uma crítica moral e política, significa também o retorno à raiz da democracia, pois a intervenção do povo e a luta pelos seus direitos são louváveis.

O capitalismo planetário parece estar em fase terminal ou vai durar muito tempo? É uma pergunta que ninguém na sociedade sabe responder. Contudo, é bom lembrar dois princípios do marxismo (GRAMSCI, 2000, p. 36):

1) o de que nenhuma sociedade se põe tarefas para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2) e o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenha desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações.

O problema é identificar se atualmente existe luta e se é possível identificar a disputa de projetos de sociedade (MONTAÑO, 2006). Ademais, os cientistas reformistas não apresentam potencial para conter os aspectos destrutivos do capital. Um projeto revolucionário tem a obrigação de avançar e construir uma alternativa que deve se concentrar em vencer a batalha de ideias em prol da construção de uma Nova sociedade.

Nessa linha, com base em textos filosóficos de Karl Marx que não são muito conhecidos, as palavras de Febbro (2012) sinalizam um caminho a ser seguido para a realização total do indivíduo fora dos circuitos mercantis: “no amor, na relação com os outros, na amizade, na arte. Poder criar o máximo a partir das disposições de cada um. Talvez seja o caso de recuperar esse relato do Marx filósofo e esquecer o do Marx marxista”.

5 Conclusão

Uma característica clara da crise é que está ocorrendo uma decadência no reino da política. A ação política somente atua para atender o que manda o quadro econômico. A crise que atravessou o Atlântico e se instalou na Europa mostra-se cada vez mais profunda. Neste contexto, os políticos na Europa estão perdendo a gestão da sociedade para os tecnocratas nomeados pelo mercado financeiro. Os circuitos econômicos e financeiros financiaram os políticos e apoderaram-se da política. O Estado, ao socializar os prejuízos e transferir a conta para a população, apenas aprofunda a crise.

As revoltas e lutas sociais que estão ocorrendo no mundo revelam que os povos perceberam que estão tendo que pagar a farra originada no mercado financeiro. E mais, as revoltas da atualidade não

revelam que estão criando alternativas para um modelo fora do domínio do capital. Lutam por democracia, por emprego, por consumo, por manter o nível de vida, mas sob o domínio do capital.

As revoltas questionam o domínio das finanças e da classe política, mas também não parece existir luta pelo desmoronamento da civilização do capital - que apresenta perspectivas de desdobramentos terríveis, podendo caminhar para a barbárie social - nem que a humanidade terá condições de construir e buscar alternativas sociais.

O capital e o projeto neoliberal criaram uma sociedade composta por indivíduos cada vez mais hedonistas, egoístas, consumistas, frívolos, obcecados pelos objetos inúteis e pela imagem, pelo que está na moda. O objetivo de vida na modernidade liberal é produzir, consumir e enriquecer, uma forma de viver medíocre ●

Referências

- ALEGRÍA, F. *A crise das dívidas*. Disponível em: <http://www.rupturafer.org/index.php?option=com_content&view=article&id=274:a-crise-das-dividas&catid=37:correio-internacional&Itemid=476>. Acesso em: 14 out. 2011.
- BARRY, J.; ECKERSLEY, R. *The state and the global ecological crisis*. Cambridge: MIT Press, 2005.
- BAUMAN, Z. *Capitalismo parasitário*. São Paulo Zahar, 2010.
- BAUMAN, Z. *Contra o capitalismo, Bauman convoca à imaginação*. 29 out. 2011. Disponível em: <<http://www.outraspalavras.net/2011/10/29/para-superar-capitalismo-bauman-convoca-a-imaginacao/>>. Acesso em: 29 out. 2011.
- BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos 2*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CARVALHO, F. J. C. Fundamentos da escola pós-keynesiana. In: AMADEO, E. J. (Org.). *Ensaios sobre economia política moderna*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- CARCANHOLO, R. A. *A atual crise capitalista*. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/000140749ff5409070d3d>>. Acesso em: 03 fev. 2011.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- FEBBRO, E. *Crise do capitalismo provoca retorno às fontes da democracia*. 23 out. 2011. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=18781>. Acesso em: 01. nov. 2011.
- FEBBRO, E. *Contra o estrago do liberalismo, recuperar o Marx filósofo*. 05 jan. 2012. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19334>. Acesso em: 05 jan. 2012.
- DIAMOND, J. *Colapso*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- DIERCKXSENS, W. et al. *Século XXI*. Goiânia: Cepec, 2010.
- FATTORELLI, M. L. A crise da dívida dos EUA. *CSP-Conlutas*. 08 ago. 2011. [online]. Disponível em: <<http://cspconlutas.org.br/2011/08/a-crise-da-divida-dos-eua-por-maria-lucia-fattorelli/>>. Acesso em: 18 nov. 2011.
- FRIEDMAN, T. L. *Quente, plano e lotado*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
- FUCS, J. Dani Rodrik: “A globalização foi longe demais”. *Época*, 12 abr. 2011. [online]. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI224639-15259,00-DANI+RODRIK+A+GLOBALIZACAO+FOI+LONGE+DEMAIS.html>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.

KOZY, J. *A depravação da América*. 30 out. 2011. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/john-kozy-a-depravacao-da-america.html>>. Acesso em: 30 out. 2011.

MARQUES, R. M.; NAKATANI, P. *O que é capital fictício e sua crise*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

MÉSZÁROS, I. *Ideologia e ciências sociais*. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTAÑO, C. *Terceiro setor e questão social*. São Paulo: Cortez, 2002.

PRADO, L. C. D. *Globalização*. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/download/index.php>>. Acesso em: 10 jul. 2007.

ROSSI, C. Mercados reinventam a guilhotina. *Folha de S. Paulo*. 08 nov. 2011. [online]. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/clovisrossi/1002889-mercados-reinventam-a-guilhotina.shtml>>. Acesso em: 09 nov. 2011.

STIGLITZ, J. *Como tirar proveito da longa crise*. 14 ago. 2011. Disponível em: <<http://sergyovitto.blogspot.com/2011/08/joseph-stiglitz-como-tirar-proveito-da.html>>. Acesso em: 14 ago. 2011.

TAVARES, M. C. "Colapso do neoliberalismo sob o tacão dos ultra-neoliberais: é a treva!". Entrevista a Saul Leblon. *Carta Maior*, 05 ago. 2011. [online]. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=18189>. Acesso em: 05 ago. 2011.

WALLERSTEIN, I. *O tempo em que podemos mudar o mundo*. Disponível em: <<http://www.outraspalavras.net/2011/10/14/o-tempo-em-que-podemos-mudar-o-mundo/>>. Acesso em: 14 out. 2011.

* Professor do Dept de Economia/UFPI, Mestre em Economia/ UFC e Doutorando em Políticas Públicas/ UFMA.

O CAPITALISMO TARDIO BRASILEIRO E O INÍCIO DO PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE EXPORTAÇÕES

Por Antonio Carlos de Andrade*

Resumo: o artigo discute e analisa a perda de competitividade recente da indústria brasileira, com os produtos manufaturados e semimanufaturados perdendo mercado, tanto internamente como no mercado externo, ao passo que os produtos básicos brasileiros - principalmente os agrários - vêm crescendo na pauta de exportação, que parece fazer o País retornar à sua condição de agrário-exportador.

Palavras-chave: Capitalismo tardio. Perda de competitividade. Processo de substituição de exportações.

1 Introdução

A perda recente de competitividade da indústria brasileira na área de manufaturados é algo preocupante, não somente para os industriais do setor, mas para toda a economia do País, pois se está substituindo produtos manufaturados e semimanufaturados produzidos pela indústria brasileira pelo processo de substituição de exportações (PSE). As causas são conhecidas: supervalorização do câmbio frente às principais moedas do mundo, mormente ao dólar; carga tributária estratosférica, elevado custo dos principais insumos, como a energia elétrica, além de uma infraestrutura de transportes de qualidade entre regular e péssima. O setor tem-se ressentido com a escassez de mão de obra especializada, o que tem feito os salários subirem bem acima da sua produtividade, e isso tem refletido fortemente na queda das exportações de bens manufaturados, em contrapartida ao aumento da importação dos mesmos, especialmente dos países asiáticos.

Essas e outras discussões foram inspiradas em uma notícia lida na mídia, na qual Lamucci (2011, n.p.) comentava a informação da Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (Funcex):

A dificuldade de competir fica evidente quando se nota que, em maio [2011], a produção da indústria de transformação se encontrava praticamente no mesmo nível de setembro de 2008, apesar de o consumo ter crescido com força no período - as importações atenderam boa parte dessa demanda. As exportações de manufaturados também vão mal. Entre 2005 e 2010, o volume das vendas des-ses produtos encolheu 15,8%.

O objetivo deste trabalho é discutir e analisar as causas da perda de competitividade da indústria brasileira nos últimos anos. Para tanto, faz uma revisão histórica do processo de industrialização brasileiro, desde a sua gênese até os atuais dias, com base nas teses que tentam explicar como ocorreu a industrialização no País e quais foram as molas propulsoras desse processo; apresenta, ainda, um estudo de caso de uma indústria brasileira que passa por esse processo; e

demonstra que a perda de competitividade não decorre de ineficiência das empresas brasileiras, mas de uma incapacidade atroz de sucessivos governos de reduzir as cargas tributárias, tanto sobre as empresas como sobre a população - com um agravante: esses recursos desaparecem e não se transformam em benefício para a população, seja em educação, saúde e segurança, só para citar o trio mais reclamado pelo povo brasileiro. Também as empresas são penalizadas, pois a mão de obra que contrata, via de regra, tem que ser capacitada e treinada internamente, uma vez que a educação básica pública (ensino fundamental e médio) é ineficaz.

O artigo está estruturado em cinco seções, além dessa introdução. A seguir, encontram-se as teorias explicativas do processo de industrialização do Brasil e as causas do atraso do referido processo. A terceira seção busca explicar a industrialização através do processo de substituição de importações (PSI) recorrendo ao pensamento de Celso Furtado e de outros economistas, discorrendo sobre o governo de Juscelino Kubitschek (JK) e as crises política e econômica pós-Plano de Metas. A quarta seção mostra como a crise do endividamento externo e o processo inflacionário impossibilitaram o PSI, bem como qual a saída encontrada pela economia brasileira depois de duas décadas perdidas, abordando a aceleração da inflação e a crise da dívida externa, nos anos 1980, e a abertura econômica, a privatização da economia e o fim do processo inflacionário da economia brasileira, na década de 1990. Na quinta, procura-se demonstrar, através de dados quantitativos, como o País começou a voltar à velha condição de pré-anos 1930, isto é, de agroexportador, com a pauta dos produtos manufaturados e semimanufaturados diminuindo paulatinamente, com uma tendência a zerar no médio prazo, e um crescente aumento de produtos básicos, bem como dos produtos primários, além dos minérios de ferro aglomerados e não aglomerados e óleos brutos de petróleo exportados pela economia brasileira, configurando-se um processo de substituição de exportações (PSE), ilustrado através de um estudo de caso de uma empresa brasileira que, durante anos, foi líder no ramo de calçados e vem perdendo fôlego diante da maneira predatória de agir do governo brasileiro. O trabalho finaliza com as considerações, críticas e sugestões de como se pode reverter esse quadro dantesco pelo qual passa a indústria nacional.

2 A Crise dos anos 1930 como propulsora do processo de industrialização no Brasil

O processo de industrialização na economia brasileira teve início em fins do século XIX; foi um caminhar lento que muitas vezes crescia nas franjas do processo global da economia mundial, como, por exemplo, durante a I Guerra Mundial e após a crise do capitalismo em 1929. A elite cafeeira brasileira, que detinha renda, preferia adquirir para si e para os seus parceiros produtos manufaturados importados dos países europeus e, mais tarde, dos Estados Unidos da América (EUA). A origem dos capitais iniciais na formação desse capitalismo foi da indústria cafeeira,

2.1 As teorias explicativas do processo de industrialização do Brasil

As duas versões para explicar o processo de industrialização brasileiro são: (a) a teoria da crise da agroexportação - vinculada à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), tendo como idealizadores Raúl Prebisch e Celso Furtado -, que ficou conhecida como teoria dos choques adversos, e (b) a teoria da industrialização induzida por exportações.

A primeira afirma que a indústria teria surgido no Brasil para solucionar as dificuldades de importar produtos manufaturados em certos períodos como durante a I Guerra Mundial e a Grande Depressão, iniciada em 1929, quando a queda no valor das exportações deu início a um protecionismo que favorecia a indústria nacional, como, por exemplo, o aumento da sua rentabilidade. As crises da agroexportação criavam condições para que a economia brasileira se voltasse para o mercado interno, capitaneada pela indústria, ao invés de pelos produtos agrários, por motivos óbvios: a) a crise agravava o balanço de pagamentos, dificultando as importações pelo encarecimento das mesmas e reduzindo a demanda de exportações pelo estrago que fazia nos preços dos bens no mercado externo, com a consequente *brack* dos capitais e empréstimos tão necessários para o financiamento dos *deficits* em conta corrente; b) a solução de se recorrer à desvalorização da moeda nacional encarecia os produtos importados que, por sua vez, gerava as condições necessárias para o crescimento da indústria nacional, pela derivação de um mercado interno, uma vez que propiciava uma mudança nos preços relativos em prol da indústria local; c) a crise, ao instalar-se, reduzia a capacidade de

arrecadação de tributos (impostos sobre exportação para o governo federal e imposto de exportação para os governos estaduais), o que levava os governos a praticar uma política monetária expansionista para cobrir ou reduzir os *deficits* de seus orçamentos;

d) com a base monetária aumentada, via mudança na política monetária, atendia-se aos setores empresariais com mais créditos financeiros, e também se contribuía para baixar a taxa de juros, favorecendo as empresas que atuavam no mercado interno; e

f) a crise - na medida em que reduzia a capacidade de arrecadação de tributos pelos governos, ao mesmo tempo em que provocava *deficits* na balança comercial - favorecia a que aqueles aumentassem as tarifas incidentes sobre os produtos importados, o que levava, indubitavelmente, à mudança dos preços relativos em prol da produção doméstica (FONSECA, 2011, p. 249).

Quanto à teoria da industrialização induzida por exportações, esta afirma que a industrialização no Brasil surgiu em períodos de expansão da indústria do café, quando se dava a expansão da renda e do mercado interno, mormente através do crescimento da massa salarial na economia e, ainda, através do aumento da oferta de divisas para a importação de máquinas e equipamentos necessários à expansão da indústria (BRESSER-PEREIRA, 1977).

Acrescente-se que esses períodos foram favorecidos, principalmente, pelo efeito-renda das exportações do café, com a criação de “riqueza, capital, mercado e infraestrutura, estrada de ferro, portos, eletrificação e economia urbana em geral”, que “criava condições para a industrialização, associando-a à própria necessidade de diversificação da riqueza, principalmente do comércio importador e exportador, um dos setores de maior lucratividade no contexto da agroexportação.” (FONSECA, 2011, p. 251).

2.2 Causas do atraso na industrialização

Diferentemente dos demais países que tiveram a sua industrialização tardia (após Inglaterra, Bélgica e França, por exemplo), o Brasil não soube ou não pôde seguir o exemplo da Alemanha, que queimou etapas no processo de industrialização e que não repetiu erros dos países seminais.

A escravidão, que no Brasil quase virou o século XIX - durando três séculos e meio -, foi fruto de uma elite política que se confundia com a classe produtora (cana-de-açúcar, ouro e café) e que não conseguia ver no processo produtivo outra forma de

força de trabalho que não fosse a escrava. O Brasil foi o penúltimo país a decretar o fim do tráfico de escravos; o último foi Cuba. É claro que esse sistema de produção não foi uma invenção somente do Brasil, ele pôde ser visto do sul dos EUA ao Plata argentino, percorrendo a grande *plantation* e a mineração. Sem o trabalho assalariado e com uma elite que só adquiria produtos estrangeiros, sobrava pouco espaço para o crescimento da indústria local. Soma-se a isto ainda o fato de que o País era quase que completamente analfabeto, uma das condições que impedem o desenvolvimento do processo de industrialização, segundo Landes (1998); além das condições listadas por Furtado (apud NICOL, 2011, p. 180), confira:

a) a ausência de uma base técnica adequada, o que implicaria a importação de máquinas para se implantar as novas indústrias, a qual só poderia ocorrer se tivéssemos uma adequada capacidade de importar; b) a exiguidade do mercado interno; c) a inexistência de uma complexa organização comercial que viabilizasse a distribuição dos produtos num mercado pulverizado geograficamente; e d) a ausência de uma política de industrialização, já que o país era dirigido por uma classe de grandes senhores agrícolas escravistas.

A escravidão teve vários matizes, mas foi somente com a importação do negro africano que foi criado um *modus operandi* inovador, pois nunca se havia transferido aquela quantidade de seres humanos de um continente para outro de um modo persistente e contínuo. Não se tratou de uma escravidão tal qual vista na Antiguidade (gregos, romanos, persas, assírios, egípcios etc.); a escravidão de negros africanos tinha um duplo caráter: ganhava-se com a utilização da mão de obra e também com o seu tráfico. Antes mesmo do descobrimento da América, a escravidão já existia dentro da África. Além de se tornar a principal atividade econômica da coroa portuguesa, a escravidão arrancou dos solos africanos um contingente humano nunca antes visto na história da humanidade: somente os portugueses fizeram “aproximadamente 12 mil viagens entre os portos africanos e o Brasil, trazendo, vivos, 4 milhões de negros.” (ALENCASTRO apud GALA, 2011, p. 34). Pelo menos um terço ou mais pode ter morrido no curso dessas viagens.

3 A Industrialização através do processo de substituição de importações

Foi somente após a “revolução” de 1930 que o processo de industrialização no Brasil ganhou ritmo e celeridade com o PSI. Este, no seu início, consistia na substituição dos produtos

manufaturados que o País importava, e que não exigia tecnologia ou bens de capital.

A política do “café com leite”, com mineiros e paulistas revezando-se no comando da política nacional, iniciada em 1906, no Convênio de Taubaté, onde estiveram presentes os governadores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, teve um só propósito: manter a política de valorização do café. Entre as sugestões e medidas desse encontro de cafeicultores, o que lhes interessava era que a União comprasse e armazenasse todo o café excedente, de modo a manter os preços do café estáveis. Por trás dessa ideia, existia outra: contrair um empréstimo no valor de 15 milhões de libras a ser usado para aquisição do excedente da oferta e para a criação de um fundo para a Caixa de Conversão para a manutenção da estabilidade do câmbio. Ao deixar o governo, os políticos do “café com leite”, apeados que foram pela “Revolução de Trinta”, deixaram um rombo nas contas externas brasileiras. Em 1930, o País devia aos banqueiros do exterior o quádruplo do que se exportava em um ano. Isso levou a economia brasileira a manter-se longe dos empréstimos privados externos e, por conseguinte, do endividamento. Os poucos capitais externos que entraram na economia brasileira eram oriundos de investimentos diretos ou de governos, como os do Eximbank (SOUZA, 2009).

O Brasil só retornaria à corrente de empréstimos privados externos em meados dos anos 1960, no governo da ditadura militar, com um endividamento crescente até a chegada da crise da dívida externa na década de 1980.

Logo passadas a crise de 1929 e a “Revolução de Trinta”, a economia brasileira iniciou um período de purgação, isto é, os investimentos externos desapareceram e o crescimento deu-se para dentro, através de impostos e do Estado. Em um segundo momento, a partir de 1930, o PSI passou a ser a bússola na condução do crescimento econômico que se assentou na indústria; e esta foi a responsável pela determinação dos níveis de renda e de emprego. Se durante o chamado período do “café com leite”, vale dizer, na República Velha, a indústria cresceu impulsionada pela dinâmica do setor exportador da época, a partir de 1933, passou a “liderar as taxas de crescimento da renda e do emprego, ao mesmo tempo [em] que as culturas de exportação sofriam os revezes da crise internacional.” (FONSECA, 2011, p. 248). Mas se uma característica do PSI era a de substituir um produto importado, produzindo-o internamente,

criava-se ao mesmo tempo uma mudança na pauta de importação do País - de máquinas e equipamentos para a indústria.

Furtado (2011, p. 280) demonstrou que, nos anos da depressão (1929 em diante), uma dupla ação contribuiu para a redução das importações: a contração das rendas monetárias e real, bem com a elevação dos preços relativos das mercadorias importadas. Logo, pode-se concluir que, mesmo com o valor das mercadorias importadas reduzindo-se de “quatorze por cento para oito por cento da renda territorial bruta [satisfazia-se] com oferta interna parte da procura que antes era coberta com importações”, e segue explicando essa dinâmica, ao afirmar (FURTADO, 2011, p. 281):

Depreende-se facilmente a importância crescente que, como elemento dinâmico, irá logrando a procura interna nesta etapa de depressão. Ao manter-se a procura interna com maior firmeza que a externa o setor que produzia para o mercado interno passa a oferecer melhores oportunidades de inversão que o setor exportador. Cria-se, em consequência, uma situação praticamente nova na economia brasileira, que era a preponderância do setor ligado ao mercado interno no processo de formação de capital. A precária situação da economia cafeeira, que vivia em regime de destruição de um terço do que produzia com um baixo nível de rentabilidade, afugentava desse setor os capitais que nele ainda se formavam.

Convém salientar que partes dos capitais que anteriormente eram investidos nos cafezais passaram a ser transferidos para outros setores da agricultura de exportação, mormente o algodão, cujo preço no comércio internacional durante boa parte da depressão manteve-se estável, beneficiando os produtores e exportadores dos EUA, o que foi percebido pelos produtores brasileiros, que também se aproveitaram dessa oportunidade; e, já em 1934, o valor da produção local desse produto (o valor que o produtor agrícola recebia) já equivalia a 50% do valor da produção cafeeira, ao passo que essa mesma relação não passava de 10% quando do início da crise, em 1929 (FURTADO, 2011).

Se, por um lado, o PSI libertava a economia brasileira da secular sina de país importador - desde a época do exclusivismo comercial português, passando pelo período da ditadura de consumo dos senhores cafeicultores, que tudo importavam -, substituindo, paulatinamente, a cada dia, novos produtos; por outro lado, criava uma nova amarra, qual seja, a de país importador de máquinas e equipamentos.

No início, a depreciação do valor externo da moeda brasileira limitava a capacidade do setor

privado, ligado à indústria, de aumentar sua capacidade produtiva, o que levou a um aproveitamento intensivo da capacidade instalada. Furtado (2011) cita o exemplo da indústria têxtil, que teve sua produção aumentada sem ter havido inversões naquele setor. Isso é claro supor que iria aumentar a rentabilidade dos capitais aplicados e que mais tarde propiciaria a criação de capitais sobrantes dentro do próprio setor industrial para posterior inversão. Furtado (2011, p. 282-283) ainda levanta a possibilidade de a indústria local ter adquirido no exterior, a preços mais em conta, máquinas e equipamentos usados (de segunda mão). Segundo ele, “Algumas das indústrias de maior vulto instaladas no país, na depressão, o foram com equipamentos provenientes de fábricas que haviam fechado suas portas em países mais fundamentalmente atingidos pela crise industrial.”

Em tese de doutorado, Mello (apud SOARES, 2011, p. 292) discute o caráter da industrialização brasileira, que, para ele, tem origem colonial e, portanto, a dificuldade encontrada para que a mesma desse um “salto tecnológico, ter acesso à tecnologia e mobilizar capitais para montar o departamento de bens de produção capaz de libertar a acumulação da fragilidade da estrutura técnica do capital”. Para Mello (apud SOARES, 2011), entre 1930 e 1955, o que ocorreu na economia brasileira foi uma industrialização restringida, ao invés de um PSI, uma vez que a limitação da capacidade de importar restringia o setor, embora houvesse o processo industrial pelo qual se dava a dinâmica da acumulação.

3.1 O Governo JK e os “cinquenta anos em cinco”

Para estudiosos como Mello (apud SOARES, 2011, p. 292), o processo de constituição de forças produtivas capitalistas na economia brasileira só iria ser completado com a chegada da industrialização pesada, no Governo JK, com o seu Plano de Metas. E isso só foi possível com uma forte participação do Estado e com a vinda das empresas multinacionais, principalmente as europeias. Foi no Governo JK que se montou o setor de “ponta do departamento de bens de produção e o setor pesado do departamento de bens de consumo para capitalistas”. Ele vai mais além em sua análise desse capitalismo tardio, ao afirmar que os meios de produção e a força de trabalho contaram com uma escalada nos investimentos públicos, principalmente na produção e

distribuição de energia e em transporte rodoviários [o Plano de Metas em si], o que contribuía para a “geração de demanda dentro da própria fração já existente do departamento de bens de produção, operando mecanismo de reforço e de retroalimentação” (SOARES, 2011, p. 292). Vale destacar no governo de JK que o produto interno bruto (PIB) expandiu-se a uma taxa média de 7,0% ao ano, ao passo que a indústria cresceu em um ritmo bem maior: 13% ao ano (SANDRONI, 2005).

É uma análise ao modo de Michael Kalecki, quando se constata o estabelecimento de relações entre os departamentos de bens de produção, de bens de consumo dos trabalhadores e de bens de consumo dos capitalistas (departamentos I, II e III, respectivamente), o que viria a formar integralmente, segundo Soares (2011, p. 292), as “bases técnicas necessárias para a autodeterminação do capital e impondo uma dinâmica especificamente capitalista ao processo de acumulação.”

Se, por um lado, JK entregou aos seus governos sucessores um país moderno, com uma industrialização pesada, sob a liderança dos setores de bens de consumo duráveis e de bens de capital (particularmente material de transporte e material elétrico), embora ela não conseguisse se auto-sustentar por um período prolongado, por outro lado, segundo Tavares e Beluzzo (1982), ele entregou também um país com a economia em descontrole.

Como se pode constatar pela Tabela 1 adiante, a inflação no seu primeiro ano de governo dobrou, quando passou de 12,2%, no ano anterior à sua posse, para 24,6%, em 1956 - isso foi reflexo de uma queda acentuada na produção agrícola daquele ano, fruto de frustração de safra. Nos anos seguintes, a economia voltou a crescer, mesmo tendo uma seca em 1958, que assolou quase todos os estados nordestinos, atingindo uma área de 500 mil km², onde havia cerca de 3,7 milhões de pessoas ocupadas na agricultura, sendo os estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba os mais atingidos. Naquele ano, o governo federal chegou a empregar 550 mil flagelados, que foram distribuídos em diversas “[...] frentes de trabalho do DNOCS, DNER, Exército Brasileiro, DNPCR e do Ministério da Agricultura” (ANDRADE, 1996, p. 53).

Por conta do flagelo daquele ano, o Governo JK foi instado pela sociedade civil brasileira, mormente pela igreja católica da região, a realizar algo de concreto em benefício do Nordeste no combate às

secas seculares, em uma reunião dos bispos da região, em Natal (RN). Disso resultou a criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que seria o embrião da criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), cujo primeiro superintendente foi Celso Furtado.

Furtado era economista de origem nordestina, da cidade de Pombal (PB), e um estudioso da economia brasileira já renomado naquela época, fruto de três trabalhos seus sobre a economia brasileira: “*L'économie coloniale brésilienne: xiè et xviiè siècle*” (tese de doutorado defendida em 1948, na Universidade de Paris); “Características gerais da economia brasileira” (artigo publicado na Revista Brasileira de Economia, em março de 1950); e o livro “A economia brasileira: contribuição à análise do seu desenvolvimento” (publicado em 1954, numa pequena edição financiada pelo próprio Furtado).

A publicação do clássico “Formação Econômica do Brasil” dar-se-ia somente em janeiro de 1959, depois de uma reflexão de 10 anos, desde a defesa de sua tese de doutorado em Paris; além dos nove anos como economista da Cepal e do ano letivo (1957-1958) em Cambridge, por convite de Nicholas Kaldor, professor daquela universidade inglesa na época. Cambridge era, ainda, um refúgio de

expoentes discípulos de Keynes (já falecido à época) e macroeconomistas, tais como: James Meade, Richard Kahn, Joan Robinson, Piero Garegnani, Amartya Sen e, claro, o próprio Kaldor (FURTADO, 2009).

Embora o PIB tenha crescido 10,8% em 1958, houve uma queda expressiva do PIB *per capita*, que recuou para 185,20 dólares naquele ano, contra 263,30 dólares no ano anterior (cf. Tabela 1). Outro fator negativo herdado pelos governos que sucederam JK foi o alto endividamento externo, que passou de 953 milhões de dólares, em 1955, para 3,393 bilhões de dólares, em 1960 - um aumento de 253% em cinco anos. O destaque em 1961 foi que a economia cresceu 8,6%, resultante dos investimentos pesados realizados pelo governo e multinacionais que chegaram para completar a indústria de bens de consumo, principalmente.

Quem fez uma crítica ao governo de JK e aos seus sucessores foi o economista e ex-presidente do Banco Central do Brasil (Bacen) Gustavo Franco (2010, n.p.), quando afirmou:

Tudo começa [processo inflacionário], lá pelos anos sessenta, quando o governo descobriu que pintar pedaço de papel para pagar suas contas é um instrumento de fazer o bem, ou seja, construir cidades, como Brasília ou outras coisas. Vem o governo militar e combina duas coisas: uma anestesia, ou seja, a capacidade de indexação,

Tabela 1 - Brasil: alguns indicadores macroeconômicos. 1955-1990

Indicadores	Taxa de crescimento do PIB (%)	Índice geral de preços (IGP) (%)	PIB - indústria - valor adicionado - preços básicos (1)	PIB <i>per capita</i> em US \$ 1,00	Dívida externa líquida em US \$ milhões
Anos					
1955	8,8	12,2	26,58	189,60	953
1956	2,9	24,6	28,23	235,70	2.128
1957	7,7	7,0	28,86	263,30	2.017
1958	10,8	24,4	32,15	185,20	2.405
1959	9,8	39,4	33,94	225,50	2.794
1960	9,4	30,5	33,19	243,50	3.393
1961	8,6	47,8	33,53	238,80	2.821
1962	6,6	51,6	33,57	260,50	3.248
1963	0,6	79,9	34,18	303,40	3.397
1964	3,4	92,1	33,68	265,10	3.050
1965	2,4	34,2	33,24	276,50	3.340
1966	6,7	39,1	34,21	338,30	3.350
1967	4,2	25,0	33,45	361,60	3.242
1968	9,8	25,5	36,34	383,90	3.835
1969	9,5	19,3	36,88	409,50	3.979
1970	10,40	19,26	38,30	454,20	5.053
1971	11,34	19,47	38,83	511,20	5.561
1972	11,94	15,72	39,51	596,10	7.281
1973	13,97	15,54	41,92	832,10	8.441
1974	8,15	34,55	43,16	1.069,60	14.763
1075	5,17	29,35	43,27	1.225,50	21.075
1976	10,26	46,26	43,03	1.418,60	25.601
1977	4,93	38,78	41,78	1.595,20	30.695
1978	4,97	40,81	43,08	1.769,60	40.292
1979	6,76	77,25	43,57	1.910,30	46.114
1980	9,20	110,24	44,09	2.001,30	57.346
1981	-4,25	95,20	44,31	2.124,60	66.456
1982	0,83	99,72	45,77	2.182,50	81.493
1983	-2,93	210,99	44,35	1.491,00	89.182
1984	5,40	223,81	46,20	1.447,10	90.132
1985	7,85	235,11	47,97	1.585,80	93.563
1986	7,49	65,03	47,20	1.888,90	104.443
1987	3,53	415,83	47,51	2.041,90	113.730
1988	-0,06	1.037,56	46,76	2.787,00	104.371
1989	3,16	1.782,89	46,34	2.868,10	105.827
1990	-4,35	1.476,71	38,69	3.172,00	113.466

Fonte: Giambiagi et al. (2005) (1) IBGE/SCN, referência 2000, anual.

correção monetária, mecanismos que permitem que alguns segmentos da sociedade convivam com inflação de modo pacífico, e repressão.

Trata-se de uma clara alusão aos investimentos inflacionários de JK, no período de 1956 a 1960, pois o *deficit* do governo federal esteve por volta de um terço do que a União arrecadava na sua totalidade. Todo esse desequilíbrio fiscal era para financiar uma grande quantidade de obras públicas governamentais, cujo centro de todas elas era a nova capital do País: Brasília.

No que diz respeito às contas públicas, o quadro desenhado nos “anos dourados” não era nada bom, haja vista que o *deficit* dobrou entre 1956 e 1963, e os governos seguintes tiveram que desacelerar o crescimento econômico do País para combater o processo inflacionário que se instalava na economia, já que o índice geral de preços (IGP) disparou e atingiu os 92,1% em fins de 1964 (cf. Tabela 1), com o País sob nova direção: a dos militares golpistas. Embora o golpe militar de 1964 não seja objeto de estudo deste trabalho, não se pode perder de vista que, desde a volta da Guerra do Paraguai, os militares, principalmente os do Exército brasileiro, vinham ensaiando a derrubada do governo para eles mesmos assumirem os destinos políticos do País, diferentemente do que haviam feito em 1930, quando derrubaram Washington Luiz da presidência da República e entregam o governo a Getúlio Vargas.

3.2 Crise política e crise econômica pós-Plano de Metas

Nos anos seguintes a 1958, o que se observa até 1962 (Tabela 1) é um crescimento do PIB a taxas expressivas. A partir de 1963, o PIB entrou em declínio e só retomaria o crescimento com a chegada do “milagre” brasileiro, em 1968, com exceção do ano de 1966, que apontou um crescimento de 6,6%, depois de amargar um crescimento medíocre de 2,4% no ano anterior (1965). Não se pode perder de vista que, naquela época, a população brasileira crescia a uma taxa próxima de 3%, logo, qualquer índice de PIB abaixo desse número significava renda *per capita* negativa.

Um fato curioso desses “anos dourados” é que o café deixou de ter preeminência na economia brasileira, e a perda de importância como principal *commodity* do País coincidiu com o processo de industrialização no Brasil. Assim é que, em 1900, as exportações do café significavam para a pauta de exportações brasileira do começo do século XX o maior produto exportado, 65% do total. Note-se

que o café respondia por dois terços das exportações. Somando-se açúcar (6,0%) e algodão (15%) ao café, o percentual é de 86%, ou seja, três produtos concentravam quase a totalidade de nossas exportações (PINHO, 2011).

Mas o que teria levado a economia brasileira a entrar em queda a partir de 1963? A redução no ritmo dos investimentos ao nível do Plano de Metas. O esgotamento do mercado interno também foi outro fator que contribuiu para que acontecesse a curva de inflexão do crescimento da economia, por não haver uma política para exportar os produtos industriais brasileiros, até porque a própria política de proteção à indústria nacional tornava os produtos brasileiros pouco competitivos, quando comparados com os dos países centrais, em preços e em qualidade.

Também não se deve descartar a instabilidade política durante todo o governo de Jânio Quadros, que perdeu apoio parlamentar no Congresso e que o levou a renunciar ao seu mandato presidencial, em um gesto ainda incompreensível. Uns achavam que foi uma tentativa de golpe que se frustrou em si mesmo. Outros, como este autor, achavam que ele era doido mesmo. Ademais, após a sua renúncia, o País passou por diversas turbulências, mormente após o vice-presidente João Goulart ser efetivado na presidência da República graças a um efêmero parlamentarismo que durou 16 meses. Com a volta do presidencialismo e a posse de Jango como seu representante legítimo, as “cassandras” nos quartéis deram início ao plano de derrubada do governo. O que se seguiu todos conhecem: derrubada de Jango pelos militares e uma ditadura por eles instalada no País, cujo comando durou de 1964 a 1985, com sucessivos quatro presidentes gerais.

4 As crises econômicas e o fim do PSI

O PSI foi completado às avessas no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), quando não foi dada ênfase à indústria de bens de capitais, por vários motivos; o principal deles foi o esgotamento dos financiamentos bancários via capitais do exterior. Além da crise do sistema capitalista que havia começado em 1973 e que se agravou em fins da década de 1970, também se esgotara a capacidade de pagamento do Brasil.

A crise do México, que decretou a moratória de sua dívida externa, acendeu a luz vermelha no sistema financeiro internacional e, por conta da falta de financiamentos externos, a crise da dívida

se alastraria por quase todos os países da América Latina. E o Brasil, que se endividou fortemente, principalmente durante o II PND, não escapou da crise; foram 20 anos (de 1980 a 2000) com a economia patinando em um crescimento médio por volta de 1,2%. Levando-se em conta que o crescimento populacional naquela mesma época foi em média de 1,3% ao ano, vale dizer que foram duas décadas perdidas e que o brasileiro entrou no século XXI ganhando, em termos de renda *per capita*, o mesmo que ganhava nos anos 1980. Foi um período no qual se conjugou baixo crescimento com alta inflacionária, o que os economistas denominam de estagflação. Isso foi péssimo para o desenvolvimento industrial, que só atendia às classes média e alta, privilegiadas com a alta concentração de renda gerada pelo modelo de crescimento econômico oriundo dos 21 anos de ditadura militar no País (1964-1985), mas, principalmente, do período do “milagre econômico” (1968-1973). Esses foram os filhos da tecnoburocracia, como bem salienta Bresser-Pereira (1986).

A crise fiscal e financeira pela qual passou o Estado brasileiro impediu que se continuasse a manter o mesmo ritmo de crescimento que vinha obtendo durante o período do “milagre”, com média de crescimento do PIB de 11,2%, combinado com redução das taxas de inflação, caindo de 25,5%, em 1968, para 15,5%, em 1973 (cf. Tabela 1).

4.1 Anos 1980: aceleração da inflação e crise da dívida externa

Os anos 1980 e 1990 foram bastante significativos para a nação brasileira: involução econômica e avanço no campo político. Se, por um lado, durante vários anos as diversas equipes econômicas tentaram através de diversos planos econômicos uma saída para o processo inflacionário da economia, por outro, marcou a volta da democratização do País.

Os planos econômicos: Cruzado I e II, Bresser, Verão e “Arroz com Feijão” - todos no governo de José Sarney, que a partir de 1986 sucederam-se, embora com sucessos efêmeros - constituíram-se em um inferno econômico para o povo brasileiro, foi um real fracasso político, econômico e social.

O governo militar retirou-se do cenário político brasileiro entregando a presidência da República ao governo de Tancredo Neves e José Sarney - o primeiro governo civil depois de Jânio Quadros e João Goulart -, com uma inflação anual de 223,81% (em 1984) (cf. ainda a Tabela 1).

No final do Governo Sarney, em março de 1990,

a inflação chegou aos incríveis 82,39% naquele mês, medido pelo índice de preços ao consumidor amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No ano de 1989, último do Governo Sarney, a inflação atingiu 1.972,91% e os meses de janeiro, fevereiro e março de 1990, 65,55%, 75,73% e os incríveis 82,39% ao mês, respectivamente. Também a dívida externa disparou, quando passou de 90,1 bilhões de dólares, em 1984, para 105,8 bilhões, em 1989, no final do mandato do Governo Sarney, num crescimento de 17,4%. A impressão que se tem é que o presidente Sarney e sua equipe econômica desistiram da luta contra o processo inflacionário no último ano de seu mandato; e, quanto à dívida externa, essa parecia não ter solução.

Então, o problema (inflação e endividamento externo) passava para o próximo presidente, Fernando Collor de Mello, do PRN, que foi eleito diretamente pelo povo, em eleições no segundo turno, contra o ex-metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), do PT, que haviam deixado para trás políticos como: Leonel Brizola, Paulo Maluf, Guilherme Afif Domingos, Mário Covas, Ulysses Guimarães e outros, com destaque para o médico Enéas Carneiro (Prona), em eleições ainda no primeiro turno, quando concorreram 22 chapas. Tudo isso, após 30 anos da última eleição presidencial que ocorrera em 1960.

Na década de 1980, o PIB apresentou quatro anos de crescimento negativo: em 1981 (-4,25%), em 1983 (-2,93%), em 1988 (-0,06%) e em 1990 (-4,35%). Destaque-se que entre 1981 e 1983 o crescimento do PIB foi ridículo, cujo índice em 1982 foi de 0,83%. A renda *per capita* do brasileiro recuou de 2.124,60 dólares, em 1981, para 2.041,90 dólares em 1987, atingindo os menores níveis em 1983 e 1984, 1.491,00 e 1.447,10 dólares, respectivamente. A indústria, medida pela sua participação no PIB, elevou-se à média dos anos 1980, passando para 45,49%, contra os 42,22% dos anos 1970 (cf. Tabela 1).

O problema de combate à inflação era muito mais complicado do que imaginavam as equipes econômicas dos diferentes governos, e foi somente no governo de Itamar Franco, com o Plano Real, em 1994, que se encontrou uma solução com a equipe econômica comandada pelo ministro Fernando Henrique Cardoso, da pasta da Fazenda, o qual relutou em deixar o ministério das Relações Exteriores, pois o Itamar Franco já havia trocado de ministro da Economia por quatro vezes e, com

certeza, Fernando Henrique não desejava ser o próximo a ser defenestrado, por Franco.

4.2 Os anos 1990: abertura econômica, privatização da economia e fim do processo inflacionário da economia brasileira.

Os anos da década de 1990 iniciaram com um novo governo, como já aduzido. O presidente Collor de Mello, além de lançar um plano econômico esdrúxulo, surpreendentemente, sequestrou a maioria dos ativos financeiros da economia e executou um congelamento de preços de bens e serviços, como também políticas de intensificação da abertura econômica e de privatização.

Quando a população brasileira acreditava que estava livre de experimentalismos na economia do País - Planos Cruzado I e II, Bresser, Verão e "Arroz com Feijão" -, o primeiro presidente eleito diretamente pelo povo, depois de Jânio Quadros, aplicava também seu plano econômico, o Plano Brasil Novo, ou Plano Collor, o qual, por ter sido lançado no mesmo dia de sua posse isto é, no dia 15 de março de 1990, prejudicou os trabalhadores brasileiros, que só tiveram garantida a inflação do mês anterior - fevereiro -, perdendo a inflação dos primeiros 15 dias de março. Ademais, o congelamento de preços não foi respeitado, porque àquela altura dos acontecimentos, após sucessivos planos e choques, ninguém mais acreditava em tais medidas. Mas o confisco dos ativos financeiros foi algo novo, nunca tentando anteriormente, nem mesmo durante a ditadura militar, que tudo podia. Não se tem notícia de fato similar nem na história econômica mundial. O plano Collor foi uma verdadeira jabuticaba econômica (a jabuticaba é um fruto que só existe no Brasil).

No início do seu governo, Collor de Mello lançou a chamada nova Política Industrial e de Comércio Exterior (Pice), que Erber e Vermulm (apud CASTRO, 2005) entendem tratar-se de uma espécie de pinça, com uma perna que estaria destinada a incentivar a competição e outra a incentivar a competitividade. Entretanto, parece que apesar de ter crescido os recursos destinados à pesquisa e ao desenvolvimento (P&D), uma vez que passam de 0,5% do PIB, em 1989, para 1,3%, em 1994, já como um resultado prático da Pice, o que funcionou mesmo, na prática, foi a parte da pinça que incentivou a competição. Até porque a competitividade depende de muitas variáveis que levam tempo para maturar em uma sociedade, começando com educação; centros de qualidade

em ciência e tecnologia; capacitação de mão de obra, em todos os níveis (do chão de fábrica aos gabinetes da presidência); domínio por grande parte da população de um segundo idioma, só para citar algumas.

As reformas econômicas - promessas de campanha eleitoral - prosseguiriam com mudanças na política de comércio exterior adotando o câmbio livre, algo impensado desde os anos 1930, com a intensificação do programa de liberalização da política de importação que começou no final do Governo Sarney. O Governo Collor de Mello começou extinguindo as listas de produtos importados que tivessem suspensa a emissão de guias de importação, cerca de 1.300 deles inclusos no chamado Anexo C, e ainda os regimes especiais de importação, menos para os produtos da Zona Franca de Manaus, bens de informática e os que eram fabricados com insumos importados e revendidos ao exterior (*drawback*). Era o início do fim da mais importante maneira de controle quantitativo de importação de bens, que passaria a ser através das tarifas cujas alíquotas cairiam a cada ano, de 1990 até 1994, e cuja moda ficaria em 20%, para um intervalo de 0% a 40% de variação, o que daria certo espaço de tempo para que os empresários brasileiros se preparassem para uma competição com os produtos estrangeiros, o que não acontecia desde muitas décadas (CASTRO, 2005).

A abertura econômica pressionou bastante e de maneira incisiva a indústria brasileira, que nem teve tempo suficiente, segundo empresários, para se adaptar a uma concorrência de bens similares importados (muitos deles de melhor qualidade e preço menor). Muitas empresas tradicionais ou fecharam suas portas ou foram adquiridas pelos capitais estrangeiros. Houve ainda diversas fusões de empresas nacionais no intuito de ganhar escala e mercado. Mas foi com o início do processo de privatização das empresas estatais brasileiras que o Governo Collor ficaria marcado como o "puxador" do trem da privatização. Ao todo, conforme o BNDES (2002), ao longo dos governos de Collor de Mello e Itamar Franco, foram privatizadas 33 empresas federais, cujos principais setores abrangiam a siderurgia, petroquímica e fertilizantes, sendo arrecadada nos leilões das vendas a quantia de 8,6 bilhões de dólares e foram transferidos para os seus compradores 3,3 bilhões de dólares em dívidas dessas empresas vendidas.

O fim trágico do Governo Collor de Mello, sendo

expurgado (sob acusação de corrupção) do Palácio do Planalto através de um processo de impedimento movido pelo Congresso Nacional não interrompeu o processo de abertura da economia, que prosseguiu com a posse do vice-presidente Itamar Franco - cuja maior virtude talvez tenha sido livrar a economia brasileira do longo e duradouro processo inflacionário que se instalou no País em fins dos anos 1950, no governo de JK, e que perdurou até o do Plano Real, em 30 de junho de 1994, sob a liderança de Fernando Henrique, cuja passagem pela pasta da Fazenda foi meteórica: de maio de 1993 a março de 1994, quando deixou o ministério para se desincompatibilizar do cargo público e concorrer à presidência da República, cargo que ocuparia por dois mandatos de quatro anos, e, em ambas as eleições, derrotando o mesmo candidato das oposições: Lula.

5 A desindustrialização brasileira: PSE

O que se tem visto nos últimos anos é uma inversão na pauta de exportação dos produtos brasileiros: queda na venda dos produtos manufaturados e aumento dos produtos agrícolas. A cada dia diminui a competitividade dos produtos industriais brasileiros. Em 1980, a indústria de manufaturados participava com 25% na economia brasileira; em 2010, essa participação caiu para 16%. No ano de 2011 manteve-se no mesmo patamar, indicando o início da estagnação (MDIC, 2011). Uma comparação entre o ano de 2011 e o de 2010 já demonstra a tendência de diminuição nas exportações dos produtos manufaturados brasileiros, que se reduziram para 36,7%, em 2011, contra os 39,4%, no ano anterior, do total exportado, numa variação de -6,85. Já os produtos semimanufaturados sofreram uma redução de -2,14%, pois passou de 13,7%, em 2011, para 14,0%, em 2010. Os produtos básicos, como era de se esperar, continuaram avançando no comércio mundial, uma vez que tiveram um crescimento nas suas exportações de 6,5%, resultado de 47,5% do total exportado em 2011, para 44,6%, em 2010 (MDIC, 2011, 2012).

No que diz respeito às importações de bens de consumo, em 2011 houve um ligeiro aumento no percentual do total importado em 2010, de 17,7%, contra 17,3%, uma variação de 2,3%. A importação de bens de capital caiu, mesmo diante da baixa do preço do dólar quando os empresários poderiam renovar e/ou ampliar o parque industrial brasileiro, uma vez que o percentual de bens de capitais

importados em 2011 recuou para 21,2% do total das importações, uma queda de -6,2, comparados aos 22,6%, de 2010. (MDIC, 2011, 2012).

Pode ter sido uma boa estratégia do empresariado nacional, uma vez que os negócios enfraqueceram a partir do segundo semestre de 2011, por conta da crise financeira que se abateu sobre o mercado europeu, principalmente, o que acabou resultando num crescimento pífio de apenas 0,3% da indústria nacional, em 2011, quando comparados aos 10,5%, em 2010. Também se deve levar em conta que estava prevista uma recessão econômica para os países desenvolvidos para os anos 2011 e 2012, segundo alguns analistas (cf. TEIXEIRA JR; NAPOLITANO, 2011).

As importações de bens intermediários também recuaram em 2011, porém, com menor ímpeto do que os bens de capital: -2,4, resultado de uma participação de 45,1%, em 2011, para os 46,2% de 2010. O que cresceu na participação nos importados foi a conta "Petróleo e Combustíveis", já que esta aumentou em 15,1% do total importado, passando para 16,0%, em 2011, contra os 13,9% de 2010. Isso é bastante peculiar, uma vez que a Petrobrás afirma que a nossa produção de óleo é maior do que o nosso consumo e, no entanto, a importação do petróleo é crescente. Talvez essa seja outra ponta a ser investigada, porém, nesse trabalho não há espaço para tal.

É normal a redução da participação da indústria na economia devido ao crescimento dos serviços, mas o que se tem notado é que no Brasil esse processo tem-se acelerado devido à supervalorização do real frente ao dólar. Basta verificar como o País foi invadido por produtos estrangeiros, principalmente oriundos da China.

A sanha do governo brasileiro na cobrança de impostos parece não ter limites. Hodiernamente, os brasileiros pagam impostos de países de primeiro mundo e recebem serviços públicos subsaarianos; e, a cada ano, o governo avança mais a carga tributária sobre o PIB. Já na metade do mês de setembro de 2011, o brasileiro havia pago cerca de 1,0 trilhão de reais em impostos, nos três níveis: federal, estadual e municipal. Observa-se que o governo, quando mexe nas regras, em uma tentativa de melhorar as condições das empresas brasileiras, o faz de maneira equivocada. Recentemente, à guisa de proteger as indústrias locais, como a automobilística, por exemplo, retomou o protecionismo, tal como ocorrido em meados do mês de setembro, quando elevou em 30 pontos

percentuais o imposto sobre os produtos industrializados de veículos produzidos fora dos acordos do Mercado Comum do Sul (Mercosul), México e Uruguai, ou mesmo montados no Brasil, sem um índice de nacionalização de mais de 60%. Ao invés de reduzir a carga de impostos sobre os carros brasileiros (hoje perto de 50%) o governo acaba com a concorrência entre os carros locais e os importados. Essa medida impactará os preços dos importados entre 25% a 28%. O ex-presidente Collor de Mello, deve estar morrendo de rir na sua cadeira de senador da República, com a volta das carroças brasileiras protegidas pela volta do protecionismo nacional. (DALTRO; OYAMA, 2011).

O pior é que o governo brasileiro cobra cerca de 20% de tributos sobre os investimentos (máquinas e equipamentos importados). Um contrassenso, quando se quer tornar o País uma potência industrial e competitiva. Um levantamento realizado pelo Depecon (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp) e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, apontou que, apesar do consumo do brasileiro ter crescido 103% de janeiro de 2003 a maio de 2011, o volume da produção industrial cresceu apenas 32%, isso incluindo ainda a indústria de material de construção civil e de automóvel; numa clara demonstração de perda de participação da indústria brasileira no mercado interno e do avanço dos produtos importados, principalmente dos países asiáticos. Por conta disso, houve uma inversão no resultado da balança comercial das indústrias de transformação, excluindo as indústrias de extração mineral e construção civil, que se tornou negativa (PADUAN; PIMENTA; VETTORAZZO, 2011).

O grupo de países asiáticos exportou para o Brasil, em 2010, cerca de 56,1 bilhões de dólares, aumento de 55,3%, quando comparado ao ano anterior, significando 30,9% de nossas importações. Em seguida, aparece a União Européia com um total de exportações no valor de US\$ 39,121 bilhões, uma variação de 33,9% de nossas importações comparadas com 2009 e 21,5% de tudo o que se importou do resto do mundo. Logo após, aparecem os países da América Latina e Caribe, cujos valores somaram US\$ 30,819 bilhões, uma variação de 35,5% em relação a 2009, significando 17,0% de todas as importações brasileiras em 2010 (MDIC, 2011),

Vale destacar que, em 2010, somente dos países integrantes do Mercosul, o Brasil importou 16,612 bilhões de dólares, numa variação 26,7%,

quando comparado com 2009, pouco mais de 9,0% do total importado pela economia brasileira em 2010. Finalmente, os EUA, de quem se importou 27,249 bilhões de dólares, 35,0% de variação em relação a 2009 e 15,0% de toda a importação da economia brasileira (cf. Tabela 2, adiante).

A China deverá superar os EUA como o principal fornecedor de bens ao Brasil, uma vez que em 2010 a diferença entre um país e o outro era de pouco mais de 1,6 bilhão de dólares: EUA, 27,249 bilhões de dólares e a China 25,593, algo em torno de menos de 1,0% entre eles. Ambas as economias já dominavam quase que 30% do comércio de importados brasileiros.

Ainda se observa na referida Tabela que a participação das exportações dos EUA para a economia brasileira vem crescendo, em termos percentuais muito pouco, haja vista que em 2006 eles forneceram para o Brasil 14,850 bilhões de dólares, algo em torno de 15% do total fornecido por todos os demais países e esses valores se elevaram aos 27,2 bilhões de dólares em 2010, com uma participação no total para 16,2%, um crescimento de 83,3% em cinco anos. Por outro lado, a China vendeu em 2006 ao Brasil 7,989 bilhões de dólares, o que correspondeu a 8,7%, de todo o total que foi fornecido ao País pelo resto do mundo e esse valor elevou-se, em 2010, para 25,593 bilhões de dólares, significando naquele ano 14,1% do total que foi fornecido ao Brasil pelos demais países - um crescimento no período de 220,4%.

A Argentina, por conta do Mercosul e pelo atraso industrial dos demais países-membros do bloco, constitui-se no principal fornecedor ao Brasil na América Latina: 14,426 bilhões de dólares em 2010; e naquele ano superou a Alemanha (12,552 bilhões de dólares) em cerca de US\$ 1,8 bilhões. Em 2006, a Argentina exportou para o Brasil cerca de 8,1 bilhões de dólares e era o segundo país exportador para a economia brasileira; sua participação era de 8,8% do total importado pelo Brasil e foi reduzida para 6,9%.

Os maiores destaques no período de 2006 a 2010 ficaram por conta da Alemanha e da Coreia do Sul, quando se nota que o primeiro passou de 6,503 para 12,552 bilhões de dólares, num crescimento de 93% no período; já o país asiático vendeu para o Brasil, em 2006, US\$ 3,106 bilhões e, em 2010, esses valores cresceram 171,2% (8,422 bilhões de dólares). Porém, outro destaque entre os fornecedores ao Brasil está a Nigéria que,

em 2006, exportou 3,885 bilhões de dólares em petróleo e isso significou que da conta “Petróleo e Lubrificantes” daquele ano foi de US\$ 13,005 bilhões, cerca de 30% do total vieram daquele país africano. Em 2010, dos US\$ 29,958 bilhões gastos em importados daquela *commodity*, a Nigéria exportou para o Brasil 5,920 bilhões de dólares, ou quase 20% daquele total (Tabela 2), demonstrando que a política da Petrobras de diversificar suas compras de petróleo e seus derivados parece se concentrar em poucos fornecedores. A escolha da Nigéria pode ser explicada pela proximidade das costas no Atlântico Sul de ambos os países .

6 Um caso exemplar de como se perde competitividade no Brasil

A revista Exame, na sua edição de n. 998, de 24 de agosto de 2011, em artigo de Roberta Paduan, traz um estudo de caso em que fica evidente como uma empresa brasileira perde competitividade, mormente tendo do outro lado da concorrência as empresas chinesas. É o caso da Vulcabras Azaleia, a maior fabricante de calçados e artigos esportivos da América Latina, cujos principais produtos são: Olympikus, Reebok, Azaleia, Dijean, Funny, Opanka e OLK. A empresa global tem fábricas no Brasil e na Argentina, empregando 40 mil e 3 mil funcionários, respectivamente; e com um faturamento 2,2 bilhões e lucro de 121 milhões de reais em 2010.

As 23 fábricas da Vulcabras Azaleia contam com uma tecnologia inovadora que, para produzir a mesma quantidade de calçados que a empresa

consegue, uma concorrente chinesa teria que contratar 30% de empregados a mais do que conta a empresa brasileira. Esses resultados são frutos de uma tecnologia e dos processos utilizados na produção. Sua maior fábrica está localizada na cidade de Horizonte (CE), na região metropolitana de Fortaleza, mesmo sendo considerada como uma das mais modernas do mundo, com toda a tecnologia e produtividade consegue “[...] vencer a diferença de custos entre os calçados brasileiros e os importados da China. Os calçados chineses custam, em média, metade do preço dos fabricados aqui” (PADUAN, 2011, p. 189).

Isso vem refletindo no faturamento da empresa brasileira, que, em 1985, representava 35% e, em 2010, 6%, numa clara demonstração de perda de mercado externo para os produtos chineses. Se não bastasse essa perda de receita com as vendas para exterior, ainda sofre internamente a concorrência dos calçados chineses, que de 2007 para cá cresceram 50% ao ano.

O transporte impacta o preço dos tênis fabricados pela Vulcabras Azaleia de forma bastante significativa. Como o País não dispõe de sistemas de transporte ferroviário nem de cabotagem, a logística impõe o uso do rodoviário, estradas mal conservadas e com constantes ataques de quadrilhas de ladrões que roubam as cargas e muitas vezes assassinam os motoristas dos caminhões.

Para se ter uma ideia do absurdo que é o custo de transporte no País, para se transportar um par de tênis fabricado em sua fábrica em Horizonte

Tabela 2 - Principais países fornecedores ao Brasil – 2006/2010 (em US\$ milhões)

Países	2010	2006	% 2010/09	% 2006/05	Participação %2010	Participação %2006
Estados Unidos	27.249	14.850	35,0	16,5	16,2	15,0
China	25.593	7.989	60,9	50,4	14,1	8,7
Argentina	14.426	8.057	27,9	30,1	7,9	8,8
Alemanha	12.552	6.503	27,2	6,7		
Coréia do Sul	8.422	3.106	74,8	34,5	4,6	3,4
Japão	6.982	3.839	30,1	13,7	3,8	4,2
Nigéria	5.920	3.885	24,4	47,7	3,3	4,3
Itália	4.838	2.570	32,0	13,8	2,7	2,8
França	4.800	2.837	32,7	5,9	2,6	3,1
Índia	4.242	...	93,6	...	2,3	...
Chile	4.091	...	53,0	...	2,3	...
México	3.858	...	38,6	...	2,1	...
Reino Unido	3.155	...	31,0	...	1,7	...
Taiwan	3.104	...	28,7	...	1,7	...
Suíça	2.876	...	39,4	...	1,6	...

(CE) até o centro de distribuição em Jundiaí (SP), uma carreta percorre cerca de 3.200 km e isso acusta para a Vulcabrás Azaleia R\$ 1,11 por par de tênis. Já uma fábrica chinesa gasta R\$ 1,17 com o transporte de um par de tênis do porto de Hong Kong, numa distância de 18.000 km (5,6 vezes mais) até o porto de Santos em São Paulo. E a comparação não para por aí. A energia elétrica paga pelas empresas brasileiras é 2,3 vezes mais cara do que a que é paga pelas indústrias chinesas. No Brasil, um megawatt-hora custa R\$ 329, ao passo que na China custa R\$ 142,00. Não se deve esquecer de que a energia elétrica no Brasil é quase que 100% gerada por hidroelétrica, que é uma das mais baratas do mundo, quando comparadas com as dos demais países industriais.

Finalmente, o custo financeiro para as empresas brasileiras, por conta de uma taxa de juros escorchantemente praticada pelo Bacen, por volta dos 6,7% (taxa de juro real no final de junho de 2011), contra uma das mais baixas taxas de juros do mundo: a chinesa, que no mesmo período não passava de 1% em termos reais.

Por conta de tudo o que foi citado acima, a Vulcabrás Azaleia já está planejando a compra de uma fábrica na Índia, numa tentativa de recuperar a sua competitividade. A ideia é fabricar componentes para equipar os produtos fabricados no Brasil, uma vez que a mão de obra na Índia é mais barata, segundo afirmou Milton Cardozo, presidente da empresa brasileira (PADUAN, 2011). Mas, do jeito que as coisas estão acontecendo no País, é provável que os brasileiros comprem tênis e demais produtos fabricados pela Vulcabrás Azaleia *made in India*.

6 Conclusão

A falta de uma política industrial, não que dê privilégios ao setor, mas condições para competir com as demais potências industriais, mormente a China e os demais países asiáticos, pode levar (e já está levando) o País ao retorno da condição de agroexportador (um retorno aos anos pré-1930), apesar de o País possuir o segundo maior parque industrial das Américas. Não se trata de prever o caos, mas de antecipar o mesmo. No decorrer deste artigo, mostrou-se o quanto foi custoso para a população a montagem de seu parque industrial. Em alguns casos, principalmente durante o PSI, teve que arcar com preços caríssimos de produtos fabricados pela indústria nacional por conta de margens de lucros altíssimas possibilitadas pela

barreira alfandegária brasileira. Aqui não se está defendendo a volta dessas barreiras, pelo contrário, elas se mostraram ineficientes no que diz respeito à qualidade e ao preço de nossos produtos industriais. Como bem disse certa vez o ex-presidente Collor de Mello, o Brasil fabricava verdadeiras “carroças”, referindo-se aos carros fabricados no Brasil, quando comparados aos demais fabricados no mundo industrial, por exemplo. O que se quer do governo federal é uma urgente desoneração dos produtos industriais brasileiros (e também dos serviços), pois ainda se tem um longo caminho a percorrer em infra-estrutura, telefonia, transporte, saúde e educação.

Nos últimos 40 anos passamos de uma média de estudo de 2 para 7,2 anos com nossas crianças com 10 anos ou mais; o analfabetismo recuou de 39% de pessoas com 15 anos ou mais para 9,7% em fins dos anos 2010; a participação percentual das crianças matriculadas no ensino fundamental (de 6 a 4 anos) passou de 51%, em 1967, para cerca de 98%, no final de 2009; o ensino médio ainda não conseguiu uma taxa mais expressiva por conta da evasão dos jovens para o primeiro emprego, entretanto, conseguiu um avanço expressivo, quando saiu dos 39%, em 1967, para 91% em 2009; e no ensino superior, o crescimento foi de 14,1 vezes, uma vez que saiu dos 426 mil matriculados em 1967 para 6,0 milhões em 2009. (LAHÓZ, 2011).

Atualmente, pouco mais de um quarto da população brasileira (26%), ou pouco mais de 49,2 milhões, conta com cobertura de plano de saúde do sistema privado. Mas ainda existem cerca de 140 milhões de brasileiros que dependem unicamente da rede pública - do Sistema Único da Saúde (SUS) (LAHÓZ, 2011). Isto tudo é tese, uma vez que existem grotões nesse país onde só chega a notícia do SUS. Não poderia ser diferente, num país cujos gastos com a saúde não passam de 610 dólares em média por habitante/ano, cuja população disputa 24 leitos hospitalares para cada 10.000 doentes e 1 médico para quase 600 habitantes. O Brasil optou por um sistema de saúde universal, algo muito positivo, pois é incluyente. Mas estamos longe de ter resolvido o problema da saúde, pois a prática mostra que o SUS não atua bem ao ser tanto financiador como prestador de serviços. Um modelo mais eficiente é o do SUS como financiador e como contratante de serviços privados (LAHÓZ, 2011).

Ademais, todo final de ano é um tormento para os brasileiros que pretendem viajar para o interior do País ou mesmo para o exterior: o “apagão” dos aeroportos, como ficou batizado o mau atendimento, a falta de estrutura e os costumeiros atrasos dos voos. É comum uma espera de até quase meia hora para os passageiros desembarcarem das aeronaves, à espera dos ônibus para o traslado até a estação de passageiros, entre muitos outros problemas. No ano de 2010, o movimento de passageiros atingiu o número de 155 milhões em todo o país. Em 2011, de janeiro até outubro, esse número já superava 1680 milhões, num crescimento de 8,4% nos 10 primeiros meses do ano (INFRAERO, 2011). E aqui não se faz menção ao estado péssimo das rodovias públicas, cujo estado de conservação, em 2010, 68% iam de regular a péssimo, ao passo que as que estavam sob a administração privada, 87%, apresentavam bom estado de conservação. (LAHÓZ, 2011)

O Brasil tem um dos serviços de telefonia mais caro do mundo, por conta da carga tributária incidente sobre o mesmo, 42%. Embora a *internet*, em 2010 já fizesse parte das residências de 35 milhões de pessoas no País, menos de 2 milhões contavam com conexões velozes (acima de 8 megabits por segundo) (LAHÓZ, 2011). Com certeza, tendo uma carga tributária mais leve, um custo de logística reduzido a de países concorrentes e um “custo Brasil” zerado, a indústria nacional poderia pagar mais e melhor ao operário brasileiro. Até porque interessa a ela apagar essa ideia de que no capitalismo o operário consome o que ganha e os empresários ganham o que consomem ●

Referências

- ANDRADE, A. C. *Secas e irrigação pública no Nordeste do Brasil*. 1996. 278f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. (mimeo).
- BRESSER PEREIRA, L. C. *Estado e subdesenvolvimento industrializado*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- BRESSER PEREIRA, L. C. *Economia brasileira*. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CASTRO, L. B. de. Privatização, abertura e desindexação. In: GIAMBIAGI, F. et al. *Economia brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 141-165.
- DALTRO, A. L.; OYAMA, E. Vai ficar mais caro. *Veja*, São Paulo, ed. 2235, a. 44, n. 38, p. 72-73, 21 set. 2011.
- FONSECA, P. C. D. O processo de substituição de importações. In: REGO, J. M.; MARQUES, R. M. (Org.). *Formação econômica do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 249.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- GALA, P. Formação do Brasil no Atlântico Sul. In: REGO, J. M.; MARQUES, R. M. (Org.). *Formação econômica do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 25-57.
- GIAMBIAGI, F. et al. Apêndice estatístico. In: GIAMBIAGI, F. et al. *Economia brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 401-418.
- INFRAERO. Movimento operacional da rede Infraero. jan.-out. 2011. Disponível em: <<http://www.infraero.gov.br/index.php/br/estatistica-dos-aeroportos.html>>. Acesso em: 22 nov. 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Sistema de Contas Nacionais. Referência 2000. Disponível em: <<http://ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 jul. 2011
- LAHÓZ, A. O mais difícil vem agora. *Exame*, São Paulo, ed. 1000, a. 45, n. 17, 21 set. 2011. p. 62-69
- LAMUCCI, S. A indústria perde competitividade. *Valor Econômico*, 08 jul. 2011. [online]. Disponível em: <<https://conteudoclipingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2011/7/8/a-industria-perde-competitividade/>>. Acesso em: 09 jul. 2011.
- LANDES, D. *Wealth and poverty of nations*. New York: W.W. Norton, 1998.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC. Balança comercial brasileira: dados consolidados. Brasília: MDIC, 2007.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC. Balança comercial brasileira: dados consolidados. Brasília: MDIC, 2011
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC. Balança comercial brasileira: dados consolidados. Brasília: MDIC, 2012
- NICOL, R. Pré-requisito da indústria. In: REGO, J. M.; MARQUES, R. M. (Org.). *Formação econômica do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 175-224.
- PADUAN, R. Assim, fica difícil competir, mostra o case da Vulcabras Azaleia. *Exame*, São Paulo, ed. 998, a. 45, n. 15, 24 ago. 2011.
- PADUAN, R.; PIMENTA, A.; VETTORAZZO, L. Se for só o começo. *Exame*, São Paulo, ed. 997, a. 45, n. 14, p. 184-188, 10 ago. 2011.
- PINHO, I. Economia brasileira em perspectiva histórica. Disponível em: <http://www.ivanpinho.com.br/downloads/economia_turismo/17417_Economia_e_Turismo_Aula_19_Vol_2.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2011.
- SANDRONI, P. *Dicionário de economia do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SOARES, P. T. P. L. A propósito do chamado processo de substituição de importações. In: REGO, J. M.; MARQUES, R. M. (Org.). *Formação econômica do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 282-299.
- SOUZA, J. M. *Economia brasileira*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.
- TAVARES, M. C.; BELUZZO, L. G. M. *Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- TEIXEIRA JR, S.; NAPOLITANO, G. Nós e a crise. *Exame*, São Paulo, ed. 998, a. 45, n. 15. p. 4-10. 24 ago. 2011.

* Professor do Dept de Ciências Econômicas/UFPI, coordenador do Núcleo de Pesquisa Interinstitucional de Economia Brasileira Contemporânea (NEBRAC), Doutor em História Econômica/USP.

EXPANSÃO DO CRÉDITO CONSIGNADO NO BRASIL ENTRE OS ANOS 2004 E 2011

Por Adriano Tôrres Figueredo* e José Natanael Fontenele de Carvalho

Resumo: O objetivo deste estudo é demonstrar a evolução do crédito pessoal no Brasil durante os anos 2000. Utilizou-se o levantamento bibliográfico, além de dados secundários disponibilizados pelo Banco Central do Brasil. Observou-se que a modalidade de crédito consignado apresentou resultados expressivos em termo de operações contratadas, com predominância dos trabalhadores públicos. As taxas de juros, declinantes, tiveram papel fundamental na decisão pela busca ao crédito.

Palavras-chave: Economia bancária. Crédito. Consignação.

1 Introdução

O mercado de crédito no Brasil vem apresentando evolução crescente nos últimos anos, refletindo positivamente no dinamismo da atividade econômica do País. Acredita-se que esse avanço da oferta de crédito mostra sua relevância especialmente na movimentação de negócios do comércio em geral.

A facilidade do acesso ao crédito, bem como sua disponibilidade, veio acompanhada da política de incentivo ao consumo do governo federal, notadamente através da redução das taxas de juros e, também, da redução de impostos.

De acordo com Freitas e Prates (2009), o Brasil vivencia o mais prolongado ciclo de crédito desde a adoção do Plano Real. O atual ciclo de ampliação do crédito teve início em 2003, quando houve a combinação, de um lado, da confirmação da garantia de que não haveria alteração na política econômica do governo que entrou no poder e, de outro lado, a menor volatilidade macroeconômica, como decorrência da melhoria das contas externas num contexto internacional favorável, vigente a partir de então, em termos tanto do comércio exterior como das condições de liquidez para os países emergentes. Esse cenário de menor volatilidade macroeconômica e de expectativa de redução nas taxas básicas de juros levou os bancos a redefinirem suas estratégias operacionais, priorizando a expansão do crédito.

Dentre as modalidades de créditos disponíveis, o crédito consignado adquiriu grande importância desde sua aprovação pelo governo federal, em 2004. A partir de então, a procura por este tipo de crédito vem elevando-se substancialmente, contribuindo

para o aumento do poder de consumo da população. Cabe frisar que a oferta do crédito consignado tem acompanhado o ritmo de sua procura, notadamente pela quase inexistência de risco na operação, já que a garantia do empréstimo é a folha de pagamento.

Nesta perspectiva, o objetivo geral deste artigo é demonstrar a evolução do crédito consignado no Brasil entre os anos de 2004 e 2011.

Especificamente, o artigo apresenta e discute os dados referentes ao volume de crédito pessoal e consignado no Brasil e mostra o comportamento das taxas de juros praticadas nestas modalidades de crédito.

Como procedimento metodológico, fez-se uso de uma revisão bibliográfica discutindo os autores a respeito da temática. Essa etapa objetivou fornecer suporte teórico às inferências apresentadas ao longo do trabalho. Para a obtenção dos dados referentes ao volume de crédito pessoal e consignado no Brasil, além das taxas de juros praticadas, buscaram-se dados do Banco Central do Brasil, através do Sistema de Informações de Crédito e da Federação Brasileira de Bancos.

O artigo encontra-se estruturado em duas seções além dessa introdução e da conclusão. A seguir, apresenta o referencial teórico e, na terceira seção, discute os dados referentes ao volume das operações de crédito consignado no Brasil.

2 Moeda, crédito e crescimento econômico

O objetivo desta seção é discutir os pressupostos teóricos e conceituais deste estudo, em torno da temática principal deste trabalho - o crédito.

2.1 Moeda: conceito e funções

Em conformidade com Lopes e Vasconcelos (2008, p. 54), a moeda é um objeto que desempenha três funções: meio de trocas, unidade de conta e reserva de valor:

O surgimento da moeda decorreu do progresso econômico, com a especialização dos indivíduos em produções isoladas, que não eram capazes por si sós de atender ao conjunto de todas as necessidades. Para a satisfação destas, deve-se recorrer cada vez mais aos demais agentes para obter, por meio da troca, os produtos de que necessitamos. As trocas podem ser feitas de forma direta, o escambo, ou de forma indireta, pela intermediação da moeda.

De acordo com Leite (2000), a principal função da moeda é a intermediação de trocas ou meio de pagamento. Nessa função, a moeda surge como um bem intermediário cuja posse é desejada em virtude de seu poder liberatório no pagamento de compras e dívidas. Dessa função, dois importantes benefícios para o desempenho da atividade econômica: (i) a moeda facilita as transações, reduzindo seus custos e tempo de execução, uma vez ser cambiável por qualquer outra mercadoria; e (ii) possibilita a especialização da produção e do trabalho, ao tornar desnecessária a produção para auto-consumo.

A segunda função da moeda, que é de denominador comum de valor, ou unidade de conta, diz respeito ao fornecimento de padrão para que as demais mercadorias expressem seus valores. Assim, em um sistema baseado em trocas diretas, em cada transação, é determinado o preço de uma mercadoria em relação a outra. Dessa forma, para uma mesma mercadoria, o referencial de valor é alterado em cada transação (LOPES; VASCONCELLOS, 2008).

Já a terceira função desempenhada pela moeda, qual seja, a de reserva de valor, é uma necessidade decorrente de sua primeira função (meio de troca). A separação entre os atos de compra e de venda em termos individuais, conforme Lopes e Vasconcellos (2008), permite a separação temporal, ou seja, o indivíduo, ao vender, não precisa comprar imediatamente outra mercadoria. Para que o indivíduo possa escolher o momento de realizar o poder de compra adquirido ao vender sua mercadoria, este deve manter seu valor ao longo do tempo, isto é, a moeda deve, pelo menos durante determinado período de tempo, ser reserva de valor.

2.2 Crédito: origem e formas

Consoante Maciel (2008), a palavra crédito tem origem do latim: *creditum*, que, por sua vez, sucede do verbo *credere*, isto é, ter confiança. Portanto, crédito é a confiança que os homens depositam uns nos outros. Dessa forma, o alicerce do crédito é a confiança que o credor deposita na pessoa a quem outorga o crédito de que a mesma lhe restituirá o capital mutuado.

Portanto, pode-se inferir que o crédito nada mais é do que uma confiança dada ao cliente para que ele tenha mais tempo para efetuar o pagamento de uma determinada compra ou utilização de um serviço. Deve-se ressaltar, no entanto, que o conceito de crédito está sujeito ao contexto a que se refere.

Furlan (2009) diferencia crédito público de crédito privado: o primeiro decorre da necessidade do governo de obter dinheiro na economia e é viabilizado através da emissão de títulos da dívida pública. Ao negociar os títulos, o governo amplia suas reservas e adquire crédito da confiança que os investidores depositam na economia do país. Já o crédito privado deriva da necessidade de financiamento à produção e ampliação do consumo e sofre a regulação do Banco Central, por meio de política macroeconômica, interferindo no maior ou menor volume de crédito disponível no país.

De acordo com Fassarella (2010), há diversos tipos de crédito, dependendo da modalidade a que ele se destina. A divisão mais comum é entre crédito à pessoa física e à pessoa jurídica. Os empréstimos a pessoa física mais comuns se distribuem em três modalidades: cheque especial, crédito direto ao consumidor (CDC) e crédito consignado.

O cheque especial é uma operação de crédito que consiste na disponibilização de um limite de crédito que pode, a qualquer momento, ser utilizado e também restituído pelo mutuário. Trata-se de uma operação que traz grande comodidade para o cliente, no entanto, os juros são mais elevados e cobrados somente sobre o período de utilização. O CDC, de forma análoga ao cheque especial, consiste em um limite de crédito liberado ao cliente do banco, que pode ser acessado oportunamente e os pagamentos são posteriormente debitados em prestações mensais na conta do cliente. As modalidades cheque especial e CDC têm apenas a garantia pessoal, ou seja, não há nenhuma garantia colateral, nem mesmo de avalista, e os recursos podem ser utilizados livremente pelo cliente, sem

necessidade de indicar a sua destinação. Em geral, as taxas de juros são elevadas, como também a taxa de inadimplência (FASSARELLA, 2010).

O crédito consignado no Brasil teve sua origem ainda na década de 1950, quando a lei n. 1046 de 3 de janeiro de 1950, dispôs sobre a consignação em folha de vencimentos aos funcionários públicos, militares, juízes, membros do ministério público, senadores, deputados e outros. No artigo 21 da citada lei, com redação modificada pela lei n. 2856/53 determinou que a soma das consignações não excederá 30% do vencimento, remuneração, salário, subsídio, pensão, montepio, meio-soldo e gratificação adicional por tempo de serviço (FURLAN, 2009).

Em 17 de setembro de 2003, foi baixada a medida provisória n. 130, transformada na lei n. 10.820, em 17 de dezembro de 2003, que regulamentou a contratação de empréstimos mediante a caução do pagamento das prestações por meio de desconto em folha de pagamento para os empregados da iniciativa privada e os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), que incorpora todos os trabalhadores aposentados da iniciativa privada no Brasil.

Conforme Fassarella (2010), a referida lei teve como principal finalidade instituir segurança jurídica para a concessão de crédito e, dessa forma, harmonizar a oferta de recursos em melhores condições para os tomadores de empréstimos, principalmente em termos de menores taxas de juros e de prazos mais esticados. O crédito consignado consiste em uma operação de empréstimo cujo retorno se dá por meio de prestações mensais que são descontadas diretamente no salário do mutuário. Portanto, possui uma boa garantia, razão pela qual se espera que a inadimplência seja muito pequena e, conseqüentemente, os juros sejam menores. Juros menores devem aumentar a demanda por empréstimos, o que pode gerar migração, ou seja, a transferência de outras modalidades de empréstimo para o crédito consignado, elevando o bem-estar geral, em especial relativamente aos tomadores de crédito.

Assim, nota-se que o crédito consignado oferece condições especiais de contratação, sendo uma operação de baixíssimo risco. Esse diferencial, portanto, tem promovido a ampliação dessa forma de contratação, garantindo disponibilidade imediata de crédito às pessoas habilitadas a esta operação.

2.3 Crédito e crescimento econômico

Galeano e Feijó (2011) afirmam que é extensa a literatura empírica que associa mais crédito e financiamento e maiores taxas de crescimento econômico. De tal modo, qualquer processo de alavancagem do crescimento deve registrar, concomitantemente, um aumento na atividade de intermediação financeira no país ou região. No que tange às evidências empíricas de que a expansão do crédito favorece ao desenvolvimento econômico, que, por sua vez, favorece o desenvolvimento do setor financeiro, modelos de crescimento, em geral, têm como característica comum a reduzida relevância conferida às condições de financiamento como fator importante para desencadear o crescimento econômico.

Segundo Keynes (apud ANDRADE, 2009), a possibilidade de se elevar o volume de moeda surge através de um crescimento da renda ou do afrouxamento das condições de crédito dado pelo sistema bancário. A oferta de moeda, desse modo, não se dá em consequência do controle de agregados monetários, mas é conduzida basicamente pelas taxas de juros. A demanda não pode ser tratada como determinante única da oferta de crédito e evidenciou para este papel a preferência pela liquidez, que constitui a essência de toda sua teoria monetária; estendendo este fator, então, ao sistema bancário, afirmando seu poder de decidir sobre a ampliação do crédito, segundo suas expectativas referentes às taxas de juros e sua confiança nas previsões de mudanças das mesmas, e sobre a alocação dos recursos livres em determinados investimentos, conforme a sua propensão à liquidez.

Do exposto, infere-se que as instituições bancárias têm papel fundamental na concessão de recursos monetários que fomentarão o crescimento da economia. No entanto, seguindo a postura keynesiana, a incerteza e a preferência pela liquidez permeará o sistema financeiro, conduzindo o dinamismo da oferta de crédito.

3 Operações de crédito consignado no Brasil

Esta seção discute os dados referentes às operações de crédito consignado no Brasil, demonstrando sua evolução.

3.1. Evolução das operações de crédito consignado no Brasil

O crédito consignado em folha de pagamento foi regulamentado pela já mencionada lei n. 10.820/03. A partir de 2004, tal forma de contratação adquiriu

importância crescente no total de empréstimos pessoais concedidos pelas instituições financeiras. Na Tabela 1, pode-se visualizar o desempenho do crédito pessoal total e do crédito consignado no período entre 2004 e 2011.

Tabela 1: Evolução das operações de crédito* pessoal e consignado, Brasil, 2004-2011

Período	Crédito consignado ¹			Participação do setor privado no crédito consignado total	Total do crédito pessoal, incluindo consignado	Participação do consignado no crédito pessoal
	Trabalhadores					
	Públicos ²	Privados	Total			
(a)	(b)	(c=a+b)				
dez/04	14 164	2 464	16 628	14,8%	49 356	33,7%
dez/05	28 332	3 988	32 320	12,3%	70 739	45,7%
dez/06	42 124	6 024	48 148	12,5%	88 710	54,3%
dez/07	56 179	8 506	64 685	13,2%	112 467	57,5%
dez/08	68 201	10 689	78 890	13,5%	143 687	54,9%
dez/09	92 961	14 922	107 883	13,8%	178 131	60,6%
dez/10	118 329	20 019	138 348	14,5%	226 691	61,0%
dez/11	136 238	22 859	159 097	14,4%	271 713	58,6%

Fonte: Banco Central do Brasil

Nota: *Em Milhões de R\$

1 Últimas datas-base calculadas com base nos dados do Sistema de Informações de Crédito (SCR) e da pesquisa com treze dos maiores bancos que operam com crédito pessoal. Inclui empréstimos realizados pelas cooperativas de crédito.

2 Inclui empréstimos para funcionários públicos, ativos e inativos, aposentados e pensionistas do INSS.

A Tabela 1 mostra que, em 2004, ano de regulamentação do crédito consignado, a procura por esse tipo de empréstimo foi bastante expressiva, somando R\$ 16,62 bilhões. Em 2005, observa-se que a modalidade praticamente dobrou suas operações, atingindo R\$ 32,32 bilhões. Os dados mostram ainda que, entre 2004 e 2011, as operações de crédito consignado apresentaram um crescimento de 956,80%, com superioridade de contratações por funcionários públicos.

O setor privado participou com apenas 14,8% do total de contratações. Esse percentual não sofreu grandes alterações durante todo o período em foco com participação média de 13,62%. A pequena participação do setor privado nas operações de crédito consignado, segundo Banco Central do Brasil (2007), deve-se à falta de estabilidade no emprego. A medida para incrementar a participação do trabalhador da iniciativa privada no crédito consignado seria a criação de um sistema adequado para garantir que o tomador do empréstimo permaneça honrando sua dívida com desconto em folha de pagamento, ainda que este troque de emprego.

Torres (2010) e Galeano e Feijó (2011), asseveram que a queda nas taxas de juros reais foi

fundamental para o aumento da demanda pelo crédito bancário entre 2004 e 2009. O comportamento da taxa de juros no período está ilustrado na Tabela 2.

Tabela 2: Taxa de juros do crédito consignado e crédito pessoal, Brasil, 2004-2011

Período	Taxa de juros			
	%aa		%am	
	Consignado	Crédito pessoal	Consignado	Crédito pessoal
Dez/04	39,2	77,3	2,79	4,89
Dez/05	36,4	81,1	2,62	5,07
Dez/06	33,3	73,3	2,42	4,69
Dez/07	28,1	59,1	2,08	3,94
Dez/08	30,8	76,7	2,26	4,86
Dez/09	27,2	58,3	2,02	3,90
Dez/10	27,7	56,4	2,06	3,80
Dez/11	27,0	48,2	2,01	3,33

Fonte: FEBRABAN, com dados básicos do Banco Central do Brasil

Observando a Tabela 2, constata-se que a taxa de juros anual tanto do crédito consignado como do crédito pessoal apresentam tendência declinante ao longo dos anos em análise, pois é clara a superioridade da taxa de juros do crédito pessoal comparativamente à taxa do crédito consignado. Em 2004, enquanto a taxa ao ano do consignado foi de 39,2%, a taxa do crédito pessoal alcançou 77,3%. No ano seguinte, a taxa elevou-se para 81,1% na modalidade crédito pessoal, enquanto que a taxa do consignado caiu para 36,4%. No ano de 2008, percebe-se uma pequena elevação da taxa de juros, tanto no crédito pessoal como no crédito consignado. Enquanto que a taxa do consignado ficou em 30,8%, a do crédito pessoal atingiu 76,7%. Essa elevação configurou-se como resposta imediata do setor financeiro às incertezas advindas da crise financeira internacional.

Na visão do Banco Central (2009, p. 49), este foi um “comportamento defensivo” por parte das instituições financeiras, já que a taxa de juros está intrinsecamente relacionada à incerteza com relação ao futuro.

4 Conclusão

Diante dos dados apresentados e discutidos ao longo do trabalho, constatou-se que o mercado de crédito mostrou-se em grande expansão durante os anos 2000, fortemente ancorado pela política monetária praticada pelo governo federal.

As diversas medidas, especialmente de cunho monetário, tiveram impacto direto no mercado de crédito do Brasil, como a flexibilização, pelo Banco Central, na utilização, e as regras de recolhimento do depósito compulsório, utilizando-o para injetar

liquidez nos mercados monetário e financeiro nacional e para financiar empréstimos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); agilidade na compra por parte dos bancos públicos de instituições financeiras em risco de insolvência; e implementação de cortes na taxa de juros básica da economia brasileira.

Com relação ao crédito consignado, notou-se que esta modalidade foi importante por proporcionar, efetivamente, a democratização do crédito no Brasil, fazendo com que grande parcela da população ampliasse consideravelmente sua participação no mercado de consumo.

Diante da instabilidade do trabalhador privado, notou-se que os trabalhadores públicos apresentaram maior participação na concessão de crédito consignado. A participação do setor privado no crédito consignado total atingiu somente 14,4% em 2011. No caso dos trabalhadores públicos, a estabilidade do emprego garante o pagamento da dívida ou, pelo menos, reduz amplamente a possibilidade de inadimplência.

Acredita-se que as taxas de juros, declinantes, tiveram papel fundamental na decisão pela busca ao crédito, principalmente do consignado. Observou-se que, em 2004, a taxa de juros anual praticada pelo crédito consignado era de 39,2%, enquanto que a taxa do crédito pessoal era de 77,3%. Já em 2011, a taxa de juros anual do crédito consignado atingiu 27,0% e a do crédito pessoal, 48,2%. Portanto, tanto o crédito consignado como o crédito pessoal têm apresentado taxas de juros com tendência de queda, ao longo dos anos.

Portanto, acredita-se que a expansão do crédito, acompanhada pela redução de seus custos influenciou fortemente a movimentação dos negócios no Brasil, tendo a seu favor a estabilidade da economia, blindada pela política macroeconômica adotada no País ●

Nota

(1) Este artigo é baseado no trabalho de conclusão do curso de graduação em Ciências Econômicas, da Universidade Federal do Piauí, intitulado "Evolução das operações de crédito pessoal no Brasil entre os anos de 2004 e 2011".

Referências

- ANDRADE, C. M. C. *Crédito e crescimento econômico*. 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de economia bancária e crédito*. 2007. Disponível em: <www.bcb.gov.br/?relecon07>. Acesso em: 12 set. 2012.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de economia bancária e crédito*. 2009. Disponível em: <www.bc.gov.br/?RELECON10>. Acesso em: 12 set. 2012.
- FREITAS, M. C. P.; PRATES, D. M. O mercado de crédito no Brasil. In: BIAZOTO JR, G.; NOVAIS, L. F.; FREITAS, M. C. P. *Panorama das economias internacional e brasileira*. São Paulo: Funcap, 2009.
- FASSARELLA, R. L. *Impacto da lei de crédito consignado nos diferentes tipos de crédito para pessoa física*. 2010. 35 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Mestrado Profissional em Administração, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças, Vitória, 2010.
- FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS. *Informações estatísticas do setor*. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br/bd/>>. Acesso em: 18. Set. 2012.
- FURLAN, R. C. *A evolução do crédito consignado no estado de Roraima*. 2009. 172 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- GALEANO, E. V.; FEIJÓ, C. Crédito e Crescimento Econômico. In: Centro de estudos sobre desigualdade e desenvolvimento. *Texto para Discussão*, Niterói, n. 32, mar. 2011.
- LEITE, J. A. A. *Macroeconomia*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- LOPES, L. M.; VASCONCELLOS, M. A. S. (Org.). *Manual de macroeconomia*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MACIEL, V. *Direito Tributário*. Rio de Janeiro: Instituto Signorelli, 2008.
- TORRES FH, E. Crédito cresce forte em 2009, apesar da crise internacional. *Visão do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, n. 80, abr. 2010.

*Bacharel em Ciências Econômicas (UFPI).

**Professor do Departamento de Ciências Econômicas e Quantitativas (UFPI, Campus de Parnaíba).

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA EM FACE DA ATUAÇÃO INTERNACIONAL DOS GOVERNOS NÃO CENTRAIS

Por João Ricardo Pessoa Xavier de Siqueira*

Resumo: O artigo analisa a formulação/implementação da política externa brasileira em face ao paradigma globalizante atual e à atuação internacional dos entes subnacionais, considerando a participação deste - paradiplomacia - em negociações no plano externo, com o objetivo de demonstrar a importância da intervenção dos governos subnacionais nas relações internacionais.

Palavras-chave: Política externa. Paradiplomacia. Globalização.

1 Paradiplomacia: aspectos conceituais e sistemáticos

Paradiplomacia, cooperação descentralizada ou diplomacia federativa são as designações mais comumente encontradas na doutrina especializada para designar a atuação de entes subnacionais no cenário internacional; e pode ser definida como:

[...] o envolvimento de governo subnacional nas relações internacionais, por meio do estabelecimento de contatos formais e informais, permanentes ou provisórios com entidades estrangeiras públicas ou privadas, objetivando promover resultados socioeconômicos ou políticos, bem como qualquer outra dimensão externa de sua própria competência constitucional (PRIETRO apud GAMBINI, 2008, p. 5).

O termo paradiplomacia, entendido como a atuação internacional de governos subnacionais, foi introduzido por Soldatos (1990), que se utilizou de tal conceito para designar as relações internacionais dos governos não centrais. Ações de cunho paradiplomático têm sido empreendidas com cada vez mais frequência por parte dos entes subnacionais como forma de promover a consecução de objetivos locais. Nesta perspectiva, a atuação internacional deixa de ser prerrogativa exclusiva de um governo central. É o que se pode depreender a partir da leitura do trecho seguinte:

Diplomacy is no longer the privilege of nation states. Since 1945, international politics has become much more complex. Gradually, new non-state actors have entered the international scene [...] cities such as London and New York seem to feel the urge to enter the international or diplomatic scene themselves, so as to better defend their own interests in a complex and ever more interdependent world (CRIEKEMANS, 2006, p. 14).

Rosenau (1990, p. 132), ao discutir a influência dos atores na formulação de políticas capazes de responder às demandas do sistema internacional atual, situa a participação dos entes subnacionais

(governos locais) no que ele define como “subgrupos”. Caracterizados como coletividades localizadas no interior dos Estados e sujeitos à sua autoridade, o que distingue os subgrupos das demais coletividades reside no fato de sustentarem relações específicas de autoridade nas quais seus membros e líderes são posicionados de maneira hierárquica. Hierarquia esta que, embora sujeita à soberania, tolerância e políticas do Estado central, confere a esses atores a possibilidade de agirem com relativa autonomia de modo a preservarem sua integridade e atingirem seus objetivos.

[...] local governments are structured along lines that are more characteristic of subgroups than of states. They have identifiable hierarchies of authority and specialized tasks that set them apart in terms of their aspirations and even their autonomy, although they too are formally subject to the authority of the state (ROSENAU, 1990, p. 133).

A paradiplomacia tem origem nos novos modelos de cooperação estabelecidos nas relações internacionais impulsionados pelo fenômeno da globalização, bem como pela evolução dos meios de comunicação, transportes e tecnologia. Esses modelos de cooperação levam à necessidade de se estabelecer “contatos em rede a nível governamental, não ajudados pela atual estrutura administrativa direta e indireta, já que a mesma demonstra incapacidade de controle e gestão pela União de suas políticas públicas de alcance estaduais e municipais” (GAMBINI, 2008, p. 9).

Faz-se importante, em nível conceitual, destacar o escólio de Lecours (2008, p. 1), que identifica a atuação de no mínimo um ente subnacional juntamente com um governo central. Nesse sentido, faz jus à compreensão do termo

como sendo uma diplomacia que segue “em paralelo” à política externa traçada pelo ente central, na qual ficarão evidenciadas de forma mais patente as necessidades do ente subnacional, já que o próprio será responsável pelo estabelecimento das metas a serem atingidas pela ação estabelecida.

Devido à relativa novidade do fenômeno, a paradiplomacia tem sido objeto de estudo de diferentes ramos do conhecimento, a exemplo da ciência e da geografia política, da teoria econômica, do direito e da sociologia urbana; no âmbito das relações internacionais, a questão começou a despertar interesse no final dos anos oitenta “coincidiendo con el marcado incremento y con los cambios cualitativos de las actividades exteriores de los gobiernos subnacionales” (SALOMÓN, 2007, p. 5). Partindo-se desta perspectiva, torna-se premente reconhecer a importância do papel assumido pelos governos locais no desenvolvimento de modelos de cooperação que visem a um atendimento mais preciso às suas necessidades. Em favor do fortalecimento da atuação dos governos locais, Lecours (2008, p. 20) afirma:

[...] paradiplomacy strengthens democracy because it brings some elements of foreign affairs closer to the people [...] paradiplomacy presents na opportunity to bring the ‘international’ to the ‘regional/local’; it can demystify aspects of international processes and stimulate public discussion around international issues.

Wolff (2007, p. 8), destacando a atuação das entidades subnacionais independentemente do “estado metropolitano”, assim define o fenômeno em questão: “the foreign policy capacity of sub-state entities: their participation, independent of their metropolitan state, in the international arena in pursuit of their own specific international interests”. É evidente a influência do tema em questão na mudança de paradigmas concernente à atuação de novos agentes nas relações internacionais.

Criou-se a expectativa de que os governos regionais e locais passariam de meros expectadores das políticas internacionais a verdadeiros sujeitos responsáveis pelo desenvolvimento social e econômico. Este posicionamento ativo dependia e ainda depende diretamente das suas habilidades e capacidades para desenvolver e executar projetos coletivos em seus territórios (TORRES, 2010, p. 13).

Para Rosenau (1990, p. 134-135), o desenvolvimento de novas capacidades por parte dos entes subnacionais - a de atuarem internacionalmente -, deve-se ao fato do enfraquecimento dos Estados cuja diminuição das capacidades criou um

“vácuo de autoridade” em direção do qual os “subgrupos” moveram-se. “More precisely, with the state performing less effectively, and with more and more diverse services needing to be performed, new tasks and increased responsibilities tend to be lodged in subgroups”. O mesmo autor, entretanto, não refuta o papel do Estado enquanto instituição formal que deve manter a jurisdição legal e exercer supervisão sobre os subgrupos.

Sobre a interferência de modelos mais conservadores de cooperação, Monreal (apud BOZZO, [2010]) reconhece a influência do sistema de diplomacia tradicional no estabelecimento das relações paradiplomáticas, mas reforça o fato de que estas são resultado de uma mudança no sistema tradicional de relações internacionais:

It is an activity carried out in the gaps of the traditional system of international relations, gaps which, one might add, may tend to grow larger as a result of the changes that traditional relations are currently undergoing for a wide range of cultural, economic and political reasons (MONREAL apud BOZZO, [2010], p. 37).

A autonomia conferida aos atores não centrais em nível paradiplomático numa ordem predominantemente federativa poderia suscitar a possível perda da titularidade da Executiva Federal, no que concerne à política externa, por parte do ente central em prol das unidades subnacionais. Rocha (1996, p. 77) desconstrói essa hipótese ao afirmar:

O princípio federativo realiza a aspiração da participação, conciliando-se, então, com as idéias democráticas que predominam atualmente. Quanto mais próximo do centro das decisões políticas estiver o cidadão, mais a comunidade participa do exercício. Logo, o princípio da participação política plural aperfeiçoa mais facilmente com a descentralização política, pelo que se fortalece o princípio federativo que a contempla, informando um modelo de institucionalização do poder segundo tal paradigma.

Para Maia ([2009], p. 13), pelo fato de os governos regionais e municipais estarem mais próximos aos cidadãos e às suas organizações de base, eles ficam obviamente mais permeáveis e flexíveis às demandas de cunho local. “Essa relação mais fluída e direta do ator subnacional com seus grupos de pressão acaba moldando as ações externas dos entes, no sentido de atender às necessidades locais.” Deste modo, da mesma forma que uma ação pautada nos princípios da paradiplomacia leva-nos a um reconhecimento da descentralização de um poder político central atuante no cenário internacional, contribui para o fortalecimento do sistema no qual funciona a democracia, na medida em que traz o cidadão, elemento local, para mais perto das decisões externas.

2 A formulação/implementação da política externa brasileira face ao paradigma globalizante atual e à atuação internacional dos entes subnacionais

O processo de produção da Política Externa Brasileira (PEB) caracteriza-se por ser de natureza extremamente centralizadora, fato que contribui para o seu insulamento. Em outro dizer, a concentração de atribuições a cargo do Itamaraty afasta a participação de quaisquer atores na articulação de demandas, necessidades ou interesses internacionais. Dentre os fatores elencados por Faria (2008, p. 81) que contribuem para este tipo de centralização, destacamos os seguintes: “o arcabouço constitucional do país, que concede grande autonomia ao Executivo em tal seara” e “o fato de o Legislativo brasileiro ter delegado ao Executivo a responsabilidade pela formação da política externa”.

O referido autor atenta, contudo, ao fato de que a partir da década de 1990 ocorreram alterações importantes através de pressões crescentes para que tal processo se tornasse mais acessível à participação de uma diversidade de atores, tanto estatais como societários.

Tal afirmação converge no sentido de que o período pós-Guerra Fria trouxe consigo mudanças no sistema internacional que primaram por uma maior abertura dos Estados para outros tipos de reivindicações (mudança de agenda); assuntos até então deixados de lado em privilégio das estratégias pela segurança nacional. O paradigma centralista-estatal passa a ser então relativizado (ALBUQUERQUE, 2009, p. 3).

Para pluralistas de diversas tendências, o cenário internacional é freqüentado por um número muito maior de atores internacionais. A idéia das relações internacionais protagonizadas exclusivamente pelo ator Estado parece-lhes mais apropriada à realidade do século XIX, sem qualquer correspondência com a realidade da segunda metade do século XX e muito menos com a realidade do atual século XXI. (GONÇALVES, 2004, p. 12).

É característica da globalização a emergência de novos canais de articulação e a possibilidade de atuação de outros atores internacionais, além dos Estados, na consecução de seus interesses. Nesse sentido, podemos perceber uma mudança significativa na pauta tradicional de discussões internacionais. Assuntos como o equilíbrio de poder e a segurança das nações não mais limitam as possibilidades de atuação dos Estados em âmbito internacional. Como afirmam Keohane e Nye (2001, p. 27), o mundo também se tornou interdependente

em termos econômicos, comunicacionais e no que diz respeito às próprias aspirações em comum dos indivíduos que nele habitam.

O contexto atual das relações internacionais no contexto da globalização pressupõe uma alteração no comportamento dos Estados, que passam a não ser mais os únicos atores capazes de interferir de maneira significativa no panorama global. Fatores como as corporações multinacionais, os movimentos sociais transnacionais e as organizações internacionais passam a agir, fazendo notar sua existência a partir de interferências dentro do próprio território dos Estados e também além de suas fronteiras.

Para Albuquerque (2009, p. 7), os impactos da globalização pressionam por novos arranjos institucionais. Tais impactos podem ser percebidos inclusive nas relações impostas pelo modelo de federalismo brasileiro, pois a mesma Constituição que estabelece o monopólio da União para legislar sobre comércio exterior e que define como competência exclusiva do presidente da República a de celebrar tratados, convenções e atos internacionais, estabelece também o princípio federativo, reconhecendo a representatividade dos estados (unidades federativas) na Câmara Federal, onde se discutem a política federal e externa.

Consoante Magalhães (apud TORRES, 2010, p. 4):

A constituição de 1988 restaura a federação e a democracia, procurando avançar um novo federalismo centrífugo (que deve sempre buscar a descentralização) e de três níveis (incluindo uma terceira esfera de poder federal: o município). Entretanto, apesar das inovações, o número de competências destinadas à União, em detrimento dos estados e municípios, é muito grande, fazendo com que nós tenhamos um dos estados federais mais centralizados do mundo.

Faria (2008) assevera esse posicionamento ao indicar como elemento da mudança de paradigma na formulação de política externa, de um processo claramente *top down* para um formato mais *bottom up*, a promulgação da referida Constituição. Segundo o autor, o processo de descentralização chancelado pela Magna Carta ampliou de modo significativo os graus de autonomia dos governos subnacionais.

Esse processo fez com que estados e municípios passassem a defender de maneira mais veemente os seus interesses particulares também no que diz respeito às relações internacionais do país, o que tem incluído a institucionalização de instâncias específicas, no âmbito subnacional para a viabilização desses interesses e demandas (FARIA, 2008, p. 85).

Portanto, a institucionalização do federalismo como cláusula pétrea e a inclusão dos municípios como entes federados conferiram aos entes subnacionais a autonomia de exercer as competências que a Constituição nacional não os veda. Para Meireles (2009, p. 10) “o que poderia ser ruim para do desenvolvimento da paradiplomacia no Brasil, não o foi, uma vez que aquilo que não é de competência da União ante as relações externas não se faz ilegal para essas unidades.” Se, por um lado, é procedente a afirmação de que os governos subnacionais brasileiros não desfrutam de autonomia para firmarem acordos internacionais e o Itamaraty possui uma posição de desconforto e não aceitação desses atores, por outro, deve-se aceitar a realidade de que os mesmos participam de modalidades de cooperação internacional estabelecendo acordos de cunho econômico e cultural, de modo formal e informal, encontrando apoio por parte de algumas secretarias de governo utilizadas para o desenvolvimento da atuação internacional desses “novos atores” (MEIRELES, 2009, p. 1).

Quanto à agenda internacional dos governos não centrais, Salomón e Nunes (2007, p. 118) afastam a possibilidade de haver divergência em relação à política externa ditada pela União, ao afirmarem: “Excluída a alta política, prerrogativa exclusiva do governo central, a agenda exterior dos governos subnacionais articula-se em torno de duas grandes dimensões: a promoção econômica e a cooperação política e técnica.”

No governo de Fernando Henrique Cardoso, mais precisamente no fim da década de 1990, observa-se o processo de federalização do MRE. A criação da Assessoria de Relações Federativas (ARF), motivada pela crescente autonomia dos governos não centrais e pela insatisfação dos governadores de estado e prefeitos de grandes cidades, buscou responder às necessidades desses novos atores.

A Assessoria de Relações Federativas do Itamaraty foi instituída em junho de 1997, criada por determinação expressa do presidente da República, Cardoso, e vinculada diretamente ao gabinete do ministro de Estado de Relações Exteriores, com a missão precípua de intermediar as relações entre o Itamaraty e os governos dos estados e municípios brasileiros, com o objetivo de assessorá-los nas suas iniciativas externas, tratativas com governos estrangeiros e organismos internacionais. A assessoria tem por objetivo sistematizar e centralizar os contatos entre os governos estaduais e municipais e o Itamaraty. (DANIEL apud VIGEVANI, 2006, p. 131)

Em 2003, já no primeiro mandato do presidente Lula, a referida assessoria foi convertida na Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares (AFEPA), a qual

[...] é unidade de assistência direta ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. Possui entre as suas principais competências a tarefa de promover a articulação entre o Ministério das Relações Exteriores e o Congresso Nacional, providenciando o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelos parlamentares e acompanhando o andamento dos atos internacionais em tramitação no Congresso Nacional (MRE, 2010).

À AFEPA compete a promoção da articulação entre o MRE e os governos estaduais e municipais, bem como entre as assembleias estaduais e municipais, objetivando assessorá-los em suas iniciativas externas. O diálogo com os estados e municípios é intermediado pelos escritórios de representação do Itamaraty, localizados em alguns estados brasileiros, aos quais competem coordenar e apoiar, junto às autoridades locais de suas respectivas áreas de jurisdição, as ações desenvolvidas pelo Ministério. Atualmente, o MRE conta com escritórios de representação sediados em seis estados da federação (Minas Gerais, Paraná, São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) incumbidos de promover a integração entre as ações internacionais desses estados e a política externa formulada pelo Ministério. Vale salientar ainda os dois escritórios de representação regional (regiões Norte e Nordeste) sediados nos estados do Amazonas e Pernambuco.

Para Albuquerque (2009, p. 11), a criação de assessorias e a instalação de escritórios de representação, além de responder às novas necessidades dos governos não centrais, correspondem também a uma forma de controle sobre a atuação da diplomacia federativa por parte do governo central. Faria (2008, p. 87) atenta para o fato de tais ações velarem uma espécie de vigilância do MRE, ao afirmar:

Se o intuito subjacente é o de evitar a falta de sintonia e as contradições entre o governo federal, os governadores e prefeitos, cabe perguntarmos em que medida tais esforços não pretendem também tutelar tais atores, ou pelo menos manter suas iniciativas sob vigilância.

Nunes (2005, p. 48) chama atenção para o fato de que, a despeito das medidas levadas a cabo pelo MRE na tentativa de tutelar as ações paradiplomáticas, “a cooperação internacional federativa vem acontecendo cada vez mais, quer seja no âmbito estadual quer no municipal, mas ninguém tem controle.” A autora acredita que

“muitos acordos são firmados diretamente entre as cidades, sem o conhecimento do governo federal.” Nesse sentido, a discussão acerca de novos institutos que prevejam e disciplinem a atuação de novos atores faz-se atual na medida em que os mesmos podem ser caracterizados como agentes fomentadores do seu próprio desenvolvimento econômico. Constata-se que, mesmo sem a previsibilidade normativa, a paradiplomacia é um fato consumado na trajetória política dos estados que ousam levar a cabo uma política externa pautada nos cânones federalistas e que, ao fazê-lo dessa forma, buscam agir de modo a não ir de encontro à política estabelecida pelo governo central ao qual estão subordinados.

Fazendo uma correlação entre o paradigma da globalização e a elaboração de política externa:

Quando as autoridades governamentais modelam as políticas externas encontram a crescente densidade das redes de interdependência, o que significa que os efeitos de acontecimentos em uma região geográfica podem ter consequências profundas em outras regiões. Essas redes internacionais são cada vez mais complexas e seus efeitos são cada vez mais imprevisíveis (NYE, 2009, p. 247).

Nessa perspectiva, faz-se relevante, por parte dos governos centrais dos Estados, pensar a elaboração de uma política externa que considere a intervenção dos governos subnacionais.

No atual contexto de globalização e interdependência, os governos subnacionais vêm-se impelidos não só a assumir novos papéis e funções - como a coordenação e articulação com administrações públicas de diferentes instâncias de governo, com a iniciativa privada e com organizações da sociedade civil -, mas também a ampliar seu campo de atuação em muitos setores críticos (WANDEERLEY; CINTRA, 2006, p. 8).

Ao se considerar que o desenvolvimento da globalização trouxe consigo o surgimento de novos conflitos, novos comportamentos, deve-se admitir a possibilidade de atribuição de novos papéis por parte do Estado nacional aos governos não centrais. Sendo assim, “a paradiplomacia se explica como uma política deliberada de delegação de responsabilidades em face da crescente complexidade dos assuntos que afetam regiões fronteiriças e das especificidades dos interesses locais.” (LESSA, 2002, p. 13).

3 Conclusão

Ante o exposto, não se pode ignorar a participação dos entes subnacionais em negociações no plano externo. Percebeu-se que essa participação vem sendo tratada pelo governo central através de ações que combinam de maneira

estranhamente paradoxal relações de incentivo (criação de órgãos institucionais que visam auxiliar os estados e municípios na sua inclusão internacional) e bloqueio (de modo não explícito, dentro dos órgãos diplomáticos brasileiros), o que, a nosso ver, casa com a tese defendida por alguns autores como Faria (2008), para quem o Itamaraty tem buscado restringir o grau de politização da PEB, preservando o que alguns veem ainda hoje como o seu quase monopólio sobre a formação dessa política. Embora possam se caracterizar como inovações por parte do MRE a institucionalização de assessorias que busquem articular os interesses locais dos governos não centrais com a PEB, bem como servir de elemento facilitador às suas inserções internacionais, tais órgãos não devem incorporar o espírito centralizador que caracteriza a formulação/ implementação de ações externas. Devem antes imbuir-se de uma visão que inclua a construção de parcerias, a conjunção de esforços e o compartilhamento de informações e responsabilidades entre governo central e governos não centrais na busca por satisfação de interesses comuns. Dessa maneira, estar-se-á atendendo ao princípio que subjaz à essência da paradiplomacia, qual seja, a ideia de paralelismo na atuação diplomática tradicional ●

Referências

- ALBUQUERQUE, E. S. As relações federativas no sistema internacional globalizado. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA POLÍTICA, 1., 2009, Curitiba. *Anais...* Curitiba, 2009.
- BOZZO, M. P. Basis and proposals for Catalan (para)diplomacy in: UNESCO. *Quaderns de Recerca*, Barcelona, n. 2, Juny 2010.
- CRIEKEMANS, D. How subnational entities try to develop their own 'paradiplomacy'. 2006. Disponível em: <<http://www.diplomacy.edu/Conferences/MFA/papers/criekemans.pdf>> Acesso em: 15 jun. 2010.
- FARIA, C. A. P. Opinião pública e política externa. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 51, n. 2, p. 80-97, 2008.
- GAMBINI, P. T. H. Rede Mercocidades. *Revista Eletrônica de Direito Internacional*, Belo Horizonte, v. 2, 2008. Disponível em: <<http://www.cedin.com.br/revistaeletronica/artigos/Patricia%20RI.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2011.
- GONÇALVES, W. *Relações internacionais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- KEOHANE, R.; NYE, J. *Power and interdependence*. 3. ed. New York: Longman, 2001.
- LECOURS, A. Political issues of paradiplomacy. *Discussion Papers in Diplomacy*, Netherlands, Dec. 2008. Disponível em: <http://www.clingendael.nl/publications/2008/20081217_cdsp_diplomacy_paper_paradiplomacy.pdf> Acesso em: 08 jan. 2011.
- MAIA, J. N. B. *Apontamentos sobre a paradiplomacia no Brasil*. [2009]. Disponível em: <<http://files.demartone.webnode.com/200000047-d657bd7518/Paradiplomacia%20-%20-%20Talking%20Points.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2011.

MEIRELES, T. O. *O governo Lula e os atores subnacionais*. 22 jul. 2009. Disponível em <http://www.allacademic.com/meta/p_mla_apa_research_citation/3/8/1/3/2/p381324_index.html>. Acesso em: 10 jan. 2011.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - MRE. *AFEPA - Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares*. Disponível em: <http://inscricoes.alianca.decivilizacoes.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=389&Itemid=351>. Acesso em: 20 dez. 2010

NUNES, C. J. S. *A paradiplomacia no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

NYE, J. S. *Cooperação e conflito nas relações internacionais*. São Paulo: Gente, 2009.

ROCHA, C. L. A.. *República e Federação no Brasil*. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

ROSENAU, J. N. *Turbulence in world politics*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

SALOMÓN, M. La acción de los gobiernos subnacionales y el análisis de políticas exteriores. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABRI, 1., 2007, Brasília. *Anais...* Brasília: UnB, 2007.

SALOMÓN, M.; NUNES, C. A ação externa dos governos subnacionais no Brasil. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 99-147, jan./jun. 2007.

TORRES, E. M. R. A captação de recursos externos pelos municípios brasileiros no sistema ONU de cooperação internacional. *Jus Navigandi*, Teresina, a. 15, n. 2387, 13 jan. 2010. Disponível em <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=14186>> Acesso em: 10 jan. 2011.

VIGEVANI, T. Problemas para a atividade internacional das unidades subnacionais. *Rev. Bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 21, n. 62, Oct. 2006.

VIGEVANI, E.; WANDERLEY, L. E.; CINTRA, R. Ação internacional das cidades no contexto da globalização. *Cadernos CEDEC*, São Paulo, n. 80, abr. 2006.

WOLFF, S. Paradiplomacy. *Bologna Center Journal of International Affairs*, Bologna, v. 10, 2007 [online]. Disponível em <<http://bcjournal.org/volume-10/paradiplomacy.html>>. Acesso em: 04 jan. 2011.

* Bacharel em Direito e Mestrando em Relações Internacionais/Universidade Estadual da Paraíba.

A IMPORTÂNCIA DA COOPERAÇÃO PRODUTIVA NOS ARRANJOS PRODUTIVOS DO MEL PIAUIENSE: caso Simplício Mendes

Por Francisco de Assis Veloso Filho*, Darcet Costa Souza**,
Fernanda Rocha Veras e Silva*** e Francisco Prancacio Araújo de Carvalho****

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar os indicadores da produção de mel nas regiões do país, e as características das articulações institucionais envolvidas com a atividade. Tem por fonte básica, um relatório parcial de pesquisa do projeto Sistema de Produção Integrada de Apicultura no Piauí, coordenado pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Palavras-chave: apicultura, arranjos produtivos, mel

1 Introdução

Nos últimos anos, têm-se desenvolvido no Brasil diversos programas que visam assegurar a qualidade e a inocuidade dos alimentos produzidos e comercializados no mercado interno, bem como atender a exigências crescentes dos mercados internacionais para onde esses produtos são exportados. O sistema de Produção Integrada de Frutas (PIF) é uma dessas iniciativas, que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) pretende difundir para outros setores, mediante a execução de projetos-piloto em regiões selecionadas que sirvam de referência para produtos específicos (MAPA, 2008).

Os estados do Piauí e de Santa Catarina foram selecionados para o desenvolvimento dos projetos-piloto dos modelos de sistema de produção integrada para o segmento de apicultura. O projeto-piloto no estado do Piauí está sendo implementado sob a coordenação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), conforme Souza (2006) e Souza et al. (2008).

A apicultura racional chegou ao Piauí no início dos anos 1980. A literatura aponta alguns fatores para o seu desenvolvimento: (a) a vinda de apicultores de outros estados, atraídos por uma região que já era conhecida pela produção extrativista dos meleiros; (b) a atuação de órgãos

públicos, cujas equipes técnicas anteciparam as possibilidades da apicultura na geração de oportunidades de trabalho e de renda; e (c) iniciativas de organizações não governamentais, como a igreja católica, em seu trabalho de assistência social, e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), com o fomento a projetos agroindustriais e ao associativismo.

De acordo com Veloso Filho et al. (2004), a apicultura figura como importante atividade na promoção econômica de regiões e localidades por todo o mundo. O principal produto da colmeia, o mel, tem beneficiamento relativamente simples que se inicia logo após a colheita, pelo próprio apicultor, com a desorpeção dos favos e centrifugação dos quadros. O beneficiamento continua com filtragem e decantação, seguidos do envasamento.

O agronegócio do mel é uma das atividades de destaque na pauta de exportações do estado do Piauí, tendo em vista as inversões públicas, cooperação organizacional, empenho dos produtores e associações, o que vem promovendo a superação de entraves produtivos importantes, aumento de qualidade, expansão produtiva e da comercialização.

Um projeto de referência na apicultura do Piauí ocorre na microrregião do Alto Médio Canindé, maior produtora de mel do estado, tendo como município-polo Simplício Mendes. Nessa área, a criação de abelhas teve início em 1989, por iniciativa da Diocese de Oeiras-Floriano e recursos obtidos na Alemanha, de acordo com Pires, Salim e

Salim (2003). A atividade se expandiu na região, com o apoio daquela paróquia e de outras organizações vinculadas à igreja católica: o Centro Educacional São Francisco de Assis (Cefas) e a Fraternidade São Francisco de Assis (FFA).

Nessa região, a atividade produtiva de mel configura-se como arranjo produtivo que conseguiu destaque com as iniciativas de projetos econômicos/sociais ligados à apicultura. A capacidade local de articulação, inclusive de cooperação com outras organizações nacionais ou estrangeiras, no sentido do estabelecimento de parcerias responsáveis pela introdução, ajuda a consolidar e expandir a apicultura. Em função disso, a região foi escolhida para o desenvolvimento do projeto-piloto do sistema de produção integrada da apicultura no Piauí.

O presente estudo de caso tem como principal fonte um relatório parcial de pesquisa do projeto "Sistema de produção integrada de apicultura no Piauí", texto de circulação interna não publicado (VELOSO FILHO et al., 2009), e tem por objetivo apresentar os indicadores da produção de mel nas regiões do País, destacando a área de implantação do projeto citado e o caráter das articulações institucionais envolvidas com a atividade.

2 Indicadores da produção de mel

No Brasil, a produção de mel de abelhas tem se expandido firmemente nos últimos anos, passando de 21,9 mil toneladas, em 2000, para 34,7 mil toneladas, em 2007. A tabela 1 apresenta os dados relativos ao Brasil e às unidades da federação.

Tabela 1 - Brasil e Estados selecionados: produção de mel de abelhas, em toneladas, e participação percentual - 2000 - 2007.

Estados	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Produção em toneladas								
Brasil	21.865,1	22.219,7	24.028,7	30.022,4	32.290,5	33.749,7	36.193,9	34.747,1
Rio Grande Sul	5.815,4	6.045,4	5.604,7	6.777,9	7.317,4	7.427,9	7.820,0	7.365,0
Paraná	2.871,0	2.925,4	2.844,0	4.068,2	4.348,3	4.462,0	4.612,4	4.632,2
Piauí	1.862,7	1.741,1	2.221,5	3.146,4	3.894,4	4.497,4	4.195,9	3.483,1
Santa Catarina	3.983,7	3.774,7	3.828,8	4.511,0	3.600,7	3.925,6	3.990,1	3.471,0
Ceará	654,8	671,9	1.373,4	1.895,9	2.933,1	2.311,6	3.053,1	3.137,5
Minas Gerais	2.101,0	2.068,0	2.408,2	2.194,4	2.134,4	2.207,9	2.482,2	2.624,9
São Paulo	1.830,3	2.053,2	2.092,8	2.454,3	2.333,2	2.395,8	2.541,6	2.332,2
Bahia	520,9	688,1	873,3	1.418,6	1.494,7	1.775,4	2.046,9	2.199,6
Pernambuco	344,3	320,1	575,0	653,4	883,2	1.028,8	1.161,6	1.176,9
Participação percentual								
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Rio Grande Sul	26,6	27,2	23,3	22,6	22,7	22,0	21,6	21,2
Paraná	13,1	13,2	11,8	13,6	13,5	13,2	12,7	13,3
Piauí	8,5	7,8	9,2	10,5	12,1	13,3	11,6	10,0
Santa Catarina	18,2	17,0	15,9	15,0	11,2	11,6	11,0	10,0
Ceará	3,0	3,0	5,7	6,3	9,1	6,8	8,4	9,0
Minas Gerais	9,6	9,3	10,0	7,3	6,6	6,5	6,9	7,6
São Paulo	8,4	9,2	8,7	8,2	7,2	7,1	7,0	6,7
Bahia	2,4	3,1	3,6	4,7	4,6	5,3	5,7	6,3
Pernambuco	1,6	1,4	2,4	2,2	2,7	3,0	3,2	3,4

Fonte: os autores (2010)

Nota: dados IBGE / SIDRA (2010)

A região Sul é tradicionalmente a maior produtora de mel do País, com mais de 40% da produção nacional em 2007. Naquele ano, o Nordeste, respondeu por mais de 30%, o Sudeste por aproximadamente 16%, o Centro Oeste, 4% e o Norte apenas 2%. Verifica-se a grande transformação do Nordeste no período, que participava com cerca de 17% da produção brasileira em 2000 e, passou para mais de 30% em 2007. Além disso, as regiões Sul e Sudeste tiveram queda de participação: o Sul participava com quase 58% da produção brasileira naquele ano e, em 2007, ficou com 44,5%; o Sudeste passou de 20,6% para 16,1%.

Dos estados da região Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul tiveram perdas significativas de participação na produção de mel do País, no período. Aquela passou de 18,2% para 10,0% da produção nacional e esse de 26,6 % para 21,2%. O Paraná manteve-se com aproximadamente 13%.

Entre 2000 e 2007, os estados da região Nordeste tem ampliado sua participação na produção nacional, especialmente Ceará, Piauí e Bahia, que têm maiores pesos na determinação da produção regional. O Ceará foi o estado que apresentou taxas mais acentuadas de crescimento de produção no período.

Em relação a produção de mel nas microrregiões do Piauí, 70,6% concentram-se em Alto Médio Canindé, Picos e São Raimundo Nonato. A primeira microrregião, onde atua a Cooperativa Mista dos Apicultores da Microrregião de simplício Mesndes (Comapi), tem a maior participação na produção estadual; chegou a alcançar 40,5% da mesma no ano de 2006; e é acompanhada pela microrregião de Picos, que apresentou participação de 23,9%, em 2007, e maior ritmo de expansão no período recente (Tabela 2).

Tabela 2 - Piauí e Microrregiões: produção de mel de abelhas, em toneladas, e participação percentual - 2000 - 2007

Microrregiões / Piauí	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Produção em toneladas								
Piauí	1.862,7	1.741,1	2.221,5	3.146,4	3.894,4	4.497,4	4.195,9	3.483,1
Alto Médio Canindé	597,7	529,9	824,6	1.154,1	1.382,9	1.725,7	1.697,5	1.280,0
Picos	251,3	351,3	504,1	816,9	870,8	902,7	978,0	831,3
São Raimundo Nonato	347,0	283,9	135,9	295,6	573,4	768,4	355,2	346,9
Pio IX	265,0	211,3	240,9	268,5	336,2	354,8	384,6	309,2
Valença do Piauí	73,6	77,2	141,7	188,1	234,1	227,0	242,8	224,6
Campo Maior	66,1	76,8	102,8	151,1	197,7	191,7	196,6	198,3
Baixo Parnaíba Piauiense	86,4	100,3	142,9	117,8	126,2	108,8	104,7	100,0
Litoral Piauiense	50,3	31,2	30,9	40,3	55,5	33,6	48,0	72,0
Floriano	76,8	21,8	34,3	44,4	46,3	79,1	94,9	50,5
Médio Parnaíba Piauiense	12,2	20,9	28,2	35,7	28,8	46,0	42,8	39,4
Teresina	11,1	11,1	9,2	9,6	8,7	7,3	9,8	14,2
Bertolândia	7,7	1,5	6,0	16,1	15,7	14,7	15,7	12,4
Alto Médio Gurguéia	17,0	23,3	19,4	7,6	17,9	37,4	25,2	4,0
Chapadas do E. Sul Piauiense	0,5	0,5	0,5	0,5	0,3	0,3	0,3	0,2
Alto Parnaíba Piauiense	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação percentual								
Piauí	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Alto Médio Canindé	32,1	30,4	37,1	36,7	35,5	38,4	40,5	36,7
Picos	13,5	20,2	22,7	26,0	22,4	20,1	23,3	23,9
São Raimundo Nonato	18,6	16,3	6,1	9,4	14,7	17,1	8,5	10,0
Pio IX	14,2	12,1	10,8	8,5	8,6	7,9	9,2	8,9
Valença do Piauí	4,0	4,4	6,4	6,0	6,0	5,0	5,8	6,4
Campo Maior	3,5	4,4	4,6	4,8	5,1	4,3	4,7	5,7
Baixo Parnaíba Piauiense	4,6	5,8	6,4	3,7	3,2	2,4	2,5	2,9
Litoral Piauiense	2,7	1,8	1,4	1,3	1,4	0,7	1,1	2,1
Floriano	4,1	1,3	1,5	1,4	1,2	1,8	2,3	1,4
Médio Parnaíba Piauiense	0,7	1,2	1,3	1,1	0,7	1,0	1,0	1,1
Teresina	0,6	0,6	0,4	0,3	0,2	0,2	0,2	0,4
Bertolândia	0,4	0,1	0,3	0,5	0,4	0,3	0,4	0,4
Alto Médio Gurguéia	0,9	1,3	0,9	0,2	0,5	0,8	0,6	0,1
Chapadas do E. Sul Piauiense	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Alto Parnaíba Piauiense	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: os autores (2010)

Nota: dados IBGE / SIDRA (2010)

Na região centro-sul do estado do Piauí, onde se encontra a microrregião do Alto Médio Canindé, estão os maiores arranjos produtivos dessa atividade, liderados, respectivamente, pela Comapi, de Simplício Mendes, e pela Central das Cooperativas Apícolas do Semiárido Brasileiro (Casa Apis), localizada em Picos. Na região norte do estado, destaca-se a expansão dessa atividade na microrregião de Campo Maior.

A maioria dos municípios abrangidos pela Comapi encontra-se na microrregião do Alto Médio Canindé. Os municípios de Itainópolis, Simões, Jaicós, Conceição do Canindé e Simplício Mendes responderam por 52,7% da produção de mel da referida microrregião em 2007 (Tabela 3).

Tabela 3 Microrregião Alto Médio Canindé: produção de mel de abelhas, em toneladas, e participação percentual - 2000 - 2007.

Municípios	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Produção em toneladas								
Alto Médio Canindé	597,7	529,9	824,6	1.154,1	1.382,9	1.725,7	1.697,5	1.280,0
Itainópolis	45,6	79,7	167,0	175,3	284,2	368,5	405,3	283,7
Simões	13,3	15,3	15,6	18,7	19,9	160,9	177,0	168,1
Jaicós	48,2	8,4	22,6	58,9	63,6	105,4	115,9	92,7
Conceição do Canindé	54,6	36,2	70,9	180,4	195,5	162,5	125,1	75,1
Simplício Mendes	9,5	11,7	16,9	18,8	39,7	98,9	76,1	54,8
Isaías Coelho	12,6	12,1	24,2	40,6	57,8	55,4	60,9	42,6
São João da Canabrava	-	-	-	0,3	0,4	0,1	0,1	14,0
Padre Marcos	16,6	5,4	11,3	13,0	13,7	14,1	15,5	13,7
S. Francisco do Piauí	5,6	6,6	9,4	10,6	14,9	22,1	19,8	11,9
Campinas do Piauí	9,5	10,9	11,1	12,1	12,5	12,5	15,9	11,3
Bela Vista do Piauí	13,0	13,7	19,7	21,7	24,1	20,5	14,6	10,2
Marcolândia	1,1	1,2	1,8	2,1	2,5	8,8	9,7	9,2
Acauã	-	-	-	2,0	3,0	8,3	8,3	7,5
Belém do Piauí	-	-	-	3,6	3,8	4,0	4,4	4,8
Massapé do Piauí	1,3	1,1	1,3	1,6	1,7	3,1	3,6	3,2
Caldeirão Grande do Piauí	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	1,3	1,4	1,4
Patos do Piauí	2,9	-	-	1,0	1,1	1,2	1,3	1,4
Participação percentual								
Alto Médio Canindé	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Itainópolis	7,6	15,0	20,3	15,2	20,6	21,4	23,9	22,2
Simões	2,2	2,9	1,9	1,6	1,4	9,3	10,4	13,1
Jaicós	8,1	1,6	2,7	5,1	4,6	6,1	6,8	7,2
Conceição do Canindé	9,1	6,8	8,6	15,6	14,1	9,4	7,4	5,9
Simplício Mendes	1,6	2,2	2,0	1,6	2,9	5,7	4,5	4,3
Isaías Coelho	2,1	2,3	2,9	3,5	4,2	3,2	3,6	3,3
Padre Marcos	2,8	1,0	1,4	1,1	1,0	0,8	0,9	1,1
São João da Canabrava	-	-	-	0,0	0,0	0,0	0,0	1,1
Campinas do Piauí	1,6	2,1	1,3	1,0	0,9	0,7	0,9	0,9
S. Francisco do Piauí	0,9	1,2	1,1	0,9	1,1	1,3	1,2	0,9
Bela Vista do Piauí	2,2	2,6	2,4	1,9	1,7	1,2	0,9	0,8
Marcolândia	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,5	0,6	0,7
Acauã	-	-	-	0,2	0,2	0,5	0,5	0,6
Belém do Piauí	-	-	-	0,3	0,3	0,2	0,3	0,4
Massapé do Piauí	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3
Caldeirão Grande do Piauí	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1
Patos do Piauí	0,5	-	-	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1

Fonte: os autores (2010)

Nota: dados IBGE / SIDRA (2010)

Dentre os principais produtores da microrregião referenciada, os municípios que apresentaram maior expansão em participação foram, respectivamente, Simões, Itainópolis e Simplício Mendes.

A estrutura produtiva dos arranjos dessa área, coordenada pela Comapi, tem ampliado o volume de produção nos últimos anos; a referida cooperativa que registrou 254 toneladas de mel em 2009, passou para mais de 400 toneladas, em 2011. Em 2009, a produtividade média em uma das comunidades - Patos, município de Bela Vista (PI) - foi de 23,1 kg/colmeia, chegando a alcançar 33,8 kg/colmeia em um dos apiários.

A produção de mel da região destina-se principalmente ao mercado externo. As exportações brasileiras de mel, mesmo com importantes oscilações, tiveram baixo incremento de 2002 a 2007. Assim, o aumento da produção interna provocou uma redução significativa da participação das exportações em relação à produção, que saiu de 52,6%, em 2002, para 37,1, em 2007 (Tabela 4).

Tabela 4 - Brasil e Piauí: exportações, produção de mel natural e participação percentual - 2002 - 2007.

Ano	Brasil				Piauí				% Exp. PI / BR (C) / (A)
	Exportação mil US\$ FOB	Exportação em ton. (A)	Produção em ton. (B)	% BR exp. / prod. (A) / (B)	Exportação mil US\$ FOB	Exportação em ton. (C)	Produção em ton. (D)	% PI exp. / prod. (C) / (D)	
2002	23.173,0	12.643,4	24.028,7	52,6	1.278,4	741,3	2.221,5	33,4	5,9
2003	45.569,6	19.273,8	30.022,4	64,2	6.996,0	3.009,8	3.146,4	95,7	15,6
2004	42.386,2	21.037,1	32.290,5	65,1	3.325,4	1.747,6	3.894,4	44,9	8,3
2005	18.972,5	14.448,0	33.749,7	42,8	3.046,1	2.503,0	4.497,4	55,7	17,3
2006	23.372,9	14.601,9	36.193,9	40,3	3.004,7	1.939,9	4.195,9	46,2	13,3
2007	21.194,1	12.907,3	34.747,1	37,1	2.903,1	1.731,5	3.483,1	49,7	13,4

Fonte: os autores (2010)

Nota: dados MIDIC (2010) e IBGE / SIDRA (2010)

Em relação ao Piauí, ocorreu tanto aumento da produção quanto das exportações entre 2002 e 2007, o que gerou crescimento de participação das exportações em relação à produção interna, que, em 2002, foi de 33,4% e, em 2007, 49,7%. Destaca-se ainda que o Piauí ampliou sua participação no total das exportações de mel do País, passando de 5,9%, em 2002, para 13,4% em 2007.

No primeiro ano desse período foi realizada a primeira exportação de mel do estado, a partir de negociações realizadas pela então Associação dos Apicultores da Microrregião de Simplício Mendes (AAPI), hoje Comapi. Além do mais, as demais instituições, governo e agentes envolvidos com a atividade produtiva de mel, têm realizado investimentos importantes para o desenvolvimento produtivo e das exportações.

3 A importância da cooperação no arranjo produtivo de Simplício Mendes

A mobilização em torno da atividade e as dificuldades enfrentadas pelos apicultores, especialmente na comercialização dos produtos, levaram, em 1994, à criação da AAPI, que começou a vender mel em 1996. Os produtores estavam ligados a uma associação comunitária, que atestava a sua condição de produtor rural e os apresentava à AAPI.

Em 2007, a AAPI foi transformada na Comapi,

reunindo 700 famílias em 32 comunidades localizadas em 10 municípios da região: Bela Vista do Piauí, Campinas do Piauí, Conceição do Canindé, Floresta do Piauí, Isaías Coelho, Nova Santa Rita, Pedro Laurentino, São Francisco do Piauí, Santo Inácio do Piauí e Simplício Mendes.

A organização dos produtores em torno da AAPI, com o apoio da paróquia, do Cefas e da FFA, possibilitou o estabelecimento de parcerias que foram fundamentais para a consolidação e a expansão da apicultura na região de Simplício Mendes.

Em 1995, a associação obteve o apoio do Programa de Apoio aos Pequenos Produtores Rurais (PAPP), hoje Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), para implantação do entreposto de mel e aquisição de máquina para produção de sachês, que foi concluído com recursos locais. O PCPR continua atendendo a algumas das comunidades associadas.

O primeiro financiamento, obtido junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1997, destinou-se à aquisição de colmeias, indumentárias e equipamentos.

A cooperação com o Sebrae-PI teve início em 1999, com a oferta de treinamentos nas áreas de gestão e de exportações. Esse organismo articulou o projeto "Mel com Qualidade", executado em 2001, juntamente com a Delegacia Federal de Agricultura (DFA-PI/MAPA) e a Universidade Federal do Piauí (UFPI), com os objetivos de realizar diagnóstico

participativo da produção, indicar boas práticas de higiene e implantar ações corretivas. Naquele mesmo ano, a associação obteve o certificado do Serviço de Inspeção Federal (SIF), indispensável para o comércio externo (SOUZA, 2001).

A Federação das Entidades Apícolas do Estado do Piauí (Feapi) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)/Meio Norte têm atuado junto à associação, principalmente em projetos de extensão rural com o objetivo de capacitação dos apicultores.

Em 2002, após a visita de uma missão italiana trazida pela Fundação Lindolfo Silva, a AAPI participou de uma feira na cidade de Bolonha, na Itália, e conseguiu fechar o seu primeiro contrato de exportação, com a venda de 16 toneladas de mel orgânico no mercado solidário. Tratou-se também do primeiro negócio externo desse produto estabelecido por uma organização sediada no estado do Piauí.

A preocupação com a qualidade e o atendimento de requisitos exigidos nos mercados levou à implantação do Programa de Alimentos Seguros (PAS), em 2003, numa parceria com o Sebrae-PI e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) do Piauí.

Junto à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), a associação obteve recursos para fins de aquisição de máquinas e equipamentos para beneficiamento de mel, adequação da área de homogeneização do produto e melhoria da estrutura de envase do mel fracionado, nos anos de 2004 e 2007.

Com o apoio do DAI-Brasil da *Unites States Agency for International Development* (Usaid), a associação implementou dois projetos, a partir de 2006: o primeiro de desenvolvimento de marcas registradas ("Nutritivo Mel" e "Gota Silvestre") com o objetivo de comercialização de mel fracionado, inclusive no mercado externo; o segundo, de capacitação dos apicultores para criação, seleção e introdução de abelhas rainha.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) realizou uma operação de compra antecipada com doação simultânea do volume de 24 toneladas de mel, em 2007.

Por sua vez, na universidade, avançavam as atividades de pesquisa e extensão, com projetos de sistema de manejo técnico para abelhas africanizadas no semiárido nordestino, com financiamento do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci)/BNB, em 2007, e

de melhoramento genético de abelhas africanizadas, com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), no ano de 2008.

O Banco do Brasil é o agente financeiro das exportações realizadas pela cooperativa e oferece financiamentos aos produtores através do Programa de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf). Em 2010, a Fundação Banco do Brasil (FBB) financiou a refrigeração do entreposto. Atualmente, encontra-se em curso a implantação do processo de certificação orgânica e ecossocial mediante parceria com a associação de Certificação Instituto Biodinâmico (IBD). O projeto compreendeu a realização de oficinas para sensibilização das comunidades, cadastro de apicultores, cadastro das comunidades e casas do mel, diagnóstico da produção, mapeamento dos apiários e preparação de relatórios e documentos para a certificação. Como resultados, estabeleceu-se o código de ética e qualidade da cooperativa, implantou-se o sistema de controle interno e formou-se a equipe técnica correspondente.

4 Conclusão

O mel piauiense tem peso significativo no cenário regional e nacional. Em 2000, o estado produzia aproximadamente metade do mel do Nordeste e, em 2007, 30%. Em relação à participação na produção nacional, o Piauí respondia por 10% do produto em 2007 e exportava mais de 13% do mel enviado ao exterior pelo País, naquele ano. No período, destaca-se uma perda de participação na produção regional e aumento na participação nacional.

A produção de mel no Piauí tem criado oportunidades de trabalho e renda para famílias de pequenos e médios produtores. Além disso, o baixo custo de implantação de apiários e o reduzido impacto ambiental associado à conservação das matas, principal fonte de néctar para as abelhas, são características importantes da apicultura.

As iniciativas e a capacidade de coordenação e de colaboração demonstradas pelas organizações que formam os arranjos reforçam a decisão de escolha do Piauí para o desenvolvimento de um modelo de sistema de produção integrada para o segmento da apicultura.

Deve-se destacar a potencialidade do desenvolvimento de outros produtos na cadeia de produção apícola, que, no Brasil, apresenta prevalência da produção de mel. Existem produtos com importantes demandas reprimidas, tais como

apitoxina, pólen, cera, própolis e geleia real que dependem do desenvolvimento de tecnologias, pesquisas, projetos de produção e cooperação.

As ações institucionais associadas aos investimentos têm criado um espaço de cooperação importante para o desenvolvimento dos arranjos da apicultura no Piauí. Entretanto, deve-se criar um ambiente produtivo com autossuficiência e independência de ações de continuidade assistencialista, com gestores capazes promover empreendimentos viáveis economicamente.

Nesse sentido, é importante o desenvolvimento de políticas que criem as condições de autogestão dos empreendimentos e que permita avaliações e transformações contínuas, capazes de estabelecer uma economia da apicultura pujante e diversificada, sem bases meramente assistencialistas ●

SOUZA, D. C. (Coord.). *Desenvolvimento de um modelo de produção integrada do mel no Estado do Piauí*. Teresina: Departamento de Zootecnia/ Universidade Federal do Piauí, 2006. (Projeto de Pesquisa).

SOUZA, D. C. et al. Produção integrada de apicultura no Piauí. In: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. *Produção Integrada no Brasil: agropecuária sustentável, alimentos seguros*. Brasília: ACS/ MAPA, 2008. Disponível em: <<http://www.mapa.gov.br>>. Acesso em: 20 set. 2010.

VELOSO FILHO, F. A. et al. *Estudo dos arranjos produtivos locais da apicultura no Estado do Piauí (Picos e Teresina)*. Rio de Janeiro: RedeSist/IE/UFRJ, 2004 (Nota Técnica). Disponível em: <<http://www.redesist.ie.ufrj.br>>. Acesso em set. 2010.

VELOSO FILHO, F. A. et al. *Caracterização geral do arranjo produtivo local de mel de abelhas de Simplício Mendes, Piauí*. Teresina: Setor de Apicultura do DZO/CCA/UFPI, 2009. (Relatório parcial de pesquisa).

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Sistema IBGE de recuperação automática - SIDRA. Pesquisa Pecuária Municipal. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2010.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. *Produção Integrada no Brasil*. Brasília: ACS/MAPA, 2008. Disponível em: <<http://www.mapa.gov.br>>. Acesso em: 20 set. 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC. Sistema ALICEWeb. *Exportação mel natural*. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

PIRES, R. M. S.; SALIM, C. S.; SALIM, H. k. *Mel com qualidade – Piauí*. Belo Horizonte: Sebrae-MG, 2003.

SOUZA, D. C. (Coord.). *Produzindo mel com qualidade*. Teresina: UFPI; Sebrae-PI; DFA-PI/MAPA, 2001.

* Professor do Departamento de Geografia e História/UFPI e do Mestrado em Meio Ambiente/UFPI, pesquisador associado da RedeSist/IE/UFRJ, doutor em Ciências Econômicas/Unicamp, pós-doutorado em economia/UNB (aveloso@ufpi.edu.br).

**Professor do Dept de Zootecnia-CCA/UFPI e dos Mestrados de Ciência Animal/CCA e de Desenvolvimento e Meio Ambiente/PRODEMA-UFPI, Doutor em Ciências/USP.

*** Professora do DECON/UFPI, pesquisadora associada da RedeSist/IE/UFRJ, doutoranda em desenvolvimento econômico/UFRRG.

**** Professor do DECON/UFPI, pesquisador associado da RedeSist/IE/UFRJ e mestre em desenvolvimento e meio ambiente/UFPI (prancacio@hotmail.com).

Expediente

INFORME ECONÔMICO

Ano 13 - n. 28 - nov. 2012 Reitor UFPI: Prof. Dr. José Arimatéia Dantas Lopes. Diretor CCHL: Prof. Dr. Pedro Vilarinho. Chefe DECON: Profa. Ms. Janyáia Martins Vasconcelos. Coord. Curso Economia: Prof. Dr. Antonio Carlos de Andrade. Coordenador Projeto de Extensão Informe Econômico: Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima (s.olima@bol.com.br). Conselho Editorial: Prof. Dr. Aécio Alves de Oliveira UFC. Prof. Dr. Alvaro Bianchi Unicamp, Prof. Dr. Antonio Carlos de Andrade UFPI, Prof. Dr. Leandro de Oliveira Galastri Unicamp, Prof. Esp. Luis Carlos Rodrigues Cruz Pucas UFPI, Prof. Dr. Marcos Del Roio UNESP, Prof. Dr. Marcos Cordero Pires UNESP, Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos UNESP, Prof. doutorando Samuel Costa Filho UFPI, Prof. Dr. Socorro Lira UFPI, Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima UFPI, Prof. Dr. Vitor de Athayde Couto UFBA, Prof. Dr. Wilson Cano Unicamp, Economista Ms. Zilneide O. Ferreira. Coordenação, publicação e diagramação: Economista Esp. Enoisa Veras (enoisa@hotmail.com).

Revisão: Economista Ms. Zilneide O. Ferreira

Projeto gráfico: Neulza Bangoim

Jornalista responsável: Prof. Dr. Laerte Magalhães DCS-UFPI

Endereço para correspondência: Universidade Federal do Piauí-CCHL-DECON-Campus Ininga-Teresina-PI

CEP: 64.019-550. Fone: (86)3215-5788-5789-5790-Fax: (86)3215-5697

Tiragem: 2.000 exemplares

Impressão: Gráfica UFPI

Parceria: Conselho Regional de Economia 22ª Região-PI

Site DECON: <http://www.ufpi.br/economia>.



POLÍTICA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO DOS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Por Ricardo Ossagô de Carvalho*

A língua portuguesa conta com mais de 200 milhões de falantes nativos - são 190.732.694 pessoas na América Latina, 16 milhões na África, 12 milhões na Europa, 2 milhões na América do Norte e 330 mil na Ásia - e é o terceiro idioma mais falado no Ocidente. Sete países, além do Brasil, têm a língua portuguesa como idioma oficial, a saber: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2005). Em 17 de julho de 1996, foi criada a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), com o intuito de consolidar a realidade cultural que confere identidade própria aos países de língua portuguesa, promover a consolidação político-diplomática e estimular a cooperação, conjugando iniciativas para a promoção do desenvolvimento econômico e social dos povos comunitários.

Todos os países africanos de língua oficial portuguesa (Palop) são nações cujas economias e modelos de desenvolvimento integrado dependem da ajuda pública internacional. Portugal, como país colonizador, assumiu um papel importante como fio condutor perante a União Europeia (UE), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e outros centros de apoio internacional; papel este que o Brasil tem exercido nos últimos anos. Além da cooperação ou por motivo dela, verifica-se também, nos últimos anos, a inserção do Brasil no cenário internacional, tanto nos países em desenvolvimento como nos países desenvolvidos, buscando fortalecimento e novas parcerias para o desenvolvimento.

Em um lapso de 12 anos, o Brasil passou a ser considerado um dos países mais influentes no cenário internacional. O País vem sendo visto como

um país intermediário, afastando-se das áreas críticas da tensão internacional; dispondo, portanto, de certa manobra e razoável condição para definir suas estratégias internacionais, com o apoio dos países com os quais mantém acordo de relações multilaterais, e de grande poder de barganha e influência nos países desenvolvidos e em desenvolvimento; o que pode moldar o sistema internacional nos próximos anos.

Por outro lado, desde o início do século XXI, observa-se a primazia dos Estados Unidos cada vez mais reduzida na economia e nas políticas mundiais, pela ocorrência de várias conjecturas das suas jogadas em nível mundial; o aumento de poder econômico e militar da China no cenário internacional; e a afirmação da identidade política da UE. Diante dessas emergências e da desconcentração dos polos políticos e econômicos de relevância global, estão se alterando as bases para a nova configuração no sistema internacional, a partir da qual o Brasil começa a fazer parte.

Outro fato que se destaca é o enfraquecimento de grandes organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Mundial do Comércio (OMC) etc., além da forte divergência política entre as principais potências - velhas e novas - que, de certa forma, reduz a importância desses foros como mais um meio de atuação internacional. O G3 (Brasil, Índia e China) avança em seu processo de consolidação como economia altamente dinâmica e constitui fortemente uma montagem de esquemas de cooperação entre os países em desenvolvimento, mas especificamente com o objeto deste trabalho, os Palop. Outra questão de extrema relevância é a reivindicação de um assento permanente no Conselho de segurança da ONU, que se

transformou em meta prioritária da diplomacia brasileira, embora as negociações relativas ao formato da nova organização, desde o início, tenham ficado restritas às grandes potências participantes das Conferências aliadas.

Nos argumentos de Visentini e Pereira (2008, p. 1-2), a política de

[...] aproximação com o continente africano, os aspectos estratégicos e econômicos são, seguramente, mais importantes. Embora a África seja um continente que apresenta índices alarmantes de pobreza, não é um continente estagnado, e representa um elemento fundamental para a inserção global do Brasil. [...] A aproximação com o continente africano não visa à obtenção de resultados em curto prazo, ainda que, em termos econômicos a África represente um mercado importante. Nesse sentido, a política africana do Brasil apresenta-se dinâmica no plano diplomático, assumindo relevância especial quando são consideradas as ações brasileiras no continente africano. Entretanto, a dinâmica política, econômica e sociocultural de ambas as regiões, em distintos momentos históricos, travaram ou impulsionaram essa relação. Em diferentes períodos, as ações brasileiras resultaram de uma leitura equivocada das prioridades da política externa brasileira. Essas ações que não levaram em conta os interesses políticos e estratégicos de longo prazo, apenas os interesses econômicos e financeiros imediatos, postergaram a implementação e renovação de projetos bilaterais, bem como o estabelecimento de acordos de cooperação no plano multilateral. Assim, cabe acompanhar a trajetória das relações entre o Brasil e a África.

Como se pode observar na citação acima, esse contexto vai oferecer importância ao Brasil no cenário internacional, como corolário de seu fortalecimento econômico e institucional, de sua presença regional cada vez mais consolidada.

Com o crescimento do Brasil no novo contexto da geopolítica mundial, faz-se necessário compreender os nexos entre a inserção internacional e a cooperação multilateral com os países em desenvolvimento - principalmente os da África e os de língua portuguesa. É verdade que não se pode exigir muito e em curto prazo dos países africanos, que, na sua maioria, são recém-independentes (anos 1970) e recém-democratizados (anos 1990), como aconteceu em quase todos os países em desenvolvimento da América Latina (processo pelo qual também passou o Brasil) e do Leste Europeu.

Nos últimos anos, a temática sobre a política externa brasileira e sua inserção no contexto internacional e de cooperação com os países africanos em particular vem sendo tratada a partir da inclusão de vários atores e forças importantes para consolidação e sustentação do aparato

institucional. Questões dessa natureza tornam o processo de relações internacionais mais suscetível à disputa, ao conflito e influência entre os países ou grandes potências com relação ao poder de barganha em nível internacional. A conquista de espaço por parte de alguns países como o Brasil fez com que alguns blocos ou grupos de países se sentissem de fato incluídos e tivessem representadas suas demandas no sistema político internacional.

É importante lembrar que a África tem territórios ainda virgens e adequados aos diversos investimentos de grandes empresas multinacionais - inclusive empresas brasileiras - e, ainda que o continente seja marcado por alguns regimes instáveis, conflitos armados e outras formas de violência, problemas sanitários significativos e imensa pobreza, é uma das poucas fronteiras naturais ainda abertas para a expansão de negócios em setores como petróleo, gás e mineração (VICENTINI; PEREIRA, 2008), onde tem presença de grandes potências disputando acesso a matérias-primas (cada vez mais escassas e demandadas) e mão de obra. Desse modo, entende-se que com a mudança da caracterização e configuração do sistema internacional na última década do final do século XX e início deste, o Brasil está se firmando no cenário internacional através da sua influência e condução nas questões de grande relevância (e uma delas é a parceria com os países africanos e lusófonos). Como afirma Ferreira (2009, p. 1), isso se deu justamente "pelas circunstâncias internacionais a esse tipo de iniciativa".

No final do século passado, precisamente no início dos anos 1990 e na primeira década do século XXI, novas categorias de análise emergiram com a nova ordem internacional, tendo como pontos de partida a vitória do capitalismo americano e a expansão do liberalismo ocidental, e a globalização como força motriz de novos arranjos, naquilo que Octavio Ianni (1997) chamou de o desafio de se pensar a relação entre o local e global, pois a globalização engendrou uma nova realidade econômica, marcada pelo movimento veloz dos fluxos financeiros. Processa-se a emergência e o enfraquecimento das grandes potências e a desconcentração dos poderes políticos e econômicos de relevância global, que, por sua vez, alteram as bases internacionais, o que favorece a importância e o fortalecimento de alguns países como China, Índia e Brasil no cenário internacional (política, econômica e socialmente).

Neste contexto, percebe-se que o Brasil fortaleceu-se econômica e institucionalmente com sua presença regional consolidada. Porém, o “[...] enfraquecimento dos foros multilaterais como ONU e OMC e a forte divergência política entre as principais potências, velhas e novas, reduzem a importância desses foros como meio de ação internacional do país” (CRUZ; SENNES, 2006, p. 34). Além do mais, o Brasil também avança de maneira constante em relação a sua integração regional, devido às necessidades geradas pelo aumento da integração econômica regional e a disposição estratégica do Brasil e dos países da região de criar uma identidade política sul-americana e internacional, e se consolida regionalmente como líder e coordenador estratégico desse processo de desenvolvimento combinado, o que leva a um forte reflexo da sua presença geopolítica internacional. Juntamente com a Índia e a China, o Brasil também avança em seu processo de consolidação como economia altamente dinâmica e contribui fortemente para a montagem de esquemas de cooperação entre países em desenvolvimento.

Com o reconhecimento da sua importância política nos grandes foros de tomada de decisão da política internacional, como afirmam Cruz e Sennes (2006, p. 35):

[...] gera-se um importante reforço das instituições internacionais e processos decisórios multilaterais, ampliando o espaço para a projeção política e econômica do Brasil. Tanto o histórico do Brasil ante essas instituições como sua consolidação como liderança sul-americana o credenciam para ocupar lugar de destaque nos principais foros internacionais.

A partir da análise acima, pode-se pensar e indagar como essas forças no sistema político internacional podem moldar nos próximos anos o sistema internacional. Para alguns autores isso já é uma realidade e não mais uma evidência. Como lembram Cruz e Sennes (2006, p. 33), diante desse cenário, “[...] a primazia dos Estados Unidos na economia e na política mundiais se vê reduzida, pela ocorrência de um dos eventos a seguir, ou de sua ação conjugada: o aumento do poder econômico e militar da China, e a afirmação da identidade política da União Europeia.”

A hegemonia internacional, antes firmada em bases exclusivamente militares, modificou-se para privilegiar outros elementos não evidenciados por algumas teorias. Ainda nessa linha de raciocínio, Cruz (2010) afirma que a política internacional resulta na sedimentação de posições que os

partidos ou elite governante vêm manifestando diante dos problemas do mundo contemporâneo. Nesse caso, a política externa, diferentemente, constitui uma política de Estado que deve representar o interesse permanente da nação, tal como definido pelas concepções prevalentes na sociedade considerada.

Corroborando a ideia de Ferreira (2009), na lógica de funcionamento da política internacional, a inclusão de novos atores é um passo decisivo na afirmação do multilateralismo. Entretanto, é com a tomada dessa premissa que podemos verificar um aumento recente das relações brasileiras com o continente africano, mais uma relevante ação de cooperação com o Sul estabelecida pela diplomacia brasileira. Sublinho, no entanto, que nem todos vêem essa proximidade positivamente, como é o caso de Amaral (2008). Para ele, o Brasil se encontra a meio caminho entre pobres e ricos, entre subdesenvolvidos e desenvolvidos, e as relações com a África são reflexos da falta de continuidade da política externa brasileira ao longo de décadas, porque a atenção com aquele continente é esporádica e os resultados são questionáveis.

A despeito do discurso diplomático de que o Brasil deve resgatar a integração com a África devido a proximidades históricas, o motivo mais realista e plausível para esta aproximação é a busca por apoio na campanha por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Segundo o discurso do governo brasileiro, é necessário reformar a ONU e seu Conselho de Segurança, que deverá contar com novos membros permanentes vindos da Ásia, África e América Latina. Nestes termos, conforme Ribeiro (2007, p. 9), não se pode negar o fato de que, embora fragilizada, “a política africana ainda mantém vitalidade no plano diplomático brasileiro, adquirindo relevância especial quando consideradas as ações e os discursos realizados pelo [...] governo para o continente africano”. No plano das ações, a política externa brasileira para a África tem sido caracterizada pelo reiterado esforço do Itamaraty na promoção de viagens oficiais do Executivo a países africanos, com vistas à implementação e renovação de projetos bilaterais e do estabelecimento de acordos de cooperação de âmbito multilateral, pelos quais se deduz a possibilidade de abertura e/ou ampliação de novos acordos e mercados, consoante a defesa da própria política desenvolvida pelo Estado brasileiro

junto ao continente africano, desde a década de 1960.

Para melhor entender a política externa brasileira para a África, a seguir, adentra-se em duas correntes teóricas das relações internacionais, para melhor sustentar as evidências: teoria de interdependência e realismo político.

No realismo político, as relações internacionais são determinadas por elementos de segurança e militarização (SENA JÚNIOR, 2003). Diante da complexa conjuntura das relações internacionais no novo cenário acima exposto, o realismo político tem-se revelado insuficiente para explicar os complexos eventos internacionais que dominam a atual conjuntura da geopolítica internacional, uma vez que seus adeptos lidam com a noção de “soma zero” - o benefício total para todos os jogadores, em cada combinação de estratégias do jogo, sempre soma zero; em outras palavras, um jogador se beneficia somente a expensas de outros. Seu mais notório defensor contemporâneo - Hans J. Morgenthau (apud SENNA JÚNIOR, 2003, p. 21) - afirma que “como toda política, a política internacional implica uma luta pelo poder, não importa quais sejam os fins últimos da política internacional: o poder sempre será objetivo imediato”; o que revela toda a crueza desse aporte teórico ao reduzir a política internacional à incessante busca de poder.

A teoria da interdependência busca compreender tanto as raízes políticas do processo de globalização quanto a forma como as suas complexas variáveis de barganha internacional entre os países e Estados (poder, segurança, hegemonia, cooperação, assimetria, escassez) interagem entre si, pois, como afirma Sena Júnior (2003, p. 25), “[...] interdependência implica dependência recíproca e evidencia a idéia de teia de interesses que se interpenetram e, de alguma forma, completam-se.” De acordo com Keone e Nye (apud SENNA JÚNIOR, 2003, p. 25), “Em linguagem comum, dependência significa um estado em que se é determinado ou significativamente afetado por forças externas. Interdependência, em sua definição mais simples, significa dependência mútua.” Em política mundial, interdependência refere-se a situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou entre atores em diferentes países.

Hoje, embora o objetivo principal da política internacional gire em torno de segurança militar,

com mudanças de ameaças, mudam também os objetivos e a política volta-se mais para as questões sociais e econômicas do que propriamente para as militares. Atualmente, o mundo se tornou mais complexo e a redução das variáveis que interagem no cenário internacional à mera potência militar já não se justifica. “Muitos exemplos corroboram essa posição, tais como a situação israelense e palestina no Oriente Médio, até hoje tensa, não obstante o poder militar dos judeus e o apoio que estes recebem dos norte-americanos”, e Cuba, “que desafia a supremacia militar e econômica dos Estados Unidos até hoje” (SENA JUNIOR, 2003, p. 30), entre outros.

A aproximação do Brasil com o continente africano tem se mostrado como um desdobramento importante da política externa brasileira. Em uma avaliação superficial, a estratégia atrai críticas, na medida em que pode parecer paradoxal um país em desenvolvimento como o Brasil fomentar seus esforços diplomáticos em parceiros pobres, com pouca influência no contexto geopolítico global e, em seu conjunto, com peso ainda baixo na balança comercial brasileira. No entanto, é preciso avaliar os movimentos de internacionalização e de algumas tendências políticas e econômicas aceleradas pelo aprofundamento da globalização (VICENTINI, 2009, p. 6).

Para Vicentini e Pereira (2008), toda essa tendência ainda favorável de certa forma não seria possível determinar com precisão quais seriam os impactos causados por essa conjuntura favorável à aproximação entre o Brasil e o continente africano, mas é fato que a África possui uma posição privilegiada na estratégia de inserção internacional desenvolvida pela política externa do governo Lula. “O Brasil parece desejar ser um ator responsável e ativo no sistema internacional e, historicamente, o Itamaraty tem sido a Instituição que, por excelência, pensa o interesse nacional em longo prazo.” Conferir maior peso a regiões ainda pouco exploradas bem como a países em desenvolvimento, sem negligenciar as relações existentes já estabelecidas com parceiros mais tradicionais, “não apenas vem ao encontro de uma definição mais ampla de interesses nacionais e da inserção do Brasil na economia mundial, mas também contribui para conferir legitimidade à diplomacia brasileira” (VICENTINI; PEREIRA, 2008, p. 8).

Além do mais, entende-se que o grande motivo

para essa relação e crescimento da África foram o G-3 e o G-20, que

[...] são dois exemplos que contribuíram para o fortalecimento da posição dos países africanos nas negociações da OMC. Coroando essa política, foi realizado em Abuja, Nigéria, a I Cúpula África-América do Sul (AFRAS), em novembro de 2006, propiciando às duas regiões uma projeção internacional inédita, que muito contribui para o Renascimento Africano. (VICENTINI; PEREIRA, 2008 p. 5).

Segundo Cruz (2010, p. 105), essa transformação no cenário internacional tem muita importância na projeção internacional da América do Sul, que vem perseguindo estratégias convergentes de inserção internacional autônoma pela via de fortalecimento de processos de integração já existente no continente.

Por outro lado, paralelamente à formação do G-20, a articulação do G-3, realizada pelo governo brasileiro, logo após a reunião do G-8, de 2003, nas primeiras semanas do Governo Lula, constitui-se um fato político de grande impacto.

Além da cooperação técnica e possibilidades de integração de articulação entre países de desenvolvimento similar, estão as questões políticas de reordenamento do sistema internacional pós-Guerra Fria e a reforma do Conselho de Segurança da ONU. O Brasil, desde o governo Itamar Franco, passou a trabalhar de forma sistemática pela candidatura brasileira ao Conselho de Segurança. O presidente seguinte, Fernando Henrique Cardoso, em seus dois mandatos, deu continuidade à tarefa, mas numa perspectiva um tanto distinta. Ao levar o Brasil a aderir amplamente à nova agenda internacional da globalização e adotar o modelo vigente de abertura econômica, acreditava que o país estaria sendo qualificado para o posto, e que os cinco membros permanentes reconheceriam a legitimidade brasileira. Foi um pouco de ilusão, pois em política ninguém dá, é preciso conquistar. E para conquistar é necessário ampliar seu poder, e não renunciar a ele, como foi à marca do ex-presidente no plano internacional (VICENTINI, 2009, p. 18).

Diante disso, pode-se perceber algumas diferenças de Lula em relação a FHC, em relação à região.

De forma geral, os temas econômicos e comerciais tiveram, para FHC, prioridade sobre os demais na agenda do Mercosul, enquanto para Lula, o social e o político parecem ter assumido a precedência no processo de integração. Os progressos, em todo caso, tem sido mais proclamados do que efetivos, em vista de dificuldades econômicas persistentes em cada um dos países (ALMEIDA, 2004, n.p.).

Cabe ainda observar, quanto à política externa brasileira de coalizões, que (FERREIRA, 2009, p. 103):

A relevância de acertos nas tomadas de decisões de política externa em um mundo completamente globalizado é fundamental para qualquer nação,

tanto em âmbito externo, devido às projeções internacionais que se pode alcançar, quanto interno, devido à maneira como os impactos desta inserção acometem as suas populações. Como alerta Amaral (2008), a capacidade de se entender o processo global e seu rumo, antecipar decisões e políticas, dar uma resposta adequada às novas realidades, é, em boa medida, o que distingue o êxito do fracasso, a capacidade de liderar ou ser simplesmente objeto destas transformações.

É a partir daqui que se vê a importância do Brasil como um dos principais atores emergentes que vem buscando coalizões dessa natureza visando ao sucesso de iniciativas multilaterais.

Finalizando, cabe mais inquietações do que uma conclusão propriamente dita: será que o fortalecimento de cooperação entre o Brasil e esses países visa ao apoio a uma cadeira permanente para o Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas como é cogitada? Se isso for verdade, quais são os parceiros com os quais o Brasil pode contar para adquirir o espaço no Conselho das Nações Unidas, tanto na questão geopolítica como na geoeconômica? Mas, além das questões acima indagadas, a grande questão é entender como se processam as relações globais. Pode-se ainda questionar e pensar os fatores de grande destaque nos últimos anos feitos pelo Brasil: a América do Sul, o compromisso com o multilateralismo na construção da paz, uma agenda comercial afirmativa e as parcerias diversificadas com países desenvolvidos e em desenvolvimento seriam os grandes responsáveis pela inserção estratégica do Brasil no cenário internacional? O Brasil está buscando hegemonia ou cooperação? Se for o caso, entende-se que o Brasil não pode somente se conformar com essa inserção na nova ordem mundial, mas sim que ela deva contribuir decisivamente para que um novo tipo de relações no poder internacional possa favorecer ambas as partes.

Compartilhando da opinião de Campos (2010, n.p.), pode-se entender isso como o sentimento de solidariedade baseada no interesse mútuo que “[...] não é apenas um discurso retórico, mas uma necessidade que precisa ser implementada pelos Estados”, enquanto “[...] elemento necessário ao desenvolvimento dos povos e à otimização dos potenciais humanos nos países em desenvolvimento.”

A outra questão que pode ser pensada com relação ao laço de cooperação entre Brasil e Portugal para com os demais países de língua portuguesa é a unificação da ortografia. Será que isso fez parte do jogo estratégico e político desse

processo de difusão internacional da língua portuguesa? Desse modo, entende-se que pode ser que sim, à medida que avança esse processo de transformação e elevação de nível de integração social. Nota-se que em países lusófonos da África a língua portuguesa está ficando cada vez mais evidente, e que ela tenderá a se converter em língua nacional em curto espaço de tempo ●

Nota:

¹ Sobre o desenvolvimento democrático na África, principalmente nos países de língua portuguesa, ver Carvalho (2010).

Referências

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO - ABC. *Projetos: Cooperação Sul-Sul*. 2005. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/projetos/cooperacao_PrestadaOICPLP.asp>. Acesso em: 16 jan. 2011.

ALMEIDA, P. R. *Uma política externa engajada*. 2004. Disponível em: <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1260PExtLula.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

AMARAL, S. Uma política externa para o século XXI. In: DUPAS, G.; LAFER, C.; SILVA, E. L. (Org.). *A nova configuração mundial do poder*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CAMPOS, D. A. *A África na política externa brasileira*. 08 abr. 2008. Disponível em: <<http://mundorama.net/2008/04/08/a-africa-napolitica-externa-brasileira-por-diego-araujo-campos/>>. Acesso em: 25 jan. 2011.

CRUZ, S. C. V. *O Brasil no mundo*. São Paulo: Unesp, 2010.

CRUZ, S. C. V.; SENNES, R. *O Brasil no mundo. Estudos Avançados*, São Paulo, v. 20, n. 56, p. 29-42, jan.-abr. 2006.

FERREIRA, W. Política externa do Governo Lula. *Debates*, Porto Alegre. v. 3 n. 1, p.100-125, jan.-jun. 2009.

IANNI, O. *Teoria da globalização*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1997.

KEOHANE, R. O.; NYE, J. S. *Poder y Interdependencia*. Buenos Aires: Grupo Editor Latino Americano, 1988.

RIBEIRO, C. O. Política africana do Governo Lula. *Meridiano 47*, Brasília, n. 83, p. 9-11, jun. 2007. Disponível em: <<http://meridiano47.info/2007/06/30/politica-aficana-do-governo-lulaum-ponto-de-inflexao-e-reflexao/>>. Acesso em: 30 dez. 2010.

SENA JÚNIOR, R. Poder e interdependência. In: RI JÚNIOR, A. D.; OLIVEIRA, O. M. de. *Relações internacionais*. Ijuí: Unijui, 2003.

VISENTINI, P. F. O G-3 e o G-20. *Nerint*, 2009. Disponível em <<http://www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo0644.pdf>>. Acesso em: 15 jan 2011.

VISENTINI, P. G. F.; PEREIRA, A. D. *A política africana do Governo Lula*. *Nerint*, 2008. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf>>. Acesso em: 10 jan 2011.

* Graduado em ciências sociais, mestre em ciência política pela UFPI e doutorando em ciência política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

ESCRAVIDÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL: negros da Nação nas obras públicas de Teresina (1850-1871)

Por Genimar M. R. de Carvalho* e Solimar Oliveira Lima**

No decorrer do século XVIII e início do XIX, várias foram as sugestões e tentativas de mudança da capital do Piauí. Situada nos sertões, Oeiras, segundo diferentes argumentos, mostrava-se isolada e desfavorável à comunicação com as demais unidades do território e, sobretudo, com os centros administrativos da colônia e império - Rio de Janeiro e Lisboa, respectivamente. Defendia-se a transferência para a vila de Parnaíba (no litoral), para a vila de São Gonçalo ou Regeneração (às margens do rio Parnaíba, em zona central) ou ainda para a Vila do Poti (na confluência do rio Parnaíba com o rio Poti, na divisa com o Maranhão).

A transferência da capital somente se concretizou quando José Antônio Saraiva assumiu a presidência da Província. Logo após sua posse, em 1850, o então presidente viajou para a localidade que, em sua opinião reunia as melhores condições

para instalação da nova sede, a Vila do Poti, intencionando avaliar pessoalmente o local. Vítima constante das enchentes dos rios e das consequentes epidemias, a Vila do Poti já havia conseguido autorização, através da lei provincial n. 140 de 1842, para transferir-se para local mais seguro. No entanto, anos de invernos menos rigorosos seguiram-se após a aprovação da lei, o que levou à não imediata mudança.

Ao chegar à Vila do Poti, Saraiva percebeu a insalubridade do local e, aproveitando-se da lei de 1842 e da insatisfação dos seus habitantes, articulou, sem demora, a transferência da capital:

Acenaria [Saraiva] aos potienses, a mostrar as vantagens que se lhes oferecia sua futura sede municipal, ao converter-se em metrópole do Piauí, o que bem poderia acontecer, se oferecessem sua solidariedade em busca do objetivo. Com esse argumento que era poderoso estímulo, Saraiva encontraria, na vila castigada, valorosos aliados, e

contornaria os empecilhos apresentados por seus antecessores [...] (NUNES, 2007, p. 100).

Escolhido o local para onde seriam transferidos os habitantes da Vila do Poti, à margem do rio Parnaíba, na região conhecida como Chapada do Corisco, a cerca de 6 km da antiga sede da Vila, o presidente ordenou que se construísse a nova igreja e, para tanto, formou-se uma comissão:

Tendo resolvido a edificação de uma nova Igreja, que possa substituir a Matriz bastante arruinada, no local designado pela Assembleia Provincial para a nova Villa, tenho nomeado a V. Sa. [Cel. Roberto Raimundo de Aguiar, abastado fazendeiro], ao Dr. Jesuino [de Sousa Martins, juiz municipal] e ao Revmo. Vigário [P. Mamede Antônio de Lima, pároco da freguesia] para que formando uma comissão, continuem a promover donativos entre os habitantes d'esta Freguezia, com os quaes se possa levar a effeito a referida edificação. [...] a fim de que a comissão preencha as vistas da Administração, que a encarrego, alem disso, da inspeção da obra, da guarda dos dinheiros arrecadados e de trazerem ao conhecimento do Governo tudo quanto for concernente a consecução de semelhante fim (APEPI, 1848-1855, COD 180).

Em ofício, Saraiva ordena que o mestre de obras públicas da Província, João Isidoro da Silva França, desloque-se com brevidade à recém-criada Vila Nova do Poti para dar início às obras de construção da igreja matriz, dando-lhe instruções relativas ao transporte de trabalhadores e ferramentas como também às suas obrigações e relações com a comissão encarregada da fiscalização da obra. Entre as responsabilidades desta última estava o sustento dos escravizados, trabalhadores nas obras (APEPI, 1848-1855, COD 181).

Em 20 de novembro de 1850, Saraiva autoriza o mestre Isidoro a fretar a barca de Theotônio da Costa Veloso, acreditando ser esta a forma mais econômica, rápida e cômoda, para que fizesse o transporte das ferramentas, utensílios, obreiros e escravizados da vila de Amarante para a Vila Nova do Poti. Alguns outros escravizados seguiriam todo o trajeto por terra conduzindo os carros de bois que seriam utilizados na construção. O presidente da província tinha pressa em começar a obra da matriz e esperava que logo “nos primeiros dias de dezembro” já se encontrassem na dita vila o mestre de obras e os trabalhadores (APEPI, 1848-1855, COD 181).

No dia 8 de janeiro de 1851, Saraiva responde ao ofício enviado pela comissão encarregada da subscrição para a construção da igreja matriz, comunicando já ter ciência da chegada do mestre de obras públicas com 36 obreiros, entre carpinteiros, pedreiros, serventes, escravizados,

quatro moleques (meninos escravizados de pouca idade, aprendizes de ofícios) e 4 soldados “[...] destinados a fazer a policia do lugar, e a manter a ordem entre os trabalhadores ocupados nas obras publicas, e nas dos particulares” (APEPI, 1848-1855, COD 181, n.p.).

Entre estes primeiros trabalhadores que deram início ao processo de construção das obras públicas de Teresina, estavam os escravizados nacionais Marcelino, Antônio, Lourenço, Policarpo, Cassiano, Eusébio, Casimiro, Nicolau, Manoel e Lourenço e as escravizadas Hilária e Ignez, responsáveis pela preparação dos alimentos e lavagem das roupas dos trabalhadores (APEPI, CX. 496); eram todos trabalhadores enviados das fazendas nacionais, as quais originaram-se do legado deixado por Domingos Afonso Sertão, após sua morte em 1711, aos padres inacianos. Acrescidas de outras propriedades, totalizaram 39 fazendas em 1760, ano da expulsão dos jesuítas, quando passaram a chamar-se Fazendas do Real Fisco ou simplesmente Fazendas do Fisco. Dividiam-se em três departamentos ou inspeções denominadas Piauí, Canindé e Nazaré, possuindo cada uma delas um inspetor nomeado pela presidência da província.

Após a independência do Brasil em 1822, estas propriedades passaram a denominar-se Fazendas da Nação ou Nacionais, mantendo a mesma estrutura e o assentamento no trabalho escravo. Em 1844, as propriedades da Inspeção Canindé passaram à posse do conde e condessa de Áquila, sendo esta última irmã do imperador D. Pedro II e as recebido como dote, passando então a serem geridas por procuradores particulares indicados pelo casal. Em relação às fazendas (LIMA, 2005, p. 50):

As propriedades, embora fossem reconhecidas legalmente e administradas como “fazendas de criação” haviam deixado de ser exclusivas do criatório. (...) A nova estrutura de funcionamento havia transformado as propriedades em fazendas de criação, produtoras de gêneros para o mercado interno e fornecedoras de mão de obra para a província e para o Império.

Havia, como ressaltado, a possibilidade de deslocamento dos trabalhadores escravizados para outras unidades produtivas, dentro e fora da província, ou ainda para o exercício de atividades não relacionadas diretamente as necessidades das fazendas o que, em regra, forjava para os trabalhadores o cumprimento de novas tarefas e serviços. Como exemplo, temos a cessão de trabalhadores para a construção civil, em especial obras públicas, e para servirem no “zelo” dos

prédios públicos. Assim, os administradores das fazendas primavam, sempre que possível, pela substituição dos trabalhadores assalariados por escravizados, ensinando a estes os ofícios desempenhados pelos primeiros (GORENDER, 1992, p. 187). Neste sentido, Saraiva fez claras recomendações:

Recommendo a V.Sas que não admittão na obra da Igreja Matriz da Villa Nova do Puty outros serventes se não os escravos das Fazendas Fiscaes [...]. Já mandei quatro escravos pequenos para serem admittidos como aprendizes na obra de pedreiro, ou carpina, e estes podem dispensar completa-mente o serviço de quaesquer outros em taes circumstancias (APEPI, 1848-1855, COD 180, n.p.).

Praticamente um ano depois, o presidente da Província reforçou a recomendação dada anteriormente: “[...] e efectivamente lhes ordeno, que não consintão na obra outros serventes que não sejam escravos das fazendas fiscaes, representando-me sobre a necessidade de maior numero, quando assim o julguem conviniente.” (APEPI, 1848-1855, COD 180, n.p., grifo nosso).

Com a chegada dos obreiros na Vila Nova do Poti, incluindo os escravizados da nação, iniciava-se o processo de formação da nova capital. Restava, entretanto, a aprovação da transferência, o que só ocorreria por ocasião das eleições para a Assembleia Provincial em 1852, onde a maioria dos deputados vencedores era partidária da mudança (CHAVES, 1998, p. 26). Desta forma, em 20 de julho foi aprovada a Resolução n. 315 que autorizava a transferência da capital, elevando a Vila Nova do Poti à categoria de cidade, mudando seu nome para Teresina (em homenagem à imperatriz Teresa Cristina) e transferindo para esta última a sede do Governo e todas as repartições públicas. De acordo com a referida resolução, o presidente da província estava autorizado a alugar os prédios que abrigariam as repartições públicas, a fazer desapropriações de terrenos e, quando não fosse possível alugar, a mandar construí-los, por administração ou arrematação. A cadeia e o cemitério foram então citados como obras mais necessárias. A resolução autorizava ainda que, com certa urgência, se transferisse o Estabelecimento dos Educandos Artífices de Oeiras para a nova capital, posto que, os educandos trabalhariam nas obras públicas de forma compatível com os ofícios exercidos (APEPI, 1852).

A palavra de ordem durante todo o processo de construção das primeiras edificações da cidade foi economia. Economizava-se na aquisição e

transporte dos materiais necessários, na contratação e no sustento dos trabalhadores e, mesmo a construção da igreja matriz de N. S. do Amparo, primeiro prédio público da nova capital, foi realizada com a ajuda dos moradores da Vila. Tratava-se assim, de aliar redução de custos para o poder público, apoio e empenho popular para o projeto, mas sem também onerar os solícitos moradores.

Nesse contexto, procurava-se utilizar o maior número possível de trabalhadores escravizados em substituição aos trabalhadores livres assalariados visando ao barateamento das obras, mas mantendo-se o tempo e a qualidade dos trabalhos previstos. Assim, a mão de obra escravizada aparece nas correspondências oficiais, a exemplo da correspondência entre a comissão encarregada da construção da matriz e o presidente da província, como detentora de habilidades para a construção civil, ainda que apresentando menor produtividade:

[...] a Comissão tem entendido, que só se devem conservar os serventes indispensaveis e [...] que aquillo que os serventes assalariados fasem em dous dias, por exemplo, os escravos fiscaes podem fasem em quatro dias sem o menor atraso do serviço, e com economia de salarios p.a a obra (APEPI, cx. 250, n.p.).

Desta forma, os negros escravizados adquirem, para a administração pública, uma especialidade apresentada como “servente”. A categoria servente na construção pública, ontem e hoje, constitui-se no exercício de atividades como a demolição de edificações de concreto, alvenaria e de outras estruturas, a preparação dos canteiros de obras através da limpeza da área e nivelamento dos terrenos, a realização de escavações, o transporte de matérias primas, a limpeza dos instrumentos de trabalho, e o preparo da massa de concreto, reboco, argamassa e outros materiais.

As múltiplas habilidades do trabalhador escravizado servente ratificavam o padrão de utilização dos escravizados no processo produtivo sob a vigência das relações escravistas. O trabalhador, em regra, desenvolvia tarefas e serviços conforme a necessidade do processo de trabalho. Assim, o trabalho de um servente escravizado caracterizava-se, fundamentalmente, pela diversificação. A diversidade de tarefas a serem desempenhadas revelava-se em eficiente estratégia de combate a ociosidade.

Em maio de 1852, devido à falta de cal a obra da matriz ficou paralisada. Como os trabalhadores escravizados não podiam ficar ociosos, foram

encarregados da extração de matérias primas para a referida obra. Ordenou Saraiva que quatro escravos, dentre os empregados na obra e, acompanhados de um bom oficial de carpina, fossem retirar madeiras de cedro nas terras do Coronel José Cândido. Os demais escravos ficaram encarregados de extrair pedras, barro e quaisquer outros materiais necessários para a obra (APEPI, 1846-1855, COD 181).

Em que pese estes trabalhadores escravizados aparecem nas correspondências entre o mestre de obras públicas e o presidente da província como trabalhadores sem nenhuma especialização, a necessidade de trabalhadores especializados impelia a administração a inserir, nas obras, muitos jovens escravizados para aprenderem um ofício, geralmente o de pedreiro ou de carpinteiro (APEPI, 1848-1855, COD 180).

Ressalte-se que, no processo de inserção dos trabalhadores nestas obras, sua função era limitada a de servente ainda que houvesse a expectativa do trabalho especializado futuro. Como servente ou especializado, o trabalhador escravizado não possuía autonomia no processo de trabalho no que diz respeito ao padrão de arquitetura ou urbanismo nem com relação aos métodos de construção. Assim, o escravizado limitava-se a reproduzir ordens e a executar os padrões pré-estabelecidos.

O padrão arquitetônico e as técnicas construtivas decorriam das condições econômicas e sociais, ou seja, de uma economia rural escravocrata onde a ideia de unidade arquitetônica e urbanística refletiam a estratificação, o autoritarismo e a rusticidade inerentes ao sistema escravista. A simplicidade das edificações, o aspecto pesado e sombrio, a forma retangular e a pouca luminosidade interior representavam o poder e o controle senhoriais. No geral, predominou nestas edificações a simplicidade arquitetônica, a pobreza das técnicas produtivas e a rusticidade ou má qualificação da mão de obra (MAESTRI, 2001).

A mão de obra escravizada, ao que tudo indica sendo a predominante nas edificações, como auxiliar ou principal, no cotidiano das obras parece ter demonstrado pouca habilidade ou desamor para o trabalho requerido. A construção da Matriz de N. S. do Amparo é exemplar, a julgar pelos sucessivos problemas. Em janeiro de 1852 o presidente da província reclamou que a obra não apresentava o progresso esperado, levando-se em conta o número de trabalhadores empregados e as despesas feitas, não estando concluídas ainda, as

paredes da capela-mor. Três meses mais tarde, comunicando-se com os membros da comissão responsável pela fiscalização da obra da matriz, Saraiva orientou-lhes que despedissem os trabalhadores “[...] sem as habilitações precisas ou disleixados no serviço de maneira que a sua conservação seja contra a economia da mesma obra” (APEPI, 1848-1855, COD 180, n.p.).

Pouco tempo depois, queixa-se novamente o presidente da província da morosidade da obra, decidindo paralisar os trabalhos e ir pessoalmente examiná-la, avaliando a conveniência de manter a administração da obra a cargo público ou de submetê-la à arrematação por particulares. Esta não foi a única vez que a obra da matriz paralisou. As motivações eram variadas, porém recorrentes: a falta de matérias primas, a falta de trabalhadores e a seca que, ocasionando a ausência das pastagens, consequentemente debilitava os rebanhos, fazendo decrescer as rendas da província economicamente baseada na atividade agropastoril extensiva além de dificultar o transporte dos materiais necessários para as obras. Cinco anos após o início das obras da matriz, esta ainda apresentava muitos defeitos em sua construção. De acordo com o relatório elaborado pelo engenheiro recém-contratado pelos cofres provinciais, Alfredo de Barros e Vasconcelos, o edifício da matriz não apresentava regularidade nem solidez, o exterior tinha aparência desagradável e desproporcional, o interior era mal dividido e irregular, havia paredes rachadas e desaprumadas e a capela mor era demasiadamente acanhada. A falta de solidez dos alicerces, problema que segundo ele não tinha solução, demandava constantes reparos (APEPI, 1856).

Na avaliação de Alfredo de Barros e Vasconcelos, houve uma sucessão de erros que motivaram os problemas estruturais no edifício da matriz entre os quais, a utilização (por motivações econômicas) de argamassa de má qualidade, a construção dos alicerces não havia obedecido às normas e necessidades próprias de um terreno frouxo e arenoso e o emprego de operários sem qualificação. Para o engenheiro, na edificação da igreja matriz, pouco se tinha levado em conta os princípios da arquitetura o que o motivava a reiteradas vezes e, não somente ele, defender a construção de outra matriz logo que os cofres públicos dispusessem de recursos suficientes (APEPI, 1856).

Além do trabalho na construção de prédios

públicos, os escravizados nacionais eram a mão de obra de outras obras públicas, como a limpeza do rio Parnaíba (para facilitar a navegabilidade), cortavam lenha para fornecimento público e para o vapor Uruçuí da Companhia de Navegação do rio Parnaíba, limpavam poços públicos para consumo doméstico de água e aterravam áreas pantanosas da cidade (APEPI, 1855/1857/1858/1859).

Os trabalhadores escravizados além de úteis à construção das edificações, nelas permaneciam para garantir o seu pleno funcionamento. Desta forma, ganharam novamente a pecha de “serventes”, mas com outras atribuições dentro e fora dos prédios das repartições públicas, a começar pelo Palácio da Província:

Não havendo ainda serventes proprios para o Palacio da Presidencia, e reconhecendo que he indispensavel a concervação de algum que trate do aceio da Caza, e serventia d'agua, designei os escravos Nacionaes Lourenço e Ignez Molher do mesmo para o fim indicado; por isso já os ditos escravos forão mandados para Palacio fazerem seu serviço, ficando elles tambem obrigados a aguarem as mangueiras que formão o primeiro quadro da Praça, em quanto não tiverem m.to em que se occupar (APEPI, cx. 496, n.p.).

Vasta é a quantidade de ofícios relacionados aos escravizados nacionais servindo aos prédios públicos. No regulamento do Hospital de Caridade, na seção que trata dos serventes do hospital, encontramos a designação de suas funções:

Artigo 38. Haverão dois serventes, um para cada um Enfermeiro, e tambem uma servente para a Enfermeira.

Artigo 39. Serão obrigados à todo o serviço da casa, esgoto, conducções, mandados e determinações immediatas dos Enfermeiros, assim como dos demais Empregados.

Artigo 41. Existirão os cosinheiros precisos, e as lavadeiras sufficientes para o estabelecimento [...] (APEPI, 1857).

É certo que os serventes do hospital, segundo consta no regulamento, poderiam ser livres ou cativos, entretanto, por motivações econômicas, a grande maioria das referências que encontramos aos serventes remete à utilização dos escravizados nacionais para esta função. Na documentação pesquisada, nos deparamos com frequência significativa, com pedidos do administrador do Hospital de Caridade para que fossem enviados escravizados das fazendas nacionais para “[...] substituírem aos serventes desse Hospital que se alforriarão” (APEPI, 1848-1855, COD 187, n.p.) ou, como no caso do escravizado Faustino, para “[...] substituir ao de nome Francisco (Chicão), que servia no Hospital de Caridade” (APEPI, cx. 496,

n.p.) e que se encontrava preso.

Entretanto, a maioria dos pedidos de substituição era motivada por doenças dos escravizados serventes, tal qual é o caso da escravizada que tinha como função, no Hospital, a lavagem das roupas (APEPI, cx. 250). Esta situação valia também para os que serviam no Estabelecimento dos Educandos Artífices. Em 1859, o presidente da província Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque comunicava ao diretor dos educandos: “Em resposta ao seo officio de hontem, tenho a dizer-lhe que nesta data expedi Ordem ao Director das Obras Publicas Provinciaes para mandar substituir por outros os escravos serventes desse Estabelecimento que se achão doentes.” (APEPI, 1848-1855, COD 187, n.p.).

Tomaz, um dos escravizados serventes no referido estabelecimento, faleceu em 1860 no Hospital de Caridade. Josefa, Basílio, Manoel Raimundo, Manoel José, Luísa, José e Domingos, todos serventes do Estabelecimento dos Educandos Artífices no período de 1860 a 1865, foram substituídos por motivos de saúde. As péssimas condições de vida e trabalho associadas a eventuais epidemias tornavam comum a ocorrência de doenças entre os escravizados e a frequente necessidade de substituição:

[...] Manoel, e Victorino, escravos das fazendas fiscaes, este das Guaribas, e aquella da Gameleira do Piauhy, quando vierão pa o serviço das obras publicas, queixarão-se de soffrêr molestia no peito, e agora pela continuação do serviço, soffrem bastante desse mal aponto de escarrarem sangue pela boca, deixando assim de fazerem maiz serviço, cauzando por isso prejuizo, não só a fazenda, já com remedios, como m.mo por se ir agravando m.o este mal, tornando-se assim perigoza a vida d'elles, por isso pesso a V. Ex.a que tomando em consideração o que a cima exponho, mandar vir outros em substituição d'elles, que nenhum serviço prestão as mesmas obras publicas; porem V.Ex.a mandarà o que for servido (APEPI, cx. 496, n.p.).

Através dos mapas demonstrativos da movimentação dos doentes do Hospital de Caridade, anexos nos relatórios dos presidentes da província, encontramos a relação das doenças mais comuns que afetavam os trabalhadores escravizados nacionais: as febres intermitentes (malária), os bubões sífilíticos, os cancros venéreos, a oftalmia, a hepatite, os tumores, as sarnas, o torcicolo, o catarro pulmonar, o escarro de sangue e a bronquite aguda. Somente entre 1854 e 1857, 94 escravizados nacionais estiveram internados no Hospital de Caridade (APEPI, 1854/1855/1856/1857).

O contato prolongado com a cal, principal produto utilizado nas obras públicas da nova capital, certamente causava a oftalmia, os problemas respiratórios, entre eles a tuberculose e suas complicações e, igualmente, irritações na pele e mucosas, às quais aparecem nos mapas do hospital com a denominação de erisipela, feridas simples, tumores diversos e panarício.

Além das atividades inerentes às obras públicas e às repartições públicas, alguns escravizados igualmente trabalhavam para obter sua parca alimentação. O presidente da província José Antônio Saraiva autorizou que Avelino da Silva, encarregado do suprimento dos escravos das fazendas nacionais utilizados nas obras públicas, empregasse tais trabalhadores “[...] das 7 as 9 horas da noite em socar o arroz e milho para sustento d’elles visto que a escrava não pode só dar conta desse trabalho e, do da cozinha.” (APEPI, 1848-1855, COD 181, n.p.).

Fato curioso foi a reclamação que os trabalhadores escravizados fizeram ao próprio presidente da província, quanto à alimentação destinada a eles enquanto trabalhavam nas obras públicas da nova capital. Como resposta, Saraiva ordenou à Comissão responsável por suprir estes trabalhadores que continuassem economizando na compra dos gêneros alimentícios destinados a eles. Entretanto, como parte de uma estratégia paternalista que intencionava forjar a existência de uma boa comunicação entre autoridades e trabalhadores e o controle das insatisfações e dos próprios trabalhadores, o presidente da província formulou uma tabela relacionando os alimentos, e suas respectivas quantidades, que deveriam ser fornecidos aos escravos (APEPI, 1848/1855, COD 181, n.p.):

Tabella das rações diarias dos escravos que trabalhão na Obra da Igreja Matriz

Meia libra de carne secca

Dous canecos de farinha

Meio dito de feijão

Meia quarta de libra de toucinho

Sal sufficiente

Milho cosido a noite com rapadura ou arroz

Meia libra de carne seca correspondia,

aproximadamente, a 250 gramas que, juntamente com mais 125 gramas de toucinho, uma caneca de farinha e meia caneca de feijão formavam a refeição diária no almoço dos trabalhadores escravizados. Certamente uma refeição bastante pobre principalmente levando-se em conta as atividades extenuantes realizadas pelos mesmos. Odilon Nunes (2007) nos informa que pouco tempo depois,

os escravizados voltaram a reclamar da alimentação destinada a eles, chegando mesmo a recusá-la, o que nos leva a crer que não houve melhoria alguma e que os escravizados continuavam recebendo a farinha como componente mais abundante da dieta

A Comissão encarregada da obra da matriz também foi autorizada por Saraiva a comprar com urgência o tecido necessário para que se fizessem duas camisas e duas calças para os escravos do sexo masculino e uma camisa e uma saia para as escravas do sexo feminino, pois segundo o presidente da província, estes trabalhadores encontravam-se em estado de nudez (APEPI, 1848/1855, COD 181).

Não bastassem as duras condições de vida e trabalho, não importando o local e a atividade exercida, atrelado ao trabalho estava o castigo. Assim, como no domínio privado, a forma, intensidade e frequência eram ditadas pela exigência do trabalho, de forma a não tornar o escravizado inútil para exercer suas atividades. A violência era a resposta pública à rejeição do trabalhador escravizado ao trabalho, vista como manifestação de indolência e vadiagem. A rejeição do trabalhador era na verdade a resistência à própria condição, como bem explica Gorender (1992, p. 62-63, grifos do autor):

É que no escravismo a oposição do trabalhador ao explorador se manifesta, mais do que em qualquer outro modo de produção, sob o aspecto de *oposição ao próprio trabalho* [...] Porque o escravo real só conquistava a consciência de si mesmo como ser humano ao *repelir* o trabalho, o que constituía sua manifestação mais espontânea de *repulsa* ao senhor e ao estado de escravidão.

Da resistência decorria a necessidade constante do uso da violência, que poderia ser explícita ou implícita (GORENDER, 1980). O castigo e o controle permanentes dos escravizados eram temas tratados regularmente nas correspondências entre o presidente da província e o mestre de obras públicas. A fala a seguir do presidente é exemplar:

[...] mande convenientemente castigar os escravos das Fazendas Fiscaes, que lhe faltarão ao respeito, pois que sendo V.M.ce a pessoa a quem se achão elles sujeitos n’essa vila, é que deve dar-lhes os castigos merecidos, e estranho-lhe, que se julgue V.M.ce sem esse direito pois que *me parece impossivel que bem sirvam taes escravos sem temor de castigo algum*, sendo que a Comissão encarregada da obra bem procedeo respondendo-lhe como fez, pois que não só elle, como V.M.ce podem mandar castigar os mesmos escravos, sabe o director de inspeção da Presidencia sobre a *moderação de taes castigos* (APEPI, 1848/1855, COD 181, n.p., grifos nosso).

Para a vigilância e manutenção da ordem sobre os trabalhadores, havia nos locais de obras

públicas, o aparato policial. Os trabalhadores executavam suas tarefas e serviços sob olhares atentos de soldados devidamente instruídos e armados (APEPI, 1848/1855, COD 180). A partir de 1857, com a extinção no ano anterior do cargo de mestre das obras públicas, passou a vigorar o Regulamento nº 32 o qual tratava da direção e fiscalização das obras públicas provinciais. Entre as medidas instituídas por este regulamento estava a criação do cargo de feitor das obras públicas, cuja função era, entre outras, observar “[...] a todas as horas de trabalho, se os trabalhadores cumprem os seus deveres” (APEPI, 1857, n.p.).

Percebe-se na documentação pesquisada uma frequência considerável de pedidos ou ordens de devolução de trabalhadores escravizados às fazendas nacionais por parte das autoridades responsáveis pelas obras públicas, com a alegação de não poderem prestar nenhum tipo de serviço. Como a documentação não apresenta os motivos de tal alegação e, descartando a possibilidade de que estes trabalhadores estivessem doentes, caso que sempre vinha acompanhado do pedido de substituição, acreditamos que essa devolução fosse motivada pela dificuldade de adequação ao tipo de trabalho próprio da construção civil.

Ainda em 1850, sete escravos foram devolvidos para as fazendas nacionais. No ano seguinte, mais quatro foram devolvidos, seguidos da observação do mestre de obras na qual este último informava que os trabalhadores “[...] não podiam prestar serviço algum à obra da matriz” (APEPI, 1848/1855, COD 181, n.p.). Oriundos das fazendas nacionais, os homens escravizados eram vaqueiros, acostumados predominantemente ao trabalho pastoril, ainda que desenvolvessem outras tarefas nas fazendas (FALCI, 1995).

Como trabalhadores não habilitados para as tarefas exigidas pela construção não poderiam, nas condições concretas, adquirir habilidades no ritmo desejado e exigido. Contudo, a motivação principal das devoluções de escravizados para as fazendas nacionais, parece ter sido o não aprendizado, proposadamente, de um ofício, como forma de resistência. Resistência que se iniciava, e se manifestava contrária, às constantes transferências internas e externas de trabalhadores escravizados das fazendas nacionais.

A resistência dos trabalhadores escravizados às transferências manifestava-se ainda nas fazendas, com ameaças de fugas e suicídio (LIMA, 2005). Efetivada a transferência para a nova capital e para

as obras públicas, o ato de “fazer mal feito”, seria uma eficiente forma de ser mandado de volta às fazendas. A oposição ao explorador refletiu-se, inúmeras vezes, na repulsa ao próprio trabalho ●

Referências

- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ - APEPI. Fundo do Palácio do Governo. Caixa 250.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ - APEPI. Código das Leis Piauienses de 1852.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ - APEPI. Código das Leis Piauienses de 1857.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ - APEPI. Fundo do Poder Executivo. Assunto: Teresina 1855/1857/1858/1859.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ - APEPI. Sala do Poder Executivo. Relatórios dos presidentes da província de 1854, 1855, 1856 e 1857.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ - APEPI. Sala do Poder executivo. Livro de registros de ofícios da Presidência. COD 180, COD 181, COD 187. 1848-1855.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ - APEPI. Secretaria de Obras Públicas. Caixa 496.
- CHAVES, M. *Obra completa*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.
- GAMA, J. M. Diário da viagem de regresso para o Reino, de João da Maia da Gama e de inspeção das Barras dos rios do Maranhão e das Capitânicas do Norte, em 1728. *Biblioteca do IHGB*. Livro n. 158.
- GORENDER, J. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1980.
- GORENDER, J. *O escravismo colonial*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1992.
- LIMA, S. O. *Braço forte*. Passo Fundo: UPF, 2005.
- MAESTRI, M. *O sobrado e o cativo*. Passo Fundo: UFP, 2001.
- NUNES, O. *Pesquisas para a história do Piauí*. Teresina: FUNDAPI; Fundação Monsenhor Chaves, 2007. v. IV.

* Mestranda em História do Brasil na UFPI
(gresendecarvalho@hotmail.com).

** Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação em
Historia do Brasil na UFPI (s.olima@bol.com.br).

OUTRA POLÍTICA, OUTRO PODER...

Por Aécio Alves de Oliveira*

A complexidade que envolve a sociedade capitalista sugere que as possibilidades de sua transformação terão que ser desenvolvidas pelas lutas e pelos movimentos sociais em seu conjunto. As possibilidades dependerão da pressão política exercida pela “sociedade civil” organizada a partir da consciência política coletiva construída com esta perspectiva. A construção de uma nova hegemonia, no entanto, terá que ser descolonizada da dominação capitalista e provida de senso crítico com auto-determinação voltada para combater as exigências e os sofrimentos evitáveis provocados pelo metabolismo social do capital. Nesse sentido, é fundamental fazer convergir a especificidade de cada movimento isolado para uma crítica social que radicalize a vida em todas as dimensões.

Estaríamos, assim, iniciando um **movimento cultural de recusa**, para além do mercado e da obviedade axiomática assumida pelo Estado, que tem por base a política e a democracia “realmente existentes”.

Os sinais e os significados da imperiosidade da dominação do sistema-mundo capitalista podem ser facilmente percebidos nos âmbitos multidimensionais da vida em sociedade, sobretudo, na banda ocidental da humanidade. A cultura que lhe é adequada tem por marca identificadora a generalização da mercantilidade da vida: todas as coisas e valores materiais e imateriais terão que ser passíveis de compra e venda para que o sistema prossiga em sua busca frenética por autovalorização. Os *shoppings centers* projetam-se como imponentes catedrais das mercadorias, materializando a imperfeição do par tempo livre-capitalismo (PADILHA, 2000). Sociabilidade e diáspora formam o par que marca a cultura, ou o modo de ser, da sociedade capitalista. “Flexibilidade” torna-se a expressão da escamoteação das formas modernas do sistema de poder e “flexitempo” é outra expressão que se traduz como uma espécie de desapego temporal: o apagamento do passado e a desconsideração inconsciente do compromisso com as gerações futuras (SENNETT, 2003, p. 53-73).

Por sua vez, as estruturas de poder existentes são uma espécie de controle quase pan-óptico que amoldam as pessoas à racionalidade econômica dominante. E longe de sinalizarem para

transformações são aprisionadoras de possibilidades. De certo modo, cada indivíduo encontra-se isolado em uma massa de estranhos; em uma sociedade de competição e de indiferença que o leva a agredir ou a ser agredido (agressores e agredidos são víti-mas). Com a política praticada - a política miúda, como diria Gramsci -, as mudanças efetuadas por diferentes administradores da crise do capital ficam restritas, quase sempre, à mudança da nomenclatura das instituições já existentes.

O Estado, tal como está, não reúne condições que favoreçam a esse processo mais amplo de mudanças voltadas para garantias de direitos universais. A transição que lhe diz mais de perto, e de imediato, relaciona-se à necessidade de que conte-nha elementos conspícuos que permitam sua coor-denação estratégica sem interesses próprios. Tal como se apresenta, sua capacidade de regulação volta-se, sobremaneira, para dar suporte à divisão social (hierárquica) do trabalho que ajudou a esta-belecer. A “perda” de interesses próprios significaria fazer suas ações convergirem para a realização de transformações que levem a outro poder, a outro modo de fazer política. Nesse sentido, conforme Mézáros (2004, p. 345):

[...] a “dissolução” final do Estado é inconcebível sem uma redução e simplificação progressivas de suas tarefas, tanto quanto possível, e sua transferência para o corpo social “auto-operante e autogovernado”. Entretanto, sugerir que este processo de redução e simplificação no plano político possa ser realizado pela imediata substituição do Estado como tal por uma “nova forma política” não problemática – após o que só permaneceriam as dificuldades relacionadas à emancipação econômica da sociedade em relação à divisão do trabalho – equivale a tomar um atalho ideal em direção ao futuro. Isto é tanto mais problemático na medida em que a base social da “divisão sistemática e hierárquica do trabalho” é inseparável da “superestrutura de um poder estatal centralizado”, ainda que não do tipo capitalista. Na realidade, o Estado só pode ser “desmantelado” (no processo da “desalienação” política e “comunalização” da sociedade) na mesma proporção em que a própria divisão social do trabalho herdada seja modificada de modo correspondente e, assim, o metabolismo social como um todo seja eficazmente reestruturado.

Desse modo, o Estado terá que ser redefinido para desmoronar junto com o desenraizamento da dominação social e econômica do capital. A redefinição significa uma profunda transformação, a fim de que o Estado deixe de ser um instrumento ativo

dessa dominação e se torne importante como partícipe da organização da sociedade autorregulada. Nesses termos, o Estado assumiria uma forma política adequada à natureza comunal da sociedade para contribuir no sentido da emancipação da tirania social do trabalho que produz o capital.

Uma atualização da concepção ampliada do Estado em Antonio Gramsci pode ajudar a compreender o processo de redefinição anteriormente sugerido. Para Gramsci (2002, p. 244), a concepção ampliada de Estado compõe uma espécie de “equação” política, ou o que se pode chamar de “fórmula geral” do Estado:

Estado = Sociedade Política + Sociedade Civil.

Para Gramsci (2002, p. 244), o Estado não é apenas um aparelho burocrático-coercitivo, mas sim resulta de elementos sociais e políticos, de iniciativas privadas, da relação entre economia (infraestrutura) e política (superestrutura); da correlação de forças, das relações sociais de produção e do estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Assim, é possível deduzir da “equação” que o conceito de hegemonia se torna crucial para Gramsci no processo de dissolução tendencial desse Estado que desembocaria em lutas direcionadas para levá-lo ao esgotamento, e assim afirmar a sociedade [auto]regulada. Tal esgotamento será tanto mais intenso e abrangente quanto mais “[...] se afirmam os elementos cada vez mais conspícuos de sociedade regulada (ou Estado ético, ou sociedade civil)”.

Na elaboração de Gramsci, a esfera da sociedade civil ganha um espaço de proeminência. Na realidade, a sociedade civil significa a imagem do Estado sem Estado. Vale dizer que, partindo do pressuposto de que todos os homens e mulheres são realmente iguais, no sentido das possibilidades do livre desenvolvimento de valores que correspondam a uma autorregulação da vida em sociedade, o Estado (sociedade política) teria reduzidas suas intervenções autoritárias e coercitivas e se tornaria sociedade regulada. Por ser o *locus* onde se dá o confronto das ideologias, na sociedade civil atuam sujeitos capazes de reflexão crítica, e nela se estabelece o processo de construção de hegemonia, de direcionamento da economia, da política e da cultura.

O Estado, na condição de aparelho de hegemonia, procura se fixar na sociedade civil por meio de um processo de concomitância que contém uma dupla dimensão: (i) pelo estabelecimento e

consolidação do modo de produzir e de distribuir, inerente às relações sociais de produção (a dimensão econômica); e (ii) pela constituição de aparelhos ideológico-culturais, fazendo emergir sua função pedagógica (a dimensão político-cultural).

Em particular, na sociedade capitalista, das ações e iniciativas originárias de organismos privados (sociedade civil) decorre, de um lado, uma espécie de síntese de conflitos, de interesses econômicos (disputas intercapitais, lutas de classes etc.) e político-culturais da classe detentora dos meios de produção; e, de outro, a luta contra-hegemônica de homens e mulheres, de trabalhadores e trabalhadoras.

Como resultado da correlação de forças, o Estado-classe pode conter uma concepção ditatorial, resultante da exacerbação de sua função coercitiva. Nesse caso, centraliza a gestão da ordem social, amplia seus poderes e atribuições e se imiscui na vida cotidiana dos indivíduos de tal modo que se separa da sociedade civil. Ademais, nessa arena que é a sociedade civil, o Estado legitima ideologicamente o modo político e cultural que corresponde à produção da mercadoria na sociedade capitalista. Por outro, a correlação de forças poderá tomar outro rumo em função de lutas contra-hegemônicas. Parece, então, que a concepção gramsciana induz a considerar que as disputas no campo da economia se projetam para a dimensão político-cultural, criando condições para o surgimento de elementos cada vez mais conspícuos de sociedade regulada e para o esgotamento do Estado como se apresenta. Nesse sentido, pode-se compreender a dialética da ampliação do Estado e de seu desaparecimento.

A argumentação desenvolvida quanto à finalização do Estado em Gramsci (2002) - ou o desaparecimento do Estado, no sentido da reabsorção da sociedade política na sociedade civil - toma corpo no Caderno 13, § 17, no qual fornece importantes elementos que ajudam a compreender como se forma uma vontade coletiva, tendo por referência os cânones contidos no prefácio à crítica da economia política de Marx. As relações entre estrutura e superestrutura desenrolam-se com o nexos dialético entre duas ordens de movimentos: os movimentos orgânicos (que dão lugar à crítica histórico-social) e os movimentos de conjuntura (que dão lugar à crítica miúda).

No primeiro movimento, há o envolvimento de grandes agrupamentos, para além dos grupos dirigentes situados mais diretamente no entorno do

poder e envolvidos com a política miúda. Na medida em que as contradições se acentuam, forças políticas atuam para conservar e defender a estrutura existente; por outro lado, forças antagonistas procuram enfatizar que já existem condições necessárias e suficientes para que determinadas tarefas possam e, portanto, devam ser resolvidas historicamente. A questão crucial é distinguir entre o que é orgânico e o que é eventual, para que seja evitado excesso de “economicismo” (causas mecânicas) ou de ideologismo” (voluntarismos), arremata o pensador italiano. Assim, seriam criadas as condições de passagem do momento econômico para o momento das relações das forças políticas, como reflexo do grau de autonomia - homogeneidade, autoconsciência e organização - dos grupos subalternos perante o Estado existente. Da particularidade dos interesses (econômicos) a uma unidade mais ampla, ainda que movida pela luta econômica no quadro do Estado existente, poder-se-ia atingir um estágio em que os interesses particulares tornar-se-iam interesses de todos. Nesse momento, as superestruturas estariam atravessadas pelo embate de ideologias, no qual uma, ou uma combinação delas, impor-se-ia ao conjunto do corpo social.

A hegemonia (outro poder) assim construída ficaria concretizada com a tomada do poder pela classe expandida. A condição de sujeitos livres e ativos - dos grupos e classes subalternas -, daria lugar ao autogoverno, ou seja, outro Estado como expressão da absorção da sociedade política na nova sociedade civil, como já referido. Tal expansão congregaria o conjunto das vontades políticas correspondentes aos interesses dos grupos aliados e estabeleceria o caráter de integralidade do Estado.

Com o caráter acima assinalado, o Estado deixaria de ser Estado como detentor das funções coercitivas e econômicas e corresponderia a um momento de articulação no qual a classe dirigente legítima sua direção com o consenso dos governados.

Nessa circunstância, desapareceria a distinção metodológica entre sociedade política e sociedade civil, explicitada nos momentos de passagens: ditadura à hegemonia; aparelhos de coerção a aparelhos de hegemonia; aparelho de poder a aparelho organizador de consenso; dominação à direção. Em resumo: Estado encorajado de coerção à Estado integral.

Para dar prosseguimento ao argumento anterior, pode-se dizer que o conceito de Estado realmente democrático, não apenas ampliado, mas integral, que sintetiza a absorção da sociedade política na sociedade civil, corresponde a um importante resultado da contribuição teórica de Gramsci para a atualidade. Nessa perspectiva, dizer que o Estado deixa de ser Estado é afirmar a sociedade regulada, cuja função ética e educativa é promover a democracia, a liberdade e a elevação de cada indivíduo e de todos à condição de sujeitos no processo de construção de modos de vida autodeterminados. Esse parece ser o sentido que Gramsci atribui à elevação moral e intelectual das massas. Nesta arena, que é a sociedade civil, também se pode desconstruir o modo político e cultural que corresponde à moderna produção da mercadoria. Contudo, cabe ainda indagar quanto à correlação de forças na etapa atual do desenvolvimento do capital. Trata-se de um momento em que a transversalidade do econômico e do ideológico - alienação do trabalho e da Natureza e o fetiche da mercadoria - que afeta toda a sociedade civil, põe em questão a existência autônoma e unitária dos grupos subalternos e reduz a eficácia da luta de classes e a efetividade de sindicatos e de partidos políticos de trabalhadores. Essa questão parece estar afeta à noção de classe expandida que se constituiria para pôr em movimento o processo de constituição da sociedade regulada.

A ênfase aqui sugerida é que, em virtude mesmo da ampliação do conceito de Estado, a realidade de hoje impõe como crucial a ampliação da sociedade civil num determinado sentido; isso, principalmente, considerando que a contradição central inerente ao metabolismo social do capital se acentua e se torna mais visível com os processos de inovações técnico-produtivas e organizacionais e de financeirização da economia, e com as exigências de novos modos culturais de vida adequados aos movimentos de transnacionalização desse metabolismo.

Em Gramsci (2002), há elementos importantes que podem contribuir para uma melhor compreensão das questões que hoje se apresentam na sociedade produtora da mercadoria. Como se sabe, trata-se de uma realidade na qual pontuam mundializações múltiplas e irrupção de uma rica variedade de lutas e de movimentos sociais no panorama social e político. O mundo de hoje está, evidentemente, muito distante daquele vivenciado por Gramsci; a sociedade civil tornou-se

mais complexa e contraditória. Cresceu o espaço para as diferenças e ampliou-se o fosso das desigualdades; e a vida cotidiana em todo o mundo está recheada da violência típica das grandes e médias cidades, onde crescem o desemprego, a apatia política e o indiferentismo social (SEMERARO, 2001).¹

Por outro lado, na atualidade, a democracia (representativa) e as liberdades civis mostram importantes problemas e limitações intimamente vinculadas à crise do trabalho. A representatividade e as liberdades econômicas traduzem-se em profundas desigualdades da distribuição de um poder político que se torna economicizado. De modo geral, os chamados grupos subalternos não vêm suas inúmeras demandas contempladas pela sociedade política. No plano internacional, os Estados dos países situados no centro do sistema, os mais desenvolvidos do ocidente, retraem-se quanto a suas responsabilidades e se fecham em virtude do temor de que as desigualdades mundialmente distribuídas ameacem o padrão de vida alcançado por suas populações. Os demais, situados na periferia ou semiperiferia, são levados pela racionalidade sistêmica a buscar padrões tecnológicos avançados numa corrida maluca para alcançar a modernização de suas estruturas produtivas e financeiras, engolfando-se na teia das mundializações que lhes retiram a capacidade de implementar políticas autônomas e soberanas que atendam às reais necessidades de suas sociedades. Sobre todos os países abate-se uma crise da política que se projeta em termos de perda de representatividade e de efetividade social, sugerindo o esgotamento da institucionalidade política no quadro da dominação prevaiente.

O sentido da ampliação transformadora da sociedade civil exige uma adequada atenção teórica e política (práxis) para com a articulação dos movimentos sociais que se organizam no âmbito das diversas sociedades civis, em escala planetária. Ao lado da transnacionalização do capital, observa-se também a emergência de diálogos internacionais que incluem um número crescente de movimentos nacionais (grupos subalternos, em escala mundial). Os movimentos antiglobalização, embora heterogêneos, são exemplos importantes desses diálogos e de luta por outra hegemonia. A consideração dos novos (e outros) movimentos sociais, junto com o movimento clássico dos trabalhadores e das trabalhadoras, organizado por suas entidades

corporativas, é parte das condições necessárias para “[...] a reabsorção da sociedade política na sociedade civil” (GRAMSCI, 2002, p. 223). Essa reabsorção, contudo, jamais poderá ser conduzida junto com uma sociedade civil pensada de maneira reduzida a condição de campo de equilíbrio de forças para contrabalançar os excessos do mercado e do Estado; ou seja, como uma espécie de terceiro setor.

A ampliação da sociedade civil (ou a classe expandida), conforme a argumentação até aqui apresentada, ficaria materializada com a articulação consciente da diversidade dos movimentos sociais e direcionada para o estabelecimento de outra política. Para isso, é necessário que essa articulação se apoie, sobretudo, no consentimento, de modo a assumir a feição de um eixo interessante para a atualização da teoria política de Gramsci. Os pontos cruciais para concretizar outra sociedade civil são: o reconhecimento das inúmeras fragilidades políticas que afetam as entidades representativas dos trabalhadores e das trabalhadoras; o isolamento dos diversos movimentos sociais; e, principalmente, a irrelevância da “pequena política”, restrita “[...] às questões parciais e cotidianas, que se colocam no interior de uma estrutura já estabelecida” (GRAMSCI, 2002, p. 21). Como consequência, também é preciso reconhecer a fragilidade dos partidos políticos, de modo geral, inclusive, dos partidos vinculados à luta dos trabalhadores e das trabalhadoras; partidos que se auto-denominam como legítimos representantes da classe trabalhadora, porém, executores da pequena política.

Vale transcrever a instigante reflexão de Ashwin Desai para ajudar na compreensão da necessidade da ampliação da sociedade civil com a articulação da diversidade dos movimentos sociais:

[...] a reflexão sobre a situação do mundo caminha lado a lado com a participação direta dos movimentos que surgem e se desenvolvem com o objetivo de modificar esse estado de coisas. Como em muitos outros países, também na África do Sul grande parte dos ativistas e dos intelectuais considerava que as transformações sociais tinham como motor o sindicato ou a classe operária. Porém, era uma leitura estática da realidade sul-africana. Também entre nós, o livre comércio trouxe desemprego, fechamento de fábricas e aumento da pobreza. Assim, toda a literatura sobre a realidade social da África do Sul ficou obsoleta. Por um lado, o sindicato sul-africano administra a aplicação das políticas neoliberais, enquanto o trabalho assalariado tradicional inclui um percentual mínimo da população. Mas, enquanto isso acontecia, cresceram as batalhas das comunidades locais

pelo direito à moradia, à saúde, à escola, contra as privatizações.

[...] o welfare state made in África do Sul foi praticamente desmantelado; os sindicatos operários executam, muitas vezes, políticas corporativistas, esperando que, assim, conseguirão livrar-se da tormenta neoliberal.

Usando uma linguagem europeia, podemos dizer que as lutas se deslocaram da fábrica para a sociedade, a comunidade. Estamos diante de uma situação inédita em relação à antiga cultura do movimento operário. Quando escrevo que os procedimentos que o movimento operário usa nem sempre ajudam a entender o que aconteceu, refiro-me principalmente ao modelo político de transformação social que é levado adiante pelo movimento operário ou pela esquerda política. No início dos anos 1990, os movimentos sociais sempre afirmaram que era preciso negociar com as instituições. Apresentavam as reivindicações, abriam o confronto com o governo e depois era possível achar uma mediação ou firmar compromissos. Porém, há alguns anos, o caminho escolhido é o da ação direta que mencionei antes. Os movimentos sociais devem experimentar, desde já, novas formas de vida e novos modos de produzir a riqueza.

[...] tenho a convicção de que nem tudo se esgota com a conquista do poder. Por exemplo, considero que o estado-nação é, muitas vezes, um obstáculo para a afirmação de alguns direitos universais. Então, o problema não é a conquista do poder, como se o estado fosse um instrumento neutro e fosse suficiente mudar quem o dirige a fim de que tudo esteja resolvido. É fundamental que surjam e se desenvolvam formas de contrapoder e que os líderes ou porta-vozes dos movimentos sociais correspondam em seus comportamentos aos próprios movimentos sociais. (INSTITUTO HUMANITAS USININOS, 2003, n.p., grifos nosso).

Há, no mundo, a emergência e a expansão de movimentos sociais que se desenvolvem com o objetivo de contribuir para modificar o estado de coisas criado pelo movimento de valorização do capital. Se ao longo do século XIX, e parte expressiva do século XX, as lutas pelas transformações sociais foram organizadas em torno do sindicato ou da classe operária, ambos organizados por partidos da chamada esquerda política, o século XXI sugere que as lutas precisam ampliar seus espaços, descentrando-se da fábrica para processos sociais no seio da sociedade civil ampliada. Para tal, incluindo aqueles movimentos (grupos subalternos) que se desenvolvem a partir da comunidade de interesses com as mais diversificadas motivações. Lutas em defesa dos ecossistemas, contra a globalização neoliberal imperialista, as questões de gênero, de minorias e de etnias são exemplos importantes dessas motivações. Também se enquadra dentre esses movimentos a chamada economia solidária, que procura disseminar, em várias partes do mundo, novas formas de vida associadas a novos modos de produzir riqueza material e simbólica.

Outros movimentos sociais diferenciados que têm ganhado expressão e reconhecimento político no mundo apresentam a ação direta (fora da institucionalidade) como marca. É o caso do movimento dos sem terra (MST), no Brasil; do movimento Zapatista, no México; das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), na Colômbia; Via Campesina; apenas para citar alguns. O que impor-ta ressaltar é que esses movimentos experimentam e disseminam o teor da crítica de que não mais será possível manter o modelo político de lutas até então adotado pelo movimento operário ou pela esquerda política.

Outra lição que tem sido aprendida é a constatação de que nem tudo se esgota com a conquista do governo. Talvez a maior lição seja a demonstração de que, governar sem um mínimo de contestação ao poder econômico e social do capital, significa uma experiência que deixa claro que o Estado é um obstáculo para a afirmação de direitos universais (saúde, educação, previdência, moradia, transporte, ambiente natural saudável etc.). Essa luta necessita ser contextualizada por outra sociabilidade, na qual a emancipação humana seja buscada por um desenvolvimento desatrelado do poder totalizador do dinheiro.

Antes de tudo é preciso reconhecer que as transformações sociais não devem ser concebidas a partir do poder institucional, separadas de qualquer dinâmica social. Quando a política se apresenta como autogestão no exercício do poder de decisão em todos os níveis, quando a política é vivida como luta e afirmação da liberdade de todos, a ação política perde o caráter de profissionalização e adquire um conteúdo humano sob a forma de uma paixão coletiva, tal como caracterizada por Gramsci. Daí, a importância da descontaminação do poder totalitário do dinheiro. Em segundo lugar, é importante também reconhecer que tal afirmação de princípios corresponde a uma quebra do monopólio dos partidos e da arrogância da representação política. A ação política seria desencadeada por outros sujeitos coletivos dentro de um projeto estratégico que tenha a autonomia e a autogestão como marcas de outro modo de fazer política - a grande política -, motivados e voltados para a destruição da (des)ordem vigente.

Para essa grande política, no entanto, qual a organização econômica, social e política subjacente? É possível identificar os sujeitos coletivos que desencadeariam a crítica teórica e

prática tanto ao modo de produzir (o trabalho que produz o capital) como à democracia (política) realmente existente? Como então situar em novas bases a relação entre a liberdade individual e a afirmação radical da vida em sociedade, que exige a consideração dos limites biofísicos sobre a economia?

Uma conclusão importante que surge da argumentação até aqui desenvolvida é que a crise do trabalho projeta-se como o fulcro da crise da política; mais ainda quando cria um imenso vazio apenas preenchido parcialmente por movimentos sociais que se reivindicam autônomos, porém, fixados em temas específicos, ainda que de grande valor simbólico. Nesse caso, inserem-se as considerações pertinentes a relações de gênero, que carecem de fundamento quando transformadas em questão única e se tornam insuficientes para captar adequadamente outras dimensões do significado da discriminação de vários tipos que afetam as mulheres, nas esferas da economia, da política e da sociedade. Tanto quanto a problemática dos desequilíbrios ambientais, essas questões são importantes, mesmo quando tratadas de forma reducionista, pois permitem revelar facetas decorrentes da dominação social do capital. Não seria um exagero assinalar que as populações de quase todo o mundo padecem de uma forma de dominação que é branca, masculina e ocidental.

A presença dispersa das lutas e dos movimentos sociais é a expressão da dissociação que afeta a sociedade civil. O efeito é devastador, uma vez que criam obstáculos que impedem um debate mais amplo sobre as possibilidades de outras sociabilidades, fundamentadas na emergência das aspirações e na compreensão da raiz dos conflitos, e na violência que marca a fragmentação social na atualidade. Como, então, recolocar o conceito gramsciano de hegemonia no contexto atual, no qual as dimensões mundiais do capital se expressam na ampliação de seu domínio sobre todas as esferas do mundo dos homens? Se a sociedade civil for uma arena privilegiada da luta de classes, uma esfera onde se dá uma intensa luta pela hegemonia, como construir e exercitar outra forma de poder que contribua para sua ampliação e para a construção gradativa de um novo ser social? Em Gramsci, o que estabelece a hegemonia é um complexo sistema de relações e de mediações; um complexo de luta e de atividades culturais e ideológicas para a afirmação

junto às classes subalternas de outra forma de fazer política e de organizar a economia; uma luta pelo legítimo direito de redefinir Estado, de socializar o saber e de estabelecer o acesso universal e sustentável aos serviços da natureza e aos bens comuns da humanidade.

Desse modo, de imediato, é preciso enfrentar uma espécie de tabu (a classe operária como vanguarda revolucionária, por exemplo) o qual se refere à centralidade da luta de classes na condição de caminho unívoco para a superação da ordem do capital. As classes sociais fundamentais nem sempre se encontraram em luta, mesmo que os interesses sempre tenham sido e continuem opostos. Porém, pode-se dizer que o efeito prático dos embates tem sido modernizar e reafirmar a progressividade do modo de produção e de distribuição da riqueza que domina o mundo. Por isso, as muitas lutas não puderam ser consideradas como motor da superação, mas sim de reposição e de acirramento de contradições, o que não deixa de ser muito importante para tornar visível o modo de funcionamento do sistema.

O ponto central da reflexão desses comentários inspirados numa atualização de Gramsci prende-se à necessidade da constituição de sujeitos sociais que visem à construção de um projeto político de poder aberto à participação de novas forças sociais. Somente assim se pode afirmar que consciência e subjetividade representam dimensões fundamentais da ação política e que será possível desenvolver “[...] vínculos de responsabilidade em relação a outros homens ou grupo de homens, ou em relação a uma realidade concreta, cuja ruína se desdobra no desastre dos indivíduos” (GRAMSCI, 2002, p. 259).

As condições subjetivas, portanto, correspondem ao “fermento” na luta contra as pressões externas fragmentárias que condicionam o comportamento e esvaziam as aspirações dos indivíduos. A primeira existência dos sujeitos coincide com a parcialidade de classe ou de grupo, limitando-se à reprodução dos próprios interesses econômicos particulares. Nesse primeiro momento, cada membro do grupo está de tal modo encerrado em sua particularidade que não alcança sequer uma consciência corporativa da comunhão de interesses que o liga aos outros membros de seu próprio grupo social. Nessa existência, vigora a ausência completa de um sujeito coletivo e nela se produz um âmbito em que as ações humanas, fragmentadas e enrijecidas em seu pormenor, não

são redutíveis a uma vontade humana que possa orientá-las de acordo com determinado projeto coletivo.

Quando, no entanto, os membros de um grupo social não mais se identificarem apenas com sua singularidade atomista, mas adquirirem a consciência de sua identificação do grupo, será possível tomar consciência de que seu interesse corporativo pode incluir e representar os interesses dos outros grupos sociais. A partir daí, podem surgir condições para que esses interesses se combinem com os interesses de toda a sociedade e o corpo social inicie uma existência mais propriamente política, como esfera da vontade que assume como escopo uma ação intrinsecamente humana e histórica. Isso poderá gerar algo novo e jamais acontecido.

Pode-se, então, concluir que a dimensão subjetiva e o momento ético-político são as expressões mais elevadas do projeto hegemônico de sociedade que os segmentos sociais, mesmo em condições de subalternação, podem construir. Nesses termos, teriam alcançado a condição de sujeitos ativos conscientes. É o difícil e complexo salto qualitativo necessário para amadurecer uma visão independente e superior de mundo. São processos sociais amplos que se desenvolvem no seio da sociedade civil para construir uma espécie de contraponto para o qual poderão e precisarão convergir os diferentes grupos e movimentos sociais que lutam pela unificação da diversidade cultural da humanidade. Com esse significado, a subjetividade nunca poderá ser algo idealizado e dado, *a priori*, mas socialmente produzida.

Segundo Coutinho (1989, p. 52-53), a acepção ampla de política em Gramsci identifica-se com: liberdade, com universalidade; práxis que supera a mera recepção passiva ou a manipulação de dados imediatos; e afirmação de uma práxis que se orienta conscientemente para a totalidade das relações subjetivas e objetivas.

Nessa acepção, fica clara a noção de autonomia para o desenvolvimento livre das individualidades; e para ela, a afirmação da autogestão e do planejamento consciente no ato de produzir as condições materiais e culturais da existência humana em sua interação metabólica com a natureza. Daí a importância do conceito de catarse (junto com a acepção ampla da política) atribuído por Gramsci que informa de maneira clara o dever como: “[...] a passagem do momento meramente econômico [...] para o momento ético-político [...] a passagem do ‘objetivo’ ao ‘subjetivo’

e da ‘necessidade’ à ‘liberdade’” (COUTINHO, 1989, p. 53). Marx (1985, p. 236) talvez dissesse: o dever corresponde a ingressar no “[...] reino da liberdade e da riqueza das necessidades” ou no desfrute do tempo livre: “tempo para o ócio e tempo para atividades superiores.”

Daí, a necessidade de aglutinar os esforços dispersos dos movimentos sociais, no sentido de um consenso ativo quanto ao significado e à constituição da sociedade autorregulada, ou seja, quanto ao significado do Estado sem Estado. A emancipação econômica, social e intelectual de toda a população concretizaria o encontro entre o indivíduo e a sociedade; a compatibilidade entre o autodesenvolvimento individual e coletivo. Nesse sentido, as organizações comunitárias e associativas podem ser instâncias intermediárias para o fortalecimento da autonomia da sociedade civil com relação à sociedade política, tanto mais, à medida que sejam capazes de se apropriar de fatores e de recursos para assumir projetos e iniciativas políticas, sociais e econômicas em que as pessoas possam exercer suas competências e talentos, a fim de vislumbrar a invenção de outras sociabilidades ●

Nota: (1) Costa (2006a) chama a atenção para o acentuado crescimento de favelas em todo o mundo, criando, assim, um vasto proletariado informal. Essa expansão, conforme Costa (2006b), ganhou impulso na década de 1990; e a passagem da informalidade para a criminalidade tornou-se mais fácil, pois pertencer a uma organização criminosa pode ser, no mínimo, menos solitária. Se, por um lado, tal situação torna problemática concretizar a elevação moral e intelectual das massas, por outro, serve como indicio de perda de legitimidade e da necessidade de superação desta sociedade.

Referências

- COSTA, A. L. M. C.. Planeta Favela. *Carta Capital*, São Paulo, a, XII, n. 392, p.10-15, 10 maio 2006a.
- COSTA, A. L. M. C.. A sedução do crime. *Carta Capital*, São Paulo, a XII, n. 394, p.18-19, 24 maio 2006b.
- COUTINHO, C. N. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 3.
- INSTITUTO HUMANITAS USININOS - IHU Entrevista de Ashwin Desai, publicada no jornal “Il Manifesto”, em 13 de setembro de 2003 e reproduzida por IHU On-Line, a. 3, n. 79, 13 out. 2003.
- MARX, K. *Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)*. 10. ed. México: Siglo Veintiuno, 1985. v. 2.
- MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- PADILHA, V. *Tempo livre e capitalismo*. Campinas, SP: Alínea, 2000.
- SEMERARO, G. *Gramsci e a sociedade civil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SENNETT, R. *A corrosão do caráter*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

* **Doutor em Sociologia (UFC), professor de Pensamento Econômico Marxista da Universidade Federal do Ceará e membro do Grupo de Estudos em Economia Política - Viês/UFC.**

REFLEXÃO SOBRE O CONCEITO DE MERCADORIA EM MARX

Por José João Neves Barbosa Vicente *

Duas grandes obras antecederam “O Capital”, de Marx (1983): “A riqueza das nações” (SMITH, 2008) e “Princípios da economia política e tributação” de David Ricardo (1982). Em linhas gerais, o texto de Smith versa sobre a origem da riqueza ou, como outros preferem, do valor. Para ele, não é a terra nem as trocas, mas o trabalho humano que realmente produz bens úteis. Ele ataca o pensamento dos fisiocratas, mas retoma parcialmente o legado deles; situa-se no universo do capitalismo manufatureiro e não do capitalismo agrário. Para Smith (2008), garantir a liberdade e a divisão do trabalho devem ser tarefas de uma economia preocupada com a produtividade. Deve-se distinguir valor (criado pelo trabalho) de preço (determinado pela combinação de salários, lucros e rendas). No texto de Ricardo (1982), encontra-se uma teoria do *homo aeconomicus*, ou seja, ele se empenha na produção de uma teoria dos fenômenos econômicos que só leve em conta os móveis econômicos dos agentes, entendendo que o universo econômico é suscetível de compreensão racional, em razão da racionalidade imanente ao funcionamento do sistema. Inspirado em Smith, ele considera o valor de uma mercadoria como dependente da quantidade de trabalho necessário à sua fabricação. Aquilo que é necessário para que o trabalhador reproduza sua capacidade de produção e perpetue a descendência de outros trabalhadores determina o valor da mercadoria-trabalho; o preço dessa mercadoria é o salário.

A influência dessas duas obras no pensamento de Marx é evidente, por exemplo, em “O Capital”; obra composta por três livros, sendo apenas o primeiro publicado antes de sua morte. Nele, Marx (1983) descreve uma sociedade - a burguesa - e um modo de produção - o capitalismo -, através de um conjunto complexo de conceitos. No livro primeiro, através de uma leitura crítica de Smith e, principalmente, Ricardo, Marx descreve o capitalismo através de suas relações fundamentais, que são as formas específicas de organização do trabalho do capitalismo. Essas relações são de troca mercantil, salarial e de produção. O modo de

produção capitalista associa forças produtivas (conjunto de fatores técnicos da produção) a relações de produção (relações sociais resultantes das funções desempenhadas pelos indivíduos e pelos grupos no processo de produção e de controle dos meios de produção). O capitalismo é uma sociedade de trocas comerciais em que os capitalistas (proprietários dos meios de produção) compram a força de trabalho dos proletariados e organizam e dirigem o processo de produção das mercadorias que, vendidas, possibilitarão o crescimento do capital. O desenvolvimento dos capitais autônomos e sua relação com a circulação do capital são tratados no livro segundo; e as análises dos processos de conjunto da produção capitalista e o esboço de algumas teorias, como as das crises, do juro e da renda produzida pela terra, acontecem no livro terceiro.

É em torno da obra “A riqueza das nações” (SMITH, 2008) que Marx (1983) faz sua crítica aos fundamentos da economia política; e é a partir das análises de “Princípios da economia política e tributação” (RICARDO, 1982) que ele elabora sua teoria do valor de troca das mercadorias. No entanto, por mais curioso que possa parecer, o assunto de “O Capital” não é o mesmo dessas duas obras. “O Capital” é, sobretudo, uma obra filosófica de crítica à economia política. Ao reconduzir as leis da economia às relações sociais e os conceitos de economia política às representações imaginárias da vida social, Marx (1983) reintegra a economia política no seu campo originário da ética e filosofia. É analisando “O Capital” como uma obra filosófica que este texto pretende refletir sobre o conceito de mercadoria como ele aparece no início do livro primeiro, especialmente na seção I, do volume I.

É comum pensar, por exemplo, que se alguém propõe uma investigação cujo objetivo é compreender as relações de produção capitalistas, o caminho mais adequado seria a sua história. Em “O Capital”, no entanto, Marx (1983) convida seus leitores, como bem observou Collin (2006), mais a uma gênese lógica do que a uma gênese histórica.

Uma atitude compreensível, uma vez que, para Marx (1983, p. 73),

[...] a reflexão sobre as formas de vida humana, e, portanto, também sua análise científica, segue sobretudo um caminho oposto ao desenvolvimento real. Começa *post festum* e, por isso, com os resultados definitivos do processo de desenvolvimento. As formas que certificam os produtos do trabalho como mercadorias e, portanto, são pressupostos da circulação de mercadorias, já possuem a estabilidade de formas naturais da vida social, antes que os homens procurem dar-se conta não sobre o caráter histórico dessas formas, que eles antes já consideram como imutáveis, mas sobre seu conteúdo.

Para Marx, portanto, apresentar a sucessão das categorias econômicas na ordem de sua ação histórica não seria uma atitude correta, pois é a análise da forma desenvolvida que permite compreender o seu desenvolvimento e não o contrário; por isso, suas análises em "O Capital" partem da mercadoria plenamente desenvolvida na sociedade burguesa moderna, e não como ela aparece na pequena produção mercantil. Apesar da insistência de alguns autores em eleger a riqueza como ponto de partida de "O Capital", o texto de Marx prova que não é bem assim; é a mercadoria, forma em que se apresenta a riqueza nas sociedades, nas quais domina o modo capitalista de produção, que é o ponto de partida das análises de "O Capital". Quem diz isso é o próprio Marx (1983, p. 45):

[...] a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma 'imensa coleção de mercadorias', e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, portanto, com a análise da mercadoria.

Mas, ao tomar a mercadoria como ponto de partida, Marx não quis dizer que ela era o fundamento da vida social nem o ponto de partida histórico. Uma leitura cautelosa mostra que ao longo de "O Capital" ele tece vários comentários contra a identificação da riqueza com a mercadoria - objeto produzido regularmente para ser vendido em mercado -, pois essa identificação exclui outras riquezas sociais - bens naturais como, por exemplo, "[...] o ar, o solo virgem, os gramados naturais, as matas não cultivadas etc." (MARX, 1983, p. 49), que, do ponto de vista da economia política, não têm nenhum valor. E mais, Marx sublinha outro aspecto importante que merece ser mencionado: a mercadoria, como ela aparece no início de "O Capital", deve-se à divisão do trabalho:

Na totalidade dos vários tipos de valores de uso ou de mercadorias aparece uma totalidade igualmente diversificada, de acordo com gênero, espécie, família, subespécie, variedade, de

diferentes trabalhos úteis - uma divisão social do trabalho. Ela é condição de existência para a produção de mercadorias, embora, inversamente, a produção de mercadorias não seja a condição de existência para a divisão social do trabalho (MARX, 1983, p. 50).

Nesse sentido, quando se diz que em "O Capital" Marx tomou a mercadoria como ponto de partida, deve-se dizer também que isso aconteceu porque, do ponto de vista da economia política, a mercadoria apareceu como a realidade imediata. Marx, no entanto, a decompôs em valor de uso e valor de troca. Como ele mesmo afirmou, foi o primeiro a demonstrar de forma crítica "[...] essa natureza dupla da mercadoria" (MARX, 1983, p. 49). Fica assim evidente que "O Capital" é uma crítica à economia política, cujo objeto é o funcionamento da economia de mercado que se confunde com o modo de produção capitalista. Ele não é, portanto, como afirmam Althusser (1996) e Althusser et al. (1996), uma teoria geral das sociedades humanas, nem a construção de uma ciência histórica.

Portanto, uma coisa - a mercadoria - que, aparentemente, mostra-se como simples, sem nenhuma necessidade de ser definida, um objeto externo que "[...] pelas suas propriedades satisfaz necessida-des humanas de qualquer espécie" (MARX, 1983, p. 45) - quando analisada sob as óticas da qualidade e da quantidade, desdobra-se em valor de uso e valor de troca; o primeiro permite satisfazer a uma necessidade, o segundo é pura quantidade abstrata. Para Marx, a qualidade não faz, necessariamente, uma mercadoria. Por exemplo, uma calça que a mãe costura para sua filha tem a qualidade que faz dela uma calça, mas não é uma mercadoria. O que é inerente à substância da mercadoria é, portanto, a quantidade: "[...] o valor de uma mercadoria tem expressão autônoma por meio de sua representação como 'valor de troca'" (MARX, 1983, p. 62). Valor, portanto, reduz-se à mercadoria, na medida em que suas características particulares desaparecem no ato da troca. A forma valor da mercadoria corresponde, nesse sentido, à quantidade em virtude de sua própria natureza (ARISTÓTELES, 1969, 2001); essa quantidade é o tempo de trabalho social corporificado no produto mercadoria que, no campo da troca, perde suas qualidades e passa a ser uma quantidade que se reflete na quantidade de outra mercadoria.

É importante sublinhar que as proposições da teoria do valor-trabalho encontram-se em Smith e

Ricardo. No entanto, ao analisar as peculiaridades da forma equivalente, Marx remete seus leitores a Aristóteles (2001), particularmente ao livro quinto de a "Ética a Nicômaco". Diz ele (MARX, 1983, p. 61) que

[...] as duas peculiaridades da forma equivalente desenvolvidas por último tornam-se ainda mais palpáveis quando retornamos ao grande pesquisador que primeiramente analisou a forma valor, assim como muitas formas de pensamento, de sociedade e da natureza. Este é Aristóteles.

Marx ignorou os economistas clássicos ingleses, de forma intencional, para retomar a questão de onde Aristóteles a deixou - não resolvido em razão das condições da época:

[...] o gênio de Aristóteles resplandece justamente em que ele descobre uma relação de igualdade na expressão de valor das mercadorias. Somente as limitações históricas da sociedade, na qual ele viveu, o impediram de descobrir em que consiste "em verdade" essa relação de igualdade (MARX, 1983, p. 62).

A substância do valor é o trabalho vivo; mercadorias não possuem valor nelas mesmas. Marx não concebe a forma valor como algo eterno, mas como resultado de um processo histórico. Somente quando os produtos da atividade humana se transformam em mercadorias, a forma valor se torna independente. Quando a força de trabalho, ou melhor, a potência física e moral do trabalhador é transformada em mercadoria e surge como uma coisa exterior, que ele coloca no circuito da troca, a forma valor se torna dominante. Portanto, se se seguir as análises de Marx com cuidado, fica evidente que, para ele, Aristóteles não foi capaz de descobrir a substância do valor porque ela surge como tal no final de toda uma evolução histórica.

Como valor de uso, a mercadoria é uma coisa simples e, portanto, sem nenhum segredo. Mas, "[...] analisando-a, vê-se que ela é uma coisa muito complicada, cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas" (MARX, 1983, p. 70). Isso acontece, fundamentalmente, quando ela é tomada como valor de troca:

[...] a forma da madeira, por exemplo, é modificada quando dela se faz uma mesa. Não obstante a mesa continua sendo madeira, uma coisa ordinária física. Mas logo que ela aparece como mercadoria, ela se transforma numa coisa fisicamente metafísica. Além de se pôr com os pés no chão, ela se põe sobre a cabeça perante todas as outras mercadorias e desenvolve de sua cabeça de madeira cismas muito mais estranhas do que se ela começasse a dançar por sua própria iniciativa (MARX, 1983, p. 70).

Por não ser uma coisa que subsiste por si mesma, mas uma relação social que se apresenta sob a forma de uma coisa, Marx (1983, p. 70)

reconhece "[...] o caráter místico da mercadoria" que "[...] não provém, portanto, de seu valor de uso". Sendo assim, mesmo tendo uma aparência fenomenal, a mercadoria não é algo material.

[...] não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Por isso, para encontrar uma analogia, temos de nos deslocar à região nebulosa do mundo da religião. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens. Isso eu chamo o fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias (MARX, 1983, p. 71).

Marx critica a economia política que, sem nenhuma precaução, tomou a forma valor como seu objeto. A comparação que ele faz dessa forma valor com a religião e a referência ao fetichismo como aparecem em "O Capital" explica-se pelo fato de ela substituir a realidade das relações sociais por um equivalente ideal. Mas será possível um combate ideológico contra o capital e a religião? A resposta é sim, mas será uma luta em vã:

Para uma sociedade de produtores de mercadorias, cuja relação social geral de produção consiste em relacionar-se com seus produtos como mercadorias, portanto, como valores, e nessa forma reificada relacionar mutuamente seus trabalhos privados como trabalho humano igual, o cristianismo, com seu culto do homem abstrato, é a forma de religião mais adequada, notadamente em seu desenvolvimento burguês, o protestantismo, o deísmo etc. (MARX, 1983, p. 75) ●

Nota

¹ Para Moura (2004, p. 114, grifos do autor), por exemplo, "Passa inadvertido a grande número de comentaristas o fato de a arquitetura argumentativa de *O Capital* iniciar-se pela noção de 'riqueza' (*Reichtum*) e não pela de 'mercadoria' (*Ware*), como aos mais afoitos pudera parecer".

Referências

- ALTHUSSER, L. *Pour Marx*. Paris: La Découvert/Poche, 1996.
- ALTHUSSER, L. et al. *Lire le Capital*. Paris: PUF, 1996.
- ARISTÓTELES. *Metafísica*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Brasília: UnB, 2001.
- COLLIN D. *Comprendre Marx*. Paris: Armand Colin, 2006.
- MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MOURA, M. C. B. *Os mercadores, o templo e a filosofia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- RICARDO, D. *Princípios da economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SMITH, A. *A riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

* Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás, Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Professor Assistente de Filosofia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: josebvicente@bol.com.br

RESENHA

Um paroquialismo inacurado: Gramsci e as relações internacionais

Por Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos*

MEZZAROBA, Orides (Org.): *Gramsci: estado e relações internacionais*, Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005a.

O professor Orides Mezzaroba (1998, 2005b) possui reflexões na área do Direito e também sobre o pensamento de Antonio Gramsci. Um livro por ele organizado (MEZZAROBA, 2005a) voltado ao tema do pensamento do comunista italiano e as relações internacionais é justamente o objeto do presente texto. A maioria das contribuições nele presentes são textos produzidos por seus alunos para uma disciplina de pós-graduação por ele ministrada. A interrogação central que norteia esta resenha direciona-se para a maneira como o pensamento de Antonio Gramsci pode ser aplicado com o devido suporte metodológico para a análise de temas relevantes das relações internacionais dos últimos anos.

Uma ressalva metodológica precisa ser anteposta. O cientista político britânico Quentin Skinner (1969) chamou de mitologia do paroquialismo aquelas interpretações nas quais se distancia do conteúdo do pensamento de um autor para trazê-lo para um universo que lhe é familiar. Não se trata de endossar o contextualismo linguístico de Skinner, mas advertir sobre o modo como se apropria de uma parte do pensamento de um autor.

Nesse sentido, o livro de Mezzaroba coloca temas absolutamente relevantes e algo semelhante ao paroquialismo mencionado. Alguns muito mais afins à conjuntura internacional de sua escrita em 2005, como a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e a hegemonia norte-americana em tal contexto. Outros temas presentes na publicação são ainda candentes: a integração regional e a hegemonia no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul), a hegemonia e a reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), a hegemonia norte-americana em face da guerra do Iraque. Todavia, ao buscar aplicar o pensamento de Gramsci para

dar conta deste e de outros temas referentes às relações internacionais, transforma o comunista italiano em autor tributário das abordagens tradicionais do Direito e das Relações Internacionais, distorcendo e ignorando um dos aspectos fundamentais de seu pensamento, o historicismo absoluto. Infelizmente, além deste paroquialismo, as virtudes do livro são também eclipsadas por uma série de imprecisões lamentáveis, além de certo ecletismo.

Na contribuição específica do professor Mezzaroba (2005a), a hegemonia é vista na perspectiva da harmonização ideológica e cultural entre indivíduos; o mesmo sustenta ser a hegemonia na arena internacional o momento da ausência da força. Tal viés retira a perspectiva do conflito entre as classes e grupos sociais e a perspectiva dialética de força e consenso da hegemonia (GRAMSCI, 1975). Percebe-se aqui o paroquialismo liberal que enfatiza a harmonização e os indivíduos.

O ecletismo na interpretação de Gramsci aparece na contribuição do professor Giorgio Carnevali (2005). Para ele, a interpretação gramsciana do plano internacional tenderia mais para a ordem e menos para a anarquia. Aqui, aparecem noções identificadas respectivamente com teóricos como Bull (2002) e Aron (1986). Porém, o historicismo gramsciano de origem marxista não é compatível com uma visão do sistema de Estados ou da sociedade internacional que tenha um pressuposto hobbesiano de anarquia ou de ordem anárquica. A explicação reside no fato de que a imagem ampliada para os Estados (supostamente coesos e sem conflitos internos) de uma guerra de todos contra todos sempre foi uma perspectiva abstrata, ahistórica. A generalização de uma anarquia no além-fronteiras jamais se coadunou com a especificidade histórica dos

conflitos interestatais na ótica gramsciana. Ao mesmo tempo, Carnevali (2005) refere-se à existência de uma distinção gramsciana de uma estrutura e superestrutura do sistema mundial. Gramsci não se vale de tal raciocínio, presente no pensamento marxista para a análise da realidade no interior dos Estados. Outro equívoco remete ao privilégio da política no interior dos Estados sobre a política internacional no uso dos conceitos e categorias gramscianas como se não houvesse uma relação dialética entre os dois níveis.

A discussão de Carolina Munhoz (2005) da hegemonia no contexto da recente guerra do Iraque é posta na perspectiva dos Estados como agentes, retomando a tendência já apontada de não abraçar as classes e grupos sociais como atores. A despeito de interessante e informativa discussão sobre os mecanismos decisórios da ONU e sua relação com o conflito no Oriente Médio, a autora pouco explora o temário da hegemonia e exagera na caracterização da força como componente hegemônico e não explora as cisões dentro da hegemonia estadunidense no caso da gestão Bush na guerra citada.

A análise de Gilson Michels (2005) repete os mesmos equívocos estadocêntricos das análises anteriores e chama a atenção também por enganos na apreensão de categorias gramscianas. Em primeiro lugar, o autor reduz a definição gramsciana de intelectual àquela do intelectual tradicional. Para Gramsci (1975), todos os homens são intelectuais e aqueles que trabalham nas universidades seriam exemplares apenas do que chama de intelectuais tradicionais. Além disso, ignora o vínculo orgânico gramsciano indissolúvel entre Estado e sociedade civil. Michels (2005) iguala a definição gramsciana à clássica cisão liberal que enquadra a sociedade civil no âmbito do consenso e o Estado no âmbito da força. Por fim, o autor vê a inserção estadunidense na guerra do Iraque como uma opção deliberada pela categoria gramsciana de guerra de movimento, ao invés de uma guerra de posição. Isto é, a opção norte-americana foi por uma guerra rápida, de conquista, em vez de uma guerra prolongada, de posse gradativa de posições. Tal juízo é problemático. Afinal, na ótica gramsciana, a correlação de forças em contexto histórico específico determina a perspectiva de luta e não a livre opção dos agentes no conflito.

A contribuição de Gustavo Ribeiro (2005) na análise das organizações não governamentais no plano internacional repete uma tônica presente em

vários autores chamados de neogramscianos. Tais organizações comporiam a sociedade civil das relações internacionais. Ausente na obra gramsciana, tal perspectiva seria plausível somente como unidade orgânica entre Estado e sociedade civil, configurando também um Estado mundial, outro ponto não formulado por Gramsci.

A reflexão de Paula Schlee (2005) repete o mesmo tom dos autores anteriormente comentados. Deve ser acrescentado a isso o fato de que, tal como nos outros textos, o aporte teórico gramsciano é superficialmente discutido, caracterizando um enorme desequilíbrio em favor do tema empírico. Apenas curtas passagens do caderno carcerário 13 são usadas, além de um excessivo recurso a comentadores como Robert W. Cox, um autor rotulado como neogramsciano, mas que pouco conhece da obra do comunista italiano e dela se apropria de modo eclético. Como Morton (2007) chamou a atenção, a análise gramsciana não separa as questões teóricas daquelas de cunho empírico e sua aplicação deve buscar a mesma orientação.

A falta de conhecimento e uma leitura descuidada e superficial das fontes sobre Gramsci marcam o texto de Juliana Domingues (2005). Para ela, os membros da sociedade civil associam-se contratualmente. Ao comentar Gramsci através de texto de Carlos Nelson Coutinho, Domingues não atenta para a crítica feita por Coutinho a Bobbio, dando conta de um equívoco do jurista italiano. Para Coutinho, Bobbio leva a consequências teóricas equivocadas como se Gramsci fosse um teórico das superestruturas. Coutinho sustenta isso nas mesmas páginas de seu livro que Domingues cita nas notas e rodapé do texto. Contudo, Domingues dá a entender de que a interpretação do jurista italiano estaria acertada na interpretação de Gramsci.¹

O texto de Marcelo Câmara (2005) reproduz o equívoco bastante comum sobre a categoria gramsciana de intelectual orgânico. De acordo com Gramsci, todo homem é intelectual. De modo mais específico, o intelectual orgânico é aquele que está organicamente ligado à reprodução e organização da vida e de uma concepção de mundo como ente individual ou coletivo. Não se trata de um mentor ou uma referência significativa meramente teórica, como faz entender Câmara ao apresentar Adam Smith como um intelectual orgânico do liberalismo.

O último texto é de autoria de André Vinícius Tschumi (2005). Lamentavelmente, seu texto

também possui vários erros. Sua elaboração dá notícia dos anos de ouro do movimento comunista, entre os anos 1920 e 1930. De modo diverso ao argumento do autor, o que se observou foi justamente o contrário: o fracasso de revoluções na Alemanha e na Hungria, por exemplo. Além disso, é preciso lembrar, no período citado, da emergência do fascismo, do nazismo e de vários regimes autoritários por toda a Europa. Outro ponto bastante problemático está na sua formulação de que Gramsci entendia as ideias de Marx e Lenin como ultrapassadas no tocante à revolução nos países ocidentais, com sociedades civis mais complexas e que somente caberia nestes lugares a luta na perspectiva do que o comunista sardo chamou de guerra de posição, ou seja, a conquista da hegemonia e do aparelho do estado trincheira a trincheira, passo a passo no âmbito da sociedade civil. Conforme já foi afirmado, tal generalização é indevida em face da especificidade histórica. O próprio Gramsci (1975) fez uso em sua obra carcerária de análises de conjuntura com a alternância entre guerra de posição e guerra de movimento na mesma conjuntura histórica. Por fim, Tschumi (2005) escreve, sem citar qualquer fonte, que a Internacional Comunista orientou-se, entre 1929 e 1934, por ideias de Trotsky e Rosa Luxemburgo. Não é necessário ser um profundo conhecedor de história para saber que Trotsky foi banido da União Soviética em 1929, sendo suas ideias repelidas e cerceadas algum tempo antes de tal fato. Ele já não tinha influência há anos sobre a direção da Internacional Comunista em face da linha stalinista e foi assassinado em 1940 no México a mando do dirigente máximo soviético. Por sua vez, a memória de Rosa Luxemburgo foi banida e distorcida com o stalinismo no período de existência da Internacional Comunista (1919-1943), não fazendo qualquer sentido as afirmações do autor.

Para concluir, lamenta-se que o livro referido tenha repetido tantos erros que denotam desconhecimento de Gramsci, bem como a repetição de ideias de intérpretes que possuem a mesma dificuldade. É duplamente lamentável porque a obra gramsciana, mesmo com seus limites, tem potencialidades para o desenvolvimento de análises teórico-práticas no campo internacionalista ●

Nota

(1) Ver a respeito em Coutinho (2007, p. 121-122).

Referências

- ARON, R. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília: UniB, 1986.
- BULL, H. *A sociedade anárquica*. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- CÂMARA, M. H. Estado liberal e autonomia da vontade. In: MEZZARROBA, O. *Gramsci, estado e relações internacionais*. Florianópolis, Fundação Boiteux, 2005, p. 256-293.
- CARNEVALE, G. A teoria da política internacional em Gramsci. In: MEZZARROBA, O. *Gramsci, estado e relações internacionais*. Florianópolis, Fundação Boiteux, 2005, p. 27-77.
- COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- DOMINGUES, J. O. A hegemonia dos EUA na Alca: um ensaio sobre Gramsci. In: MEZZARROBA, O. *Gramsci, estado e relações internacionais*. Florianópolis, Fundação Boiteux, 2005, p. 217-253.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi, 1975.
- MEZZARROBA, O. O partido político em Marx, Engels e Gramsci. *Revista Ulysses*, Florianópolis, v. 1, p. 39-48, 1998.
- MEZZARROBA, O. *Gramsci, estado e relações internacionais*. Florianópolis, Fundação Boiteux, 2005a.
- MEZZARROBA, O. Uma ótica ampliada sobre a questão da interação entre o direito internacional público e o direito interno no sistema de proteção dos direitos humanos. *Sequência*, Florianópolis, v. 51, p. 277-289, 2005b.
- MICHELS, G. W. Guerra do Iraque e hegemonia norte-americana: uma leitura a partir de Gramsci. In: MEZZARROBA, O. *Gramsci, estado e relações internacionais*. Florianópolis, Fundação Boiteux, 2005, p. 121-152.
- MORTON, A. D. *Unravelling Gramsci*. London: Pluto Press, 2007.
- MUNHOZ, C. P. Bohrer: Hegemonia e reforma do conselho de segurança da ONU. In: MEZZARROBA, O. *Gramsci, estado e relações internacionais*. Florianópolis, Fundação Boiteux, 2005, p. 79-119.
- RIBEIRO, G. F. As relações internacionais e as ONGS (Organizações Neo-Gramscianas). In: MEZZARROBA, O. *Gramsci, estado e relações internacionais*. Florianópolis, Fundação Boiteux, 2005, p. 153-180.
- SCHLEE, P. C. Mercosul e hegemonia. In: MEZZARROBA, O. *Gramsci, estado e relações internacionais*. Florianópolis, Fundação Boiteux, 2005a, p. 181-216.
- SKINNER, Q. Meaning and understanding in the history of ideas. *History and Theory*, Middletown, v. 8, n. 1, p. 3-53, 1969.
- TSCHUMI, A. V. Guerra e revolução no pensamento de Antonio Gramsci. In: MEZZARROBA, O. *Gramsci, estado e relações internacionais*. Florianópolis, Fundação Boiteux, 2005, p. 295-334.

*** Professor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho-UNESP, pesquisador e um dos coordenadores do Grupo de Pesquisa Interinstitucional Marxismo e Pensamento Político, no qual desenvolve pesquisa sobre a relação entre guerra, política e hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci.**

